

INFORMAÇÃO ANUAL 2014

BiG

BANCO DE
INVESTIMENTO
GLOBAL

T.1

(Euro)

Consolidado (Auditado)	2014	2013	2012	2011
Margem Financeira	25.138.497	25.747.469	18.734.087	19.783.187
Comissões Líquidas	11.442.574	6.533.123	6.789.808	9.002.029
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	132.807.026	93.041.699	54.831.796	4.105.924
Outros Resultados de Exploração	-13.260	-300.079	-28.178	285.387
Produto Bancário	169.374.837	125.022.212	80.327.513	33.176.527
Custos com Pessoal	-24.124.063	-22.356.754	-14.840.651	-8.837.318
Outros Gastos Administrativos	-9.276.997	-7.689.711	-6.130.922	-5.568.518
Custos de Funcionamento	-33.401.060	-30.046.465	-20.971.573	-14.405.836
Cash Flow Operacional	135.973.777	94.975.747	59.355.940	18.770.691
Amortizações	-1.028.013	-1.134.697	-1.314.991	-1.495.072
Provisões	-10.255.955	-1.871.061	-2.892.714	150.258
Imparidades	-209.465	-194.946	-6.294.411	-13.986.727
Resultados Operacionais	124.480.344	91.775.043	48.853.825	3.439.150
Resultados de Associadas	175.774	163.306	23.371	87.565
Resultados Antes de Impostos	124.656.118	91.938.349	48.877.195	3.526.715
Impostos Correntes	-41.849.894	-33.218.522	-16.385.895	-909.833
Impostos Diferidos	-277.027	-92.067	26.581	-111.287
Resultado Líquido	82.529.197	58.627.760	32.517.881	2.505.595

Contas Individuais	2014	2013	2012	2011
Resultado Líquido	82.340.760	58.459.256	32.486.385	2.464.443

Indicadores Seleccionados	2014	2013	2012	2011
Total do Activo Líquido	1.444.516.643	1.214.430.252	1.024.615.750	828.983.481
Capitais Próprios	261.369.251	207.192.600	170.724.119	67.234.341
Fundos Próprios	261.299.610	202.589.699	161.869.909	146.510.409
Depósitos de Clientes	804.736.461	683.717.291	543.830.163	440.567.939
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	16,9%	28,8%	35,4%	36,2%
Crédito Concedido / Activo Líquido	9,4%	16,2%	18,8%	19,2%
Activos sob Supervisão *	2.546.898.558	2.159.665.428	1.499.588.173	1.086.084.393

* Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

Rendibilidade	2014	2013	2012	2011
Rendibilidade de Activos Médios (ROA)	6,2%	5,2%	3,5%	0,3%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	35,2%	31,0%	27,3%	2,9%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	12,7%	11,2%	8,7%	3,8%

Solvência	2014	2013	2012	2011
TIER 1	35,1%	32,7%	31,9%	32,5%
Rácio de Solvabilidade	35,1%	32,9%	32,0%	32,5%

Eficiência	2014	2013	2012	2011
Margem Financeira / Activo Remunerado	1,8%	2,2%	1,9%	2,6%
Custos Transformação / Produto Bancário	20,3%	24,9%	27,7%	47,9%
Custos Pessoal / Produto Bancário	14,2%	17,9%	18,5%	26,6%

INDICADORES FINANCEIROS



Relatório do Conselho de Administração

Perspectiva Global 2014
Resultados das Operações Em 2014
Gestão de Risco e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados
Demonstração Consolidada do Rendimento Geral
Balanço Consolidado
Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A large orange triangle is positioned in the bottom right corner of the page, pointing towards the top right. The text is centered within this triangle.

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

PERSPECTIVA GLOBAL 2014

O Banco

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Banco) é um banco especializado em investimento e poupança, com sede em Lisboa. O Banco está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao sector bancário e actualmente opera apenas em Portugal.

O Banco foi fundado por um grupo de accionistas privados tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 1999, contando com uma equipa de gestão já com bastante experiência no sector bancário. O capital do Banco encontra-se relativamente disperso e é detido por um conjunto de investidores individuais e institucionais, na sua maioria nacionais (ver nesta secção *Base Accionista* e Nota 34). O BiG presta serviços a clientes particulares e empresas/institucionais. Ao segmento de clientes particulares, o Banco presta serviços de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios e serviços bancários gerais e de pagamento. Para empresas e clientes institucionais, os serviços prestados incluem gestão de risco, tesouraria, corretagem, custódia e serviços de assessoria financeira, incluindo financiamento através de capitais próprios e alheios. A área de Tesouraria e Mercado de Capitais do Banco foca-se na gestão de liquidez de Balanço. Esta área desempenha um papel central na cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado e de crédito.

Complementarmente à oferta de serviços bancários tradicionais, o Banco disponibiliza um conjunto de plataformas destinadas a vários segmentos de clientes, cujo objectivo passa por promover a poupança e facilitar a negociação e investimento em instrumentos financeiros. Desta forma, o Banco procura facilitar o acesso dos aforradores e investidores a serviços bancários e a um amplo conjunto de soluções financeiras, com aconselhamento e assistência, ou apenas execução, assim como a vários produtos de investimento negociados em mercados regulados e em mercado de balcão.

O Banco gera todas as suas receitas em Portugal. No entanto, os riscos associados ao país, assim como a composição das suas carteiras de activos remunerados

e a sua concentração geográfica, podem variar ao longo do tempo, dependendo das condições do mercado e das oportunidades de negócio. O Banco interage com os seus Clientes através de vários canais integrados: os Clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, www.big.pt, e por *financial advisors* presentes em 15 agências situadas em localizações chave, centrais e regionais. Os Clientes empresas e institucionais são servidos por equipas de vendas e de produto baseadas em Lisboa e no Porto.

O serviço de corretagem do Banco tem por base a sua participação enquanto membro directo da NYSE Euronext, que abrange o mercado doméstico e mercados internacionais chave. Adicionalmente, o Banco estabelece parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros, de modo a proporcionar aos Clientes, o acesso a um conjunto de outros mercados mundiais de acções e futuros. As plataformas para negociação de outros produtos em mercado de balcão, obrigações ou fundos de investimento, têm normalmente por base soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e acordos com contrapartes e fornecedores.

As actividades do Banco são reguladas por três entidades:

Banco de Portugal: data de registo especial a 5 de Fevereiro de 1999, sob o Código 61. www.bportugal.pt

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: data de autorização a 8 de Março de 1999, sob o Código 263. www.cmvm.pt

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões: registo como Mediador de Seguros ligado 2, com o número 207226568.

Data Inscrição Ramo Vida: 22 de Outubro de 2007

Data Inscrição Ramo não Vida: 26 de novembro de 2009

www.asf.pt

Resumo dos Resultados de 2014

O Banco obteve um Resultado Líquido Consolidado de € 82,5 milhões em 2014, que compara com os € 58,6 milhões de 2013 e os € 32,5 milhões de 2012.

Os resultados por acção foram de € 0,79 em 2014, face a € 0,57 no final de 2013 e € 0,32 no final de 2012.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) em 2014 foi 35,2%, que compara com 31,0% em 2013 e 27,3% em 2012.

O Valor Contabilístico das acções ordinárias do BiG aumentou 26% em 2014 para € 2,51 por acção, que compara com € 1,99 por acção no final do ano de 2013, e € 1,56 no final de 2012. Durante o ano, o Banco não emitiu novas acções. As pequenas flutuações verificadas nos últimos anos estão associadas a emissões de acções para fazer face a programas de opções de subscrição de acções aprovados para colaboradores.

O rácio Core Tier 1 do BiG a 31/12/14 era de 35,1%, comparativamente com os 32,7% no final de 2013 e com os 31,9% no final de 2012.

O Produto Bancário do Banco em 2014 foi de € 169,4 milhões, 35,5% acima do resultado registado em 2013 (€ 125,0 milhões) e substancialmente acima do registado em 2012 (€ 80,3 milhões).

Os resultados reflectem um aumento considerável das receitas provenientes das actividades de investimento e tesouraria, um aumento de 75% nas comissões líquidas e uma ligeira contracção da margem líquida financeira (-2%). As receitas (financeiras) não provenientes de juros, que representam a principal parcela da actividade de investimento especializado, representaram 85,2% do total das receitas operacionais líquidas em 2014, face a 79,4% verificado em 2013. A margem financeira representou 14,8% das receitas totais em 2014 e 20,6% em 2013.

É apresentado de seguida um resumo dos indicadores chave da Demonstração de Resultados e do Balanço. Uma análise mais detalhada dos indicadores financeiros e dos resultados dos vários segmentos de negócio pode ser encontrada nos RESULTADOS OPERACIONAIS e nas NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2014	2013	Var %	2012
Produto bancário	169.375	125.022	35,5%	80.328
Custos operacionais	-44.894	-33.247	35,0%	-31.474
Impostos	-42.127	-33.311	26,5%	-16.359
Resultado líquido	82.529	58.628	40,8%	32.518
Capitais próprios	261.369	207.193	21,4%	170.724
Fundos próprios	261.300	202.590	25,2%	161.870
Total de activos líquidos	1.444.517	1.214.430	18,5%	1.024.616
Crédito	136.162	196.919	2,2%	192.674
Depósitos de clientes	804.736	683.717	25,7%	543.830
TIER I	35,1%	32,7%	2,5%	31,9%
Rácio de solvabilidade	35,1%	32,9%	2,8%	32,0%

Em 2014, todas as receitas do Banco foram geradas em Portugal. A distribuição das receitas baseadas na localização de um determinado risco de crédito, reflecte as perspectivas do Banco em relação às taxas de juro e à qualidade de crédito na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), onde são domiciliados a maioria dos emitentes dos activos remunerados do Banco. A maioria dos activos do Balanço é constituída por valores mobiliários líquidos detidos na carteira de activos disponíveis para venda, em detrimento de actividades de menor liquidez relacionadas com a concessão de crédito. O risco de crédito e as concentrações são geridas de forma dinâmica, dependendo das condições de mercado e do sentimento dos investidores relativamente às taxas de juro.

A chave para a análise de concentração de crédito e de oportunidades de investimento é o progresso das economias Portuguesa, Europeia e global na gestão dos efeitos de um longo período de recessão económica. Em média, em 2014, menos de 50% da exposição do Banco envolvia risco-país associado a Portugal. Assim, a maioria da exposição representou risco-país de outros países Europeus e dos EUA. Como resultado, os indicadores financeiros chave foram influenciados pelos desenvolvimentos globais, designadamente na Europa.

A acumulação mundial de dívida que desencadeou a crise financeira de 2008, e que tem nos últimos seis anos desestabilizado os mercados financeiros, continuará a definir a relação entre credores

e devedores, subjacente aos mercados globais. Durante este período de instabilidade e incerteza, o modelo de negócio e a visão do Banco relativamente aos riscos que enfrenta, continuou a demonstrar resiliência e, fundamentalmente, solidez. Os resultados do Banco em 2014 resultaram da seguinte combinação de factores:

Métricas Financeiras

- ▲ Um maior volume médio de activos remunerados de qualidade, com liquidez, face a 2013;
- ▲ Subida dos preços dos activos devido à gradual descida global das taxas de juro ao longo deste ano;
- ▲ Redução dos custos de financiamento e melhoria da liquidez de mercado;
- ▲ Crescimento do volume aplicado por clientes em poupanças e instrumentos de investimento;
- ▲ Qualidade de crédito, controlos internos sólidos e uma contínua ausência efectiva de perdas relacionadas com crédito.

Factores Estratégicos:

- ▲ A capacidade de foco da Administração na manutenção do crescimento do negócio, e não, na gestão de activos incoerentes e modelos defeituosos;
- ▲ Políticas de disciplina financeira, transparência contabilística e baixa alavancagem do Balanço;

▲ Foco da Administração na qualidade dos activos de longo prazo, no excesso de liquidez, rácios de capital elevados, gestão do risco e eficiência operacional geral, independentemente das condições de mercado ou das tendências económicas.

Indicadores Chave da Demonstração de Resultados

Os proveitos operacionais em 2014 registaram uma melhoria significativa das receitas financeiras não provenientes de juros, rubrica que assume particular importância no modelo de negócio do Banco. Esta subida permitiu compensar a ligeira quebra da Margem Financeira. As receitas provenientes da área de Tesouraria e Mercados de Capitais foram robustas, tal como as comissões resultantes da negociação e de investimento de clientes. Os custos operacionais também aumentaram, mas a um nível inferior ao verificado nos proveitos. As imparidades e as perdas relacionadas com crédito foram próximas de zero. Os impostos pagos pelo Banco aumentaram 26%, consequência do aumento dos resultados antes de impostos, das taxas marginais inferiores e da continuação da aplicação dos impostos especiais aplicados ao sector bancário

Margem financeira: Esta categoria representou € 25,1 milhões dos proveitos de 2014, face aos € 25,7 milhões registados em 2013. A queda de 2% resultou de uma redução do rendimento gerado pelos activos remunerados, superior ao ajustamento realizado nos custos de juros inerentes a

clientes, embora se tenha verificado, um aumento do valor médio da carteira de activos disponíveis para venda (AFS). Os custos associados à base de depósitos do Banco, que atingiu os €804,7 milhões a 31 de Dezembro de 2014, diminuíram em termos absolutos. Os depósitos de clientes, que são na maioria de retalho, cresceram 18%, apesar da persistente concorrência dos depósitos num sector bancário obrigado a desalavancar nas actuais condições de mercado. Globalmente, os custos de financiamento de todas as fontes foram estáveis, apesar do aumento de 19% do Balanço do Banco. Contribuíram para estes custos de financiamento estáveis: (i) as taxas atractivas de financiamento institucional, como os Repos no mercado oferecidos pelas principais contrapartes, (ii) as taxas oferecidas pelo Banco Central Europeu (BCE) e pela Eurex Repo e (iii) os níveis superiores de fundos próprios.

Comissões: As comissões líquidas de serviços de corretagem, retalho, gestão de activos e *advisory* aumentaram 75% para € 11,4 milhões, face aos € 6,5 milhões registados no ano anterior. As comissões brutas, ascenderam a € 18,1 milhões em 2014, face aos € 8,1 milhões registados em 2013. Este crescimento resultou de um aumento substancial das receitas com os serviços de corretagem e de gestão de activos, tanto no segmento de clientes de retalho como no de clientes institucionais, e de um pequeno aumento das comissões de serviços bancários gerais. O crescimento da base de clientes e o aumento gradual da procura de alternativas de investimento que, ainda que com algum risco, pudessem compensar as descidas de taxas dos depósitos bancários, contribuíram para o aumento desta actividade. As comissões provenientes de empresas e clientes institucionais também aumentaram em resultado de transacções de capital e serviços de assessoria.

Tesouraria e Mercado de Capitais: As actividades de tesouraria e investimento, o *market making* e os proveitos líquidos dos custos de cobertura de risco gerados pela gestão da carteira de activos de rendimento fixo disponíveis para venda do Banco aumentaram 46%, e contribuíram com € 132,8 milhões, para o total de pro-

veitos operacionais líquidos em 2014. Este valor compara com € 91,2 milhões em 2013. Cerca de 88% dos proveitos desta categoria foram lucros realizados numa carteira diversificada de activos de rendimento fixo, envolvendo uma variedade de classes de activos líquidos e com diferentes riscos-país. Num enquadramento que continuou a revelar-se desafiante, o Banco teve como prioridade, na gestão das suas carteiras de activos, manter elevados níveis de liquidez na sua carteira de activos remunerados e um foco na sua qualidade. A Administração prevê manter estes pressupostos de investimento, uma vez que representam vectores estruturais da cultura de gestão do Banco. Os resultados em 2014 reflectem uma diminuição generalizada dos preços dos activos nos principais mercados e na maioria das categorias de risco, bem como o início de uma mudança gradual do sentimento dos investidores, no sentido da tomada de maior risco com retornos mais baixos, após vários anos de aversão ao mesmo.

Custos Operacionais: A Administração procura garantir a máxima flexibilidade possível na gestão da sua base de custos, de modo a garantir alguma correlação dos mesmos com o aumento, ou diminuição, da actividade em cada ano. Esta flexibilidade é gerida dentro de limites considerados razoáveis para uma instituição em crescimento, que necessita de continuar a investir, tendo igualmente em consideração a relativa inflexibilidade do contexto laboral e fiscal. Em 2014, ano em que os proveitos operacionais cresceram 36%, os custos totais, excluindo a tributação fiscal, aumentaram 13%, para € 34 milhões. Os custos com pessoal aumentaram 8% para € 24,1 milhões, as despesas administrativas cresceram 21% para € 9,2 milhões e as amortizações diminuíram 10% para pouco mais de € 1,0 milhão. Os custos com pessoal, que representam sempre a maior categoria de custos do modelo de negócio do BiG, reflectem o maior número de colaboradores e dotações superiores, essencialmente, para compensações variáveis relacionadas com o desempenho. Numa base relativa – isto é, enquanto percentagem dos Proveitos Operacionais – os custos com pessoal diminuíram para 14,2% em 2014, comparativamente a 17,9% do total em

2013. Globalmente, os Custos de Transformação/Proveitos Operacionais diminuíram para 20,7%, face a 24,6% em 2013. Um menor “rácio de eficiência” do Banco significa que a Administração está a gerar proveitos operacionais superiores com uma menor, ou mais controlada, base de custos. Entretanto, os custos associados com provisões e imparidades líquidas aumentaram para € 10,3 milhões, valor que engloba designadamente uma provisão para riscos bancários gerais.

Resultado antes de Impostos e Impostos. O Resultado Antes de Impostos em 2014 foi de € 124,7 milhões, que compara com € 91,9 milhões em 2013 e € 48,5 milhões em 2012. Os impostos correntes e diferidos de 2014 ascenderam a € 42,1 milhões, comparativamente a € 33,7 milhões em 2013 e € 16,4 milhões em 2012. A taxa de imposto efectiva do Banco tem vindo a aumentar nos últimos anos, em resultado de vários factores, entre os quais a deterioração das condições económicas em Portugal, e as consequentes medidas de emergência adoptadas pelo Governo para correcção dos desequilíbrios orçamentais, através de novos impostos nomeadamente sobre o sector bancário. Em 2014, a tributação representou 33,8% do Resultado antes de Impostos, um decréscimo em relação à taxa efectiva em 2013 de 36,7%. Para referência, a taxa de imposto efectiva nos anos anteriores foi de 33,7% em 2012; 29% em 2011; 22,7% em 2010 e 16,8% em 2009.

Indicadores Chave do Balanço

O total de Activos Líquidos a 31 de Dezembro de 2014 aumentou 19% para mais de € 1,4 mil milhões. Os principais activos remunerados do Banco foram geridos de modo a maximizar a liquidez e controlar os riscos de concentração. Estes representam, maioritariamente, uma carteira diversificada de activos disponíveis para venda (AFS), constituída maioritariamente por instrumentos financeiros líquidos de rendimento fixo, que ascendiam no final do ano a, aproximadamente, € 1,1 mil milhões e eram superiores em 25% relativamente ao final do ano de 2013. O crédito a clientes diminuiu 31% devido a uma menor procura e a amortizações ou venda de parte da carteira de títulos garantidos por hipotecas residenciais

(RMBS), classificado como crédito a clientes. O crédito representou 9,4% do total dos Activos Líquidos, o que compara com um rácio de 16% no final de 2013 e 19% em 2012. A percentagem do Crédito/Depósitos de Clientes, que a 31/12/2014 era 16,9% face aos 29% registados a 31/12/2013, é um indicador dos elevados níveis de liquidez do Banco. Excluindo alguns activos financeiros com colaterais (*asset backed securities*), classificados como crédito de acordo com a IAS 39, o crédito a Clientes como percentagem dos Depósitos de Clientes era 2,5% no final de 2014, o que compara com 3,7% a 31/12/2013. Este facto reflecte a reduzida ênfase do modelo de negócio do Banco no crédito comercial e ao consumo, e a crença que já estamos perante uma economia excessivamente endividada. O rácio de Crédito Vencido / Total de Crédito era de 0,1% em 31/12/2014, mantendo-se inalterado face à mesma data de 2013 e 2012.

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) depósitos de Clientes de retalho, (ii) acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, entre as quais estão instituições financeiras globais, (iii) transacções de venda/recompra com o BCE (através de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado ou ORPA) e a plataforma EUREX Repo para prazos geralmente mais curtos e (iv) os capitais próprios. O Banco ainda não emitiu quaisquer instrumentos representativos de dívida. A 31/12/2014, os depósitos de Clientes ascendiam a € 804,7 milhões, representando um aumento de 18% relativamente à mesma data de 2013. O financiamento obtido junto do BCE, líquido dos depósitos junto desta entidade, aumentou modestamente no final do ano. No entanto, atendendo ao modelo de negócio do Banco, à natureza do seu Balanço e às alternativas disponíveis, o mesmo deve seguir uma tendência de diminuição gradual (ver Políticas Prospectivas na Gestão de Financiamento e Capital). O valor do capital social manteve-se inalterado, com 104 milhões de acções emitidas cada uma com um valor nominal de € 1. Os capitais próprios aumentaram para € 261,4 milhões, devido, essencialmente, ao aumento dos resultados correntes líquidos de dividendos.

Enquadramento Operacional 2014

O ano de 2014 foi um ano agitado e caracterizado por um desempenho económico díspar entre os maiores blocos económicos mundiais. As capacidades individuais dos diferentes modelos económicos para desalavancar, recorrer a dívida, aumentar a eficiência e lidar com os problemas herdados, têm estado na origem da incerteza e volatilidade do mercado. Até ao momento, os resultados sugerem que os mercados ainda não recuperaram totalmente dos efeitos da crise financeira de 2008 e da subsequente recessão.

Em 2014, o debate por parte dos decisores políticos Europeus para encontrar uma solução para o fraco crescimento e risco de deflação, contrastou com o começo da forte recuperação do mercado dos EUA, do rápido declínio dos mercados de economias emergentes chave, e do efeito de alguns problemas específicos a determinados países. No cômputo global, a queda do petróleo, potenciada pelo aumento da produção do mesmo por parte dos (EUA) e de conflitos geopolíticos, criaram enormes desafios aos países exportadores, que estão extremamente dependentes dessa mesma matéria-prima, desde a Rússia até ao Médio Oriente e África. O fraco crescimento económico na Europa, um dólar forte e uma economia dos EUA recuperada, têm vindo a destacar as diferenças entre os modelos económicos, assim como criaram o que se pode intitular de “*gap in optimism*” nas duas principais economias ocidentais. No final do ano, a China demonstrou sinais de abrandamento, o Japão continuou a sua luta pela recuperação e os países emergentes viram as suas moedas cair, consequência das perspectivas negativas de crescimento desses mesmos países. Embora as economias dos EUA e Europa se encontrem em patamares diferentes de recuperação económica, divergências essas que também se apresentam entre diferentes economias dentro da Zona Euro, a política monetária em ambos os blocos concentrou-se em estimular o crescimento através de planos de compra de activos e da manutenção das taxas de juro a níveis históricos mínimos. No entanto, no fim de 2014, começou a ser evidente uma divergência em termos de política monetária aquando a decisão da

FED em terminar o seu agressivo, e relativamente bem sucedido, programa de *Quantitative Easing*, enquanto o BCE continuava a ponderar sobre a possibilidade de aplicar um programa relativamente modesto para a Europa, sob pressão política da Alemanha para retardar quaisquer decisões agressivas no que toca a política monetária. Para além disso, a Europa encontra-se preocupada quanto à deflação, num período em que se espera que a FED aumente a sua taxa de juro de referência pela primeira vez em anos, em 2015.

Em Portugal, a saída do Programa de Ajustamento Económico, que foi cuidadosamente planeada em Maio de 2014, foi rapidamente ofuscada com o colapso do Grupo Espírito Santo em Julho, a resolução sem precedentes do Banco Espírito Santo e a criação simultânea do Novo Banco em Agosto.

Os eventos de mercado que mais afectaram o desempenho do Banco e as suas perspectivas durante 2014, estiveram relacionadas, por um lado, com o ambiente global de taxas de juro e, por outro, com as oportunidades, desafios e riscos associados com a queda do “império” Espírito Santo. O primeiro evento é fundamental para o modelo de negócio do Banco, para a gestão do seu balanço e para o negócio com os clientes, e é também um ponto chave para criar valor para os seus accionistas. Num momento em que o sector bancário se encontrava num processo de estabilização e recapitalização, principalmente através de fontes públicas, o segundo evento levou a que o sector permanecesse fraco e vulnerável. De um modo geral, o Banco ultrapassou ambos os eventos de maneira razoavelmente bem sucedida. A um nível mais detalhado, a resposta do Banco a oportunidades de negócio, regulatórias, fiscais, laborais, sociais e competitivas, são discutidas nesta secção e durante o Relatório de Gestão.

Elementos chave específicos do BiG e relevantes no actual Enquadramento Operacional:

O nível de Activos Líquidos do Banco era apenas 5,5 vezes os Capitais Próprios em 31/12/2014, ligeiramente inferior ao registado em 31/12/2013, e

substancialmente inferior, à maioria dos concorrentes; o rácio simples de alavancagem do Banco era de 18% no final de 2014;

O rácio Core Tier 1 do BiG a 31/12/2014 foi de 35,1%, excedendo os 30% nos últimos 15 anos consecutivos;

O Banco não emite instrumentos de dívida para suportar as suas actividades de Balanço: as fontes chave de financiamento são os depósitos de clientes e capitais próprios;

O modelo de negócio do Banco não se baseia em crédito; está orientado para o crescimento sustentável num ambiente controlado, com base no crescimento dos resultados acumulados e cuidadosa gestão de capital;

Os accionistas não foram chamados a aumentos de capital desde 2001;

O Banco não solicitou, nem necessitou, de assistência do Estado, em qualquer momento, para cobrir as suas necessidades de financiamento ou capital, sob a forma de garantias e similares, obrigações convertíveis ou capital.

Indicadores Macroeconómicos e Tendências Económicas

Global

De acordo com o FMI, a taxa de crescimento económico global manteve-se relativamente estável durante 2014, aumentando 3,3% relativamente ao ano anterior. Na Zona Euro, observou-se uma ligeira recuperação, crescendo

0,8% contra os -0,4% em 2013. A economia dos EUA registou uma taxa de crescimento de 2,2%, enquanto que outros blocos económicos começaram a arrefecer relativamente a anos passados: Ásia avançou 4,7% e a América Latina viu o seu crescimento abrandar para os 1,3% no ano. Estes abrandamentos na actividade económica foram resultado de desequilíbrios estruturais e do fim do “super-ciclo” das mercadorias, que estão na base do crescimento significativo do mundo emergente desde meados da década passada.

Na Europa, a taxa de crescimento económico foi insuficiente para compensar os riscos ainda presentes, provenientes da crise de risco soberano dos últimos anos. O endividamento do sector público permaneceu a níveis excepcionalmente altos e o surgimento de crescentes riscos de deflação – de certo modo confirmados pelo crescimento negativo do CPI (-0,2%) para a Zona Euro em Dezembro de 2014 – levou a uma acção mais ampla por parte do BCE de modo a promover a confiança no sistema financeiro e de tentar reduzir alguns dos sinais de fragmentação que se verificam no coração da Zona Euro. Medidas específicas implementadas pelo BCE incluíram: (i) a redução da taxa de referência para 0,05%, (ii) a redução da taxa de depósitos no BCE para -0,20%, (iii) um novo programa para suportar os empréstimos ao sector empresarial (TLTRO – *Targeted Long Term Repo Operations*) e (iv) formalização de um programa de compra de activos, focando-se em classes de activos como obrigações garantidas (*covered bonds*) e activos financeiros com colaterais (*asset backed securities*), a um ritmo mensal aproximado de € 10 mil milhões. Em termos macro, e destacando os diversos ritmos das diferentes economias, 2014

viu um abrandamento relativo das principais economias da Zona Euro, enquanto as economias periféricas começaram a sua recuperação, beneficiando de reformas recentes e da correcção de certos desequilíbrios que estiveram na origem da crise soberana. Durante 2014, tornou-se oficial a união bancária, os testes de esforço foram intensificados e o BCE é agora o principal regulador dos maiores bancos de cada país da Zona Euro.

Na América do Norte, o crescimento acelerou a um ritmo saudável e o desemprego decresceu consistentemente, enquanto o crescimento dos salários permaneceu relativamente baixo. A FED terminou o seu programa de *quantitative easing*, em curso desde 2012, sem um impacto significativo.

De um modo geral, o contexto económico global relativamente benigno, combinado com um alívio dos riscos da Zona Euro, levou a alguns movimentos significativos nas maiores classes de activos: (i) as *yields* das dívidas soberanas decresceram para níveis históricos mínimos e os *spreads* para o *benchmark* Alemão (Bunds) diminuíram significativamente, (ii) as mercadorias caíram, impulsionadas pela queda de 50% do petróleo bruto, (iii) o efeito deflacionário da queda do preço do petróleo contribuiu para a compressão nos *spreads* de crédito para empresas e outros segmentos, (iv) os mercados de acções tiveram uma *performance* mista, com os índices dos EUA a crescer 10% e Japão 8%, enquanto na Europa a *performance* foi *breakeven* e nos mercados emergentes a mesma foi ligeiramente negativa e (v) o Euro depreciou 11% face ao dólar americano, como consequência das evoluções divergentes entre ambos os blocos económicos.

T.3

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			IPC		
	2013	2014	2015E	2013	2014	2015E
Estados Unidos	2,2	2,2	3,1	1,5	2,0	2,1
Zona Euro	-0,4	0,8	1,3	1,3	0,5	0,9
Portugal	-1,4	1,0	1,5	0,4	0,0	1,1
Médio Oriente & África do Norte	2,3	2,6	3,8	9,2	7,5	8,0
Ásia	5,2	4,7	5,4	4,6	4,6	5,0
Japão	1,5	0,9	0,8	0,4	2,7	2,0
América do Sul	2,7	1,3	2,2	7,1	n.a.	n.a.
Mundo	3,3	3,3	3,8	3,9	3,8	3,9

Portugal

O ano passado marcou o retorno a um crescimento económico positivo (+0,9%) e a conclusão do resgate de três anos acordado com o FMI/UE/BCE em 2011. Todavia, o progresso do país vai ser revisto periodicamente até meados de 2017 e além, até 75% dos empréstimos oficiais serem reembolsados. O crescimento positivo de Portugal beneficiou de uma recuperação de 2,1% do consumo privado e de uma evolução favorável das exportações. Contudo, as importações também aumentaram e é expectável que o Governo reporte um défice de 4% - em linha com os objectivos – com as receitas fiscais, expectavelmente, a gerarem mais € 650 milhões do que orçamentado. A inflação foi -0,3% em 2014, enquanto que a percentagem de desemprego diminuiu ligeiramente para 13,9%, suportada pela combinação de: reduções na força de trabalho, emigração e programas sociais elaborados de modo a reintegrar os indivíduos no mercado de trabalho.

O clima de optimismo relacionado com a “saída” da *Troika* em Maio de 2014 reverteu-se em meados do verão, com o colapso do Grupo Espírito Santo (GES), referido anteriormente, e a intervenção no BES. A solução envolveu a criação de: (i) um “banco mau”, que herdou os activos tóxicos, e cujos accionistas são os antigos donos do BES, (ii) a criação do Novo Banco, para onde os depósitos, os empréstimos e outras actividades relacionadas com o normal funcionamento do banco foram transferidos e (iii) a recapitalização do banco com € 4,9 mil milhões via Fundo de Resolução. A nova administração do banco tem como principal mandato a venda bem sucedida do Novo Banco. Paralelamente, as notícias que a Portugal Telecom (PT), cujo maior accionista era o BES, era credor do GES num montante perto dos € 900 milhões via subscrição de papel comercial, motivaram a renegociação dos termos da fusão com a Oi do Brasil e o afastamento da equipa de gestão da empresa.

Perspectivas oficiais para 2015 sugerem a continuação do crescimento das exportações, alguns benefícios provenientes de eventos macroeconómicos globais, incluindo o ambiente de taxas de juro baixas e petróleo barato, e o possível crescimento económico entre 1,2% e 1,5%.

Políticas Contabilísticas Relevantes

As políticas contabilísticas revelantes utilizadas pelo Banco são discutidas em detalhe nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*. Das políticas utilizadas, a mais importante para o Banco corresponde à utilização do justo valor para a avaliação de instrumentos financeiros. Isto ocorre porque a maior parte da carteira de activos remunerados - e, portanto, do próprio Balanço – são activos líquidos, de rendimento fixo ou variável, por oposição a activos com menor liquidez. Como resultado, a maioria do Balanço está avaliado a preços de mercado (*mark to market*), o que leva a uma melhoria da transparência contabilística, mas que também obriga a uma elevada disciplina financeira. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como tem vindo a ocorrer ocasionalmente nos últimos anos, mas em menor escala em 2014, a utilização desta política pode ter um impacto significativo na forma como os activos financeiros são avaliados pelo mercado e, consequentemente, nas demonstrações financeiras do Banco.

De acordo com o definido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na IAS 39, o justo valor é a quantia pela qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre elas. Esta definição pressupõe a existência de partes interessadas - i.e. *liquidez de mercado* - facto que pode não se verificar com determinados activos durante períodos de alterações excepcionais no mercado. O conceito de justo valor através de avaliações *marked to market* revela-se adequado em mercados eficientes e transparentes, e menos preciso, em mercado ilíquidos ou inactivos.

Como regra, os *activos detidos para negociação (trading)* são mensurados pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas na demonstração de resultados. Similarmente, os activos detidos para venda (*available for sale*) são mensurados pelo justo valor, com as respectivas flutuações reconhecidas em reservas na rúbrica de capital próprio, até que se reconheça uma imparidade. Nesse momento, transfe-

rem-se para resultados as perdas reconhecidas em reservas. Uma terceira categoria diz respeito a activos detidos até à maturidade (*held to maturity*). **Uma vez que o BiG não detém uma carteira de activos detidos até à maturidade (*Held to maturity*), conforme definido pela IAS, todos os activos financeiros detidos pelo Banco e não classificados como crédito, são enquadrados nas duas categorias acima referidas e, consequentemente, avaliados pelo justo valor e reflectidos como tal nas demonstrações financeiras.**

Políticas contabilísticas e eventos que podem assumir particular relevância:

Pricing: Na determinação do justo valor de um determinado activo financeiro, o Banco considera o preço de compra disponível no mercado (*bid-price*). Na ausência de cotações ou na presença de preços de mercado que, na opinião do Banco, possam não ser realistas, o justo valor pode ser determinado com recurso a: (i) avaliações baseadas em transacções recentes ou semelhantes, executadas sob condições de mercado normais, metodologias de *cash flows* descontados e modelos de avaliação baseados em opções, os quais podem ser customizados tendo em vista reflectir as circunstâncias de um determinado instrumento financeiro e (ii) avaliações baseadas em informação de mercado.

Controlo sobre avaliação de instrumentos financeiros: As infra-estruturas de controlo são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias acima referidas, são definidos pelo Conselho de Administração e controlados ou revistos pelas funções de auditoria interna e externa do Banco.

Revisão das receitas e despesas líquidas: A contabilidade das receitas e despesas é da responsabilidade de funções independentes e de controlo e são verificadas diariamente pela Administração. O objectivo é identificar e resolver potenciais problemas associados ao valor justo ou contabilístico das receitas numa base objectiva e periódica.

Reclassificação: Reclassificações podem ocorrer, em circunstâncias excepcionais,

conforme foi reportado recentemente em 2010. Em Fevereiro desse ano, o Banco vendeu um conjunto de activos detidos até à maturidade, os quais, de acordo com a IAS 39, foram reclassificados como activos disponíveis para venda e reavaliados pelo justo valor. Este facto resultou num proveito e, de acordo com a IAS 39, no impedimento do Banco deter activos até à maturidade, por um período de dois anos após a ocorrência deste evento. Apesar de ter vindo a ser possível o Banco deter activos financeiros até à maturidade a partir de 2013, a Administração não tem, no imediato, planos para se desviar da prática de valorização a preços de mercado (*marking to market*) de toda a sua carteira de activos financeiros, através das suas carteiras de negociação ou de activos disponíveis para venda.

De uma forma geral, durante 2014, existiu maior liquidez nos mercados, reduzindo assim as questões de avaliações justas. Os mercados de rendimento fixo revelaram-se na generalidade optimistas, e durante o ano verificou-se um retorno gradual à normalidade na emissão de soberanos, anteriormente restringidos pela incerteza relativamente à sua solvabilidade. A visão do mercado relativamente ao risco soberano e corporativo Português, reflectido na liquidez disponível e na melhoria gradual das perspectivas de crédito, tem melhorado lenta e firmemente. Mesmo assim, no final do ano, a notação do crédito soberano Português, assim como da maioria dos bancos classificados e empresas emittentes, mantiveram-se abaixo de *investment grade*, não sendo esperada qualquer melhoria antes de meados de 2015. O número de eventos extraordinários e de períodos de volatilidade fora do comum, revelou-se comparativamente inferior ao observado

no ano passado, com factores globais a impulsionar as *yields* globais para mínimos históricos.

Análise Sumária – Indicadores Chave

Para uma análise mais detalhada que o seguinte sumário fornecido, por favor consulte a secção: *Resultado das Operações de 2014 e Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*.

Capital e Solvabilidade

A utilização e afectação de capital, bem como a robustez, consistência e transparência dos rácios de solvabilidade são, para a Administração, de extrema importância na gestão diária do Banco. O nível adequado de capital fornece aos clientes e às contrapartes confiança, e reflecte os aspectos chave de como o negócio é gerido. Estes são, entre outros, factores como (i) vigiar atentamente os riscos potenciais assim como os retornos esperados, (ii) aplicar o resultado dos processos de testes de esforço e planeamento de capital à gestão diária do balanço, (iii) avaliar objectivamente o ambiente empresarial e (iv) identificar e avaliar os potenciais riscos materiais, sejam estes específicos ou estratégicos. O Banco efectua projecções de capital e financiamento regularmente e envia ao regulador, numa base anual, o resultado do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), que incorpora extensas análises realizadas regularmente, algumas das quais diariamente. O cálculo de *earnings at risk* e capital em risco baseados em análises de possíveis cenários é fundamental para manter disciplina na tomada de risco e, conseqüentemente, na utilização de capital.

Em 2014, o aumento dos resultados, uma política conservadora relativa à distribuição de dividendos e o valor relativamente estável dos activos financeiros disponíveis para venda, que se reflecte na Reserva de Justo Valor, permitiu aumentar 26% o valor dos capitais próprios do Banco para € 261,4 milhões. Este valor inclui o impacto de um dividendo antecipado no valor de € 15,6 milhões, distribuído aos accionistas antes do final do ano, com base nos resultados certificados do Banco para o período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2014. O Capital Regulamentar, ou “Fundos Próprios”, calculado de acordo com a regulação do Banco Central, ascendeu a € 261,3 milhões em 31/12/2014, superior aos € 202,1 milhões registados na mesma data de 2013.

O rácio Core Tier 1 do Banco atingiu os 35,1% no final de 2014, face a 32,7% no final do ano anterior. Este rácio tem-se mantido consistentemente bastante acima dos valores mínimos regulamentares, mesmo nas difíceis condições de mercado verificadas nos últimos 15 anos.

De forma a garantir um uso prudente do capital e um nível confortável de reservas, o Banco efectua diversos testes de esforço numa base diária. Estes incluem vários testes às mais importantes rubricas do Balanço, controlos diários dos limites estabelecidos no Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP) do Banco e uma série de testes de esforço ao rácio de solvabilidade, introduzidos pela Administração durante o auge da crise das dívidas soberanas em 2011 e mantidos, com modificações, deste então. Estes foram definidos para avaliar o impacto no rácio Tier 1 de alterações improváveis, mas teoricamente possíveis, no sentimento de mercado, com potencial

T.4

(Euro)

Capital	2014	2013	2012	2011
Capital	104.000.000	104.000.000	104.000.000	104.000.000
Prémios de emissão	1.362.281	1.362.281	1.362.281	1.362.281
Acções Próprias	-152.977	-1.084.393	-1.171.567	-1.323.065
Reserva de justo valor	-7.284.436	-2.179.900	-1.183.677	-8.279.347
Outras reservas e resultados transitados	96.514.926	58.946.645	44.559.045	47.968.877
Resultado líquido do exercício	82.529.197	58.627.760	32.517.881	2.505.595
Capitais Próprios	261.369.252	207.192.601	170.724.119	67.234.341
Fundos Próprios	261.299.610	202.589.699	161.869.909	146.510.409
Rácio TIER 1	35,1%	32,7%	31,9%	32,5%

impacto directo nos rácios de solvabilidade do Banco. Os resultados dos testes de esforço, ainda que hipotéticos, servem regularmente como aviso à Administração e às diversas áreas de negócio, para reduzir o risco ou diversificar as concentrações. Alguns exemplos de resultados de alguns cenários extremos analisados pela Administração a 31/12/2014, são apresentados abaixo e discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO do presente relatório e na Nota 38. Estes resultados assumem a combinação de dois eventos extremos: (i) quedas súbitas e acentuadas no preço de certos tipos de títulos de dívida soberana e (ii) o conseqüente reconhecimento como imparidade e correspondentes movimentos na Reserva de Justo Valor e nos resultados do Banco.

Os cenários assumem os descontos teóricos apresentados na tabela T5, face ao valor nominal de títulos de dívida de três países, que se encontram no centro da crise da dívida soberana e aos quais tivemos exposição em 2014.

Os resultados do impacto teórico no rácio de solvabilidade do Banco no final de Dezembro de 2014, em cada cenário, seriam os apresentados na tabela T6.

Os testes de esforço apresentados na tabela T5 são alguns dos muitos testes

T.5

Testes de Stress Cenários Extremos (Dezembro)		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Portugal	Contabilizar as reservas de reavaliação como resultados		20%	25%
Espanha			10%	15%
Itália			12%	17%

T.6

Dezembro 2014 - Cenários extremos - Rácio Tier I Teórico	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Total Capital Ratio	35,1%	26,7%	23,2%
T1 Capital Ratio	35,1%	26,7%	23,2%

T.7

Liquidez e Recursos	2014	2013	2012	2011
Crédito concedido / Depósitos de clientes	16,9%	28,8%	35,4%	36,2%
Activos remunerados / Total do activo líquido	84,8%	80,4%	76,9%	72,0%
BCE	180.173	130.315	260.248	238.323
Outros recursos	108.264	143.478	6.481	48.896
Depósitos de clientes/ Total passivo e capital	55,7%	56,3%	53,1%	53,1%

(Euro 000)

internos do BiG, existindo, no entanto, outros que são realizados de acordo com os requisitos regulatórios. O Banco analisa igualmente a forma como, num cenário de crise severa, seria gerido o balanço do Banco, em termos de geração de liquidez e/ou aplicação dos capitais próprios. Esta aferição incorpora riscos de mercado, de crédito e operacionais e, quando combinada com análises de cenários diárias, conforme descrito anteriormente e na secção de GESTÃO DE RISCO do presente relatório, constitui a base para a avaliação permanente pela Administração relativamente à adequação do capital do Banco.

Liquidez e Recursos

O lento crescimento da Zona Euro, a austeridade, o reduzido investimento e procura por crédito em conjunto com a intervenção do Banco Central, contribuíram para um ambiente de taxas de juro baixas e mercados razoavelmente líquidos. Apesar de menos atractivo para os aforradores, este contexto ajudou os governos, as empresas e os bancos a melhorar os seus Balanços. Por sua vez, esta situação aumentou a confiança dos investidores, o que pode ser verificado no aumento do volume de várias classes de activos. Assim, caso as expectativas e confiança dos investidores não sofram um forte impacto, o Banco espera que esta

tendência se mantenha. Ao longo de 2014, a Administração geriu activamente e alterou frequentemente o foco da carteira de instrumentos financeiros do Banco, de acordo com as expectativas relativamente aos movimentos das taxas de juro e da qualidade de crédito. O crescimento aproximado de 16% dos activos remunerados foi financiado por um crescimento de 18% nos depósitos e um aumento de 26% das reservas.

As fontes de financiamento por via de acordos de curto-prazo de venda/recompra estabelecidos com diferentes contrapartes, em percentagem dos activos remunerados, diminuíram pelo segundo ano consecutivo. A liquidez potencial não utilizada do Banco, baseada na capacidade de usar instrumentos financeiros elegíveis como colateral para aceder a linhas adicionais de financiamento, é substancial, com um rácio de activos elegíveis/depósitos superior a 70%. A liquidez disponível aumenta, em média, para mais de 100% dos depósitos quando os activos disponíveis para venda não-elegíveis e os valores em caixa são incluídos no valor disponível não utilizado das POOLS do BCE/EUREX, como pode ser verificado na tabela T8.

À semelhança de anos anteriores, o crédito tradicional permaneceu um segmento não estratégico, particularidade que constitui um factor chave no modelo de negócio do Banco e fundamental para a sua gestão da liquidez, da qualidade dos activos e da utilização eficiente do capital próprio. O rácio de Crédito Concedido/Total Activo Líquido atingiu os 9,4% a 31/12/2014, o que compara com os 16% a 31/12/2013. Já o rácio Crédito Concedido/Depósitos, um indicador chave de liquidez, diminuiu para 16,9% no final de 2014, face a 28,9% verificado na mesma data de 2013.

A maioria dos activos do Banco são activos financeiros líquidos, sendo detidos

T.8

(Euro)

	Valores médios em € 1.º trimestre 2014	Valores médios em € 2.º trimestre 2014	Valores médios em € 3.º trimestre 2014	Valores médios em € 4.º trimestre 2014
ECB - Valor da POOL - Activos elegíveis (inclui haircut)(1)	448.262.754	636.942.275	465.288.031	595.540.700
ECB - Valor da POOL - Tomadas	156.666.667	178.333.333	186.666.667	188.333.333
ECB - Valor da POOL - Disponíveis	291.596.088	458.608.942	278.621.364	407.207.367
EUREX Repo - Valor da POOL(2)	191.336.660	41.868.080	62.015.042	43.545.124
EUREX Repo Tomadas Net: (Tomadas - cedências)	52.666.667	14.000.000	-1.666.667	14.000.000
Eurex Repo - Disponíveis	98.523.335	20.729.820	49.592.575	23.231.401
Activos elegíveis e disponíveis para colateral não integrados nas POOLs	131.852.611	222.404.377	134.816.170	94.758.028
Total depósitos	722.408.364	759.337.528	764.023.546	817.666.052
Total de activos elegíveis e disponíveis	521.972.033	701.743.139	463.030.109	525.196.796
Rácio entre activos disponíveis face ao total de depósitos	72%	92%	61%	64%
Activos elegíveis não disponíveis (dados como garantia - SII, Eurex, Outras Repos)	6.515.339	6.805.512	15.307.100	54.585.569
Activos não elegíveis	238.734.938	170.100.721	431.186.564	384.548.241

(1) POOL de activos valorizada com preços do ECB que podem não coincidir com os preços de mercado.

(2) POOL de activos valorizada aos preços da Eurex, não inclui haircuts.

para negociação ou disponíveis para venda (AFS). Praticamente todos os activos remunerados do Banco são mensurados a valores de mercado, o que se traduz num reflexo diário dos resultados na Demonstração de Resultados, no caso dos activos detidos para negociação, e na Reserva de Justo Valor, no caso dos AFS. Não obstante, o impacto em resultados e capital, especialmente em condições de mercado voláteis, a Administração considera que deter e negociar activos através das carteiras de activos detidos para negociação ou detidos para venda permite uma maior flexibilidade na gestão de posições, encoraja a disciplina nas tomadas de risco e o crescimento do Balanço, o que coincide com a política de absoluta transparência na avaliação de activos financeiros. **A combinação de: (i) uma baixa**

concentração de crédito ilíquido, (ii) uma reduzida alavancagem do Balanço relativamente ao capital próprio e fontes estáveis de financiamento e (iii) uma política de manutenção de uma carteira de activos permanentemente disponíveis e livres de encargos garantindo níveis de liquidez confortáveis, têm sido críticas para a gestão rentável das operações do Banco, ao longo da actual recessão económica em Portugal.

Resumindo, as principais fontes de financiamento do Banco durante 2014 foram: (i) os depósitos de Clientes de retalho que aumentaram 18% face ao ano anterior para € 804 milhões, (ii) o financiamento através de acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, cujo valor aumentou quando com-

parado com o ano anterior, (iii) o financiamento através de acordos de recompra com o BCE e com a EUREX (que diminuiu face ao ano anterior) e (iv) através do aumento dos capitais próprios. O Banco não emite títulos de dívida e, consequentemente, continua a não ser afectado pelo acesso limitado ao financiamento em mercados internacionais, sentido pelos bancos de países sujeitos a programas de ajustamento. O Banco participa no mercado interbancário nacional, a um nível reduzido e somente enquanto credor.

Resultados

O Produto Bancário do Banco aumentou 35,5% em 2014 para € 169,4 milhões, o Resultado Líquido cresceu 40,8% para

T.9

(Euro 000)

Resultados	2014	2013	2012	2011
Produto bancário	169.375	125.022	80.328	33.177
Custos Operacionais (antes de imparidades)	-44.685	-33.052	-25.179	-15.751
Imparidades	-209	-195	-6.294	-13.987
Resultados de associadas	176	163	23	88
Resultados antes de imposto	124.656	91.938	48.877	3.527
Impostos	-42.127	-33.311	-16.359	-1.021
Resultado Líquido	82.529	58.628	32.518	2.506

€ 82,5 milhões, face a € 58,6 milhões no ano anterior e a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) do Banco ascendeu a 35,2%, face a 31,0% registado no final de 2013.

O BiG, em 2014, obteve o melhor desempenho desde a fundação do Banco há 16 anos atrás. Desde o começo da crise da dívida soberana Europeia, que evoluiu para uma crise bancária, o Banco tem crescido continuamente, de um modo sustentável, e tem produzido resultados sólidos num período desafiante para os nossos concorrentes no sistema bancário português. Acreditamos que este desempenho se deve a um conjunto de factores, que têm sido referidos nos nossos relatórios de gestão ao longo dos últimos anos. Entre estes, destaque para os mais relevantes:

(i) O foco da Administração nos princípios fundamentais de gestão de liquidez, flexibilidade do Balanço, transparência contabilística, controlo de custos e controlo de risco; e

(ii) A abordagem disciplinada do Banco em assumir, medir e gerir riscos, tem permitido à Administração planear o futuro com base em crescimento e resultados, uma vez que não tem necessidade de gerir problemas herdados do passado.

A margem financeira do Banco diminuiu ligeiramente devido nomeadamente: (i) a uma política de controlo da dimensão do Balanço, apesar da maior base de recursos de clientes, (ii) ao rápido declínio das taxas de juro nominais num contexto de crescimento económico muito reduzido e (iii) à gestão activa da carteira do Banco, o que significou uma substituição por parte do Banco de margem financeira por ganhos de investimento superiores. O mesmo contexto de taxas de juro influenciou os clientes a transaccionar e investir cada vez mais, contribuindo assim para um incremento significativo nas comissões líquidas em 2014.

O negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais do Banco teve um crescimento de 40% das receitas líquidas, após um forte desempenho em 2013 e 2012. Oportunidades referentes a activos de rendimento fixo, produtos de crédito e a maior actividade dos clientes explicam o montante de receitas líquidas superiores a € 131 milhões nesta área, face aos € 95 milhões verificados em 2013. No que concerne às diferentes linhas de negócio (ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO), o negócio de retalho especializado do Banco gerou € 17,4 milhões de Proveitos Líquidos, 25% acima de 2013. As receitas do segmento de Clientes Empresas e Institucionais, também aumentaram significativamente, devido a um maior fluxo de negócio e de receitas provenientes de transacções de clientes.

Do lado da despesa, os custos com remunerações e outras despesas operacionais, líquidos de imparidades, aumentaram 12,6% face a 2013. As principais componentes incluíam remuneração fixa e variável, a maioria diferida, maiores despesas relacionadas com marketing e custos com amortizações, que se mantiveram relativamente estáveis. A taxa de crescimento desta categoria foi, no entanto, substancialmente inferior à taxa de crescimento do produto bancário, à semelhança dos últimos anos, levando a uma significativa melhoria das métricas de eficiência do Banco. Em 2014, **o rácio de eficiência do Banco, definido como Despesas Operacionais/Produto Bancário, melhorou para 20,7%, comparativamente com 24,9% em 2013 e 27,7% em 2012.** Para detalhes adicionais, ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO.

As provisões líquidas atingiram € 10,3 milhões a 31/12/2014, face aos € 1,9 milhões a 31/12/2013 e € 2,9 na mesma data em 2012. As imparidades no final do ano eram pouco materiais, cifrando-se nos € 0,209 milhões, face a € 0,195 milhões em 2013 e € 6,3 milhões em 2012. A provisão para impostos do Banco aumentou para € 42,1 milhões, representando uma taxa de imposto

de 33,8%, face a 36,7% em 2013, 33,7% em 2012, 29,0% em 2011 e 22,5% em 2010. Esta taxa decorre do aumento de resultados tributáveis, em combinação com a tributação de emergência imposta pelo Governo, tendo em vista o cumprimento dos objectivos orçamentais agressivos exigidos pela Troika de credores externos, e que afectam negativamente toda a economia. Apesar da ligeira queda na taxa de imposto empresariais em 2014, a Administração espera que as taxas de tributação, directa e indirecta, se mantenham pelo menos nos níveis actuais, ao longo de 2015.

Política de Dividendos

Os accionistas aprovaram, ao longo de mais de uma década, uma política de constituição de uma base de capital através de resultados acumulados. Desde o seu início em 2004, o Banco tem retido, em média ao longo dos últimos 10 anos, 65% do Resultado Líquido e tem distribuído, aproximadamente, 35% em dividendos. Para o ano fiscal de 2014, o dividendo proposto é de € 0,21 por acção, o que representa um aumento de 17% relativamente aos € 0,18 pagos em 2013. Isto representa um rácio de *payout* de 26,4% para 2014, e inclui, o dividendo antecipado no valor de € 0,15 por acção, pago aos accionistas em Novembro 2014, com base nos resultados certificados do Banco para o período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2014. A história recente de *payouts* do Banco encontra-se abaixo descrita. Considerando o pagamento proposto relativo a 2014, o Banco já distribuiu aos Accionistas cerca de € 79 milhões sob a forma de dividendos desde 2004.

Enquadramento Concorrencial

As mudanças graduais no enquadramento concorrencial, que estão em curso desde que o programa de ajustamento promovido pela Troika e a mudança das agendas políticas e regulatórias a um nível Europeu começaram em 2011, aceleraram rapidamente

T.10

(Euro)

Dívidendos	2014*	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Dividendo por Acção	0,210 €	0,180 €	0,150 €	- €	0,0325 €	0,065 €	0,050 €
% Resultado Distribuído Individual	26%	32%	48%	0%	15%	46%	61%

* Sujeito a aprovação pelos Accionistas

com o colapso do Grupo Espírito Santo e com a intervenção/resolução no Banco Espírito Santo, em Agosto de 2014. O uso do recém-criado Fundo de Resolução, financiado maioritariamente pelo Estado através de fundos da *Troika* que foram disponibilizados através de recursos dos bancos, juntamente com os termos e detalhes da venda eventual do seu sucessor, o Novo Banco, deverão ter um impacto profundo no enquadramento concorrencial, quota de mercado, rentabilidade e na forma como os bancos, de um modo geral, funcionam em Portugal.

Já em momento anterior a este evento, os bancos em Portugal encontravam-se sob grande pressão dos reguladores e dos mercados financeiros para desalavancar, ajustar os preços em função do risco, reconsiderar fontes de financiamento alternativas, aumentar capital de modo a cumprir com os novos *benchmarks* e passar em testes de esforço de adequação de capital. As Revisões da Qualidade dos Activos (AQR – *Asset Quality Review*) impostas pela União Europeia (UE) e coordenadas pelos reguladores locais têm conduzido a um reconhecimento contabilístico dos créditos vencidos, que por sua vez, resultou no reconhecimento adicional de pesadas perdas pelos maiores bancos, durante 2013 e 2014. O mercado interno tem sentido os efeitos da contracção do balanço dos bancos, resultando numa menor disponibilidade de crédito e, quando disponível, oferecido com *spreads* muito superiores aos praticados no passado. O resultado dos testes de esforço realizados pela EBA – Autoridade Bancária Europeia –, tornados públicos em 2014, sugerem alguns progressos no que toca à estrutura de capital dos maiores bancos. Contudo, este progresso não tem sido suficiente para os bancos comerciais contemplarem a retoma dos níveis de negócio e estratégias expansionistas para os níveis anteriores à crise. Este processo continua em evolução, impulsionado pela crescente regulamentação e legislação, desenvolvidas de modo a assegurar o sector bancário seja razoavelmente diferente no futuro. Como resposta a estas medidas, o processo de ajustamento de alguns dos concorrentes do BiG tem incluído reduções de pessoal, encerramento de agências, desinvestimentos, alterações na gestão e, nos casos de maior relevância, a entrada do Estado enquanto accionista, contingente ou directo.

Não obstante, o longo processo necessário para sanar os balanços da maioria dos bancos afectados pela recessão e pelo efeito de práticas de gestão menos eficientes, adicionalmente, ao nível de fundos dos contribuintes mobilizados para esse propósito, o mercado bancário, a nível doméstico e internacional, continua a ser altamente competitivo, e é esperado que assim se mantenha. Portugal continua a ser um mercado relativamente concentrado, com 5 instituições de crédito detendo conjuntamente uma quota de mercado superior a 70%. Estes podem ser caracterizados como instituições financeiras universais, que geralmente operam modelos de negócio tradicionais. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros, de pequena e média dimensão, e em geral especializados, partilham a restante quota de mercado. Consequentemente, o Banco enfrenta concorrência em todas as nossas linhas de negócio por parte de um conjunto alargado de operadores domésticos, e, em certas linhas de negócio, de operadores internacionais. O Banco enfrenta ainda competição intensa por parte das empresas internacionais de auditoria e consultoria, cujos serviços se sobrepõem aos serviços prestados pelo Banco em áreas como a assessoria a empresas. Um dos grandes concorrentes no que toca a financiamento tem sido o próprio Estado, que através do Instituto de Crédito Público, comercializa instrumentos de poupança que competem directamente com os bancos por financiamento de maneira agressiva, com taxas acima do mercado.

À medida que o processo de ajustamento segue o seu curso, e enquanto se espera pelo resultado da eventual venda do Novo Banco, prevista para 2015 – mas que, contratualmente, pode ser estendida até 2016 – o Banco tem vindo a verificar um aumento, e não uma diminuição, da concorrência por parte de várias instituições financeiras, entre as quais se encontram aquelas que beneficiaram da assistência do Estado ou de intervenção regulatória. As principais linhas de negócio do Banco são potencialmente as mais atractivas para os concorrentes que poderão estar a experienciar dificuldades nos seus negócios *core* ou que procuram quota de mercado. Inversamente, o BiG geralmente não compete nas áreas que se têm revelado mais problemáticas no sector, nomeadamente a área de crédito comercial e a consumidores.

Organização

Os objectivos do Banco passam por disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos aos seus Clientes e criar valor de longo prazo para os seus accionistas. O BiG procura assegurar um crescimento sustentado e um equilíbrio entre o investimento a médio-prazo e a existência de retornos no curto-prazo.

A Administração acredita – e os eventos passados têm vindo a confirmar essa visão – que estes objectivos poderão ser alcançados através de uma estrutura operacional interna eficiente, construída em torno de pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final e os nossos accionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os riscos de mercado, crédito e operacional aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta.

A estrutura organizacional interna reflecte aspectos chave da cultura empresarial, o que tem aumentado a resiliência do Banco e assegurado a integridade do seu modelo de negócio durante sucessivas crises financeiras. Resumindo, o Banco procura ser transparente, flexível, atento aos riscos de mercado e com uma gestão que permite reagir rapidamente à percepção de aumentos nas oportunidades de negócio. A liquidez do Banco, a qualidade dos seus activos e o seu perfil de capital são fortes. Excepto, no que concerne a investimentos em sistemas, ajustamentos na gestão diária de cada uma das linhas de negócio e precaução superior à usual dada a volatilidade do contexto político-económico, os eventos dos últimos anos não ditaram alterações materiais na estratégia do Banco. O Banco tem conseguido crescer, não contrair, durante este período. O produto bancário, o negócio com clientes e os resultados por acção têm crescido, especialmente, desde 2011. Entretanto, a Administração está continuamente a analisar melhorias às actuais áreas de negócio e a procurar formas de investir capital, aumentar receitas, racionalizar custos e melhorar continuamente a eficiência interna. É esperado um crescimento sustentável, apesar da concorrência, e a manutenção desta tendência no futuro próximo.

F.1



Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do Grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em três subsidiárias: (i) ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., sociedade actualmente sem qualquer actividade; (ii) BiG Serviços Financeiros, S.A., responsável pela gestão do património imobiliário do Banco e pela prestação serviços de assessoria financeira; e (iii) BiG Moçambique, S.A., sociedade que dará lugar à unidade bancária que o BiG pretende criar nesse país.

O modelo de distribuição de retalho do Banco combina uma plataforma proprietária baseada na *internet*, www.big.pt, e uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em 15 agências: Lisboa (3), Porto (2), Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora, Linda-a-Velha, Viseu, Aveiro, Estoril e Guimarães. A abertura da 16ª agência (Loulé, Algarve) está agendada para o segundo trimestre de 2015. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto.

O Banco não opera nenhuma entidade offshore nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são directamente detidos ou arrendados pelo Banco. A sede do Banco na Avenida 24 de Julho em Lisboa é detida directamente pelo Banco. A infra-estrutura de Sistemas de Informação do Banco encontra-se

alojada numa localização segura, na zona suburbana de Lisboa, existindo ainda uma localização de *back-up* redundante no Porto.

A marca de retalho do Banco, *bigonline*, refere-se a um serviço de investimento com base na *internet* gerido exclusivamente pelo BiG e não tem qualquer personalidade jurídica autónoma. A marca registada *Banco BiG* é simultaneamente utilizada na abordagem ao segmento de banca retalho através da rede de agências, suportada pela plataforma *online*.

Segmentos de Negócio

Retalho Especializado

O BiG serve Clientes Individuais, com necessidades e expectativas variadas através de uma abordagem multicanal integrada, suportada por uma plataforma bancária e de negociação de activos financeiros próprios e uma rede crescente de agências nos principais mercados geográficos do país. A combinação de plataformas baseadas na *internet*, equipas de vendas especializadas e *financial advisors* ajuda os Clientes a executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir nos mercados financeiros mais importantes do mundo. Este segmento de negócio disponibiliza ainda, serviços bancários e soluções para vários tipos de Clientes, designadamente Clientes *self directed*, que procuram apoio ao investimento, Clientes que pretendem gerir o seu património e que exigem soluções concebidas à sua medida, bem como aqueles que procuram apenas a preser-

vação do seu capital. O Banco tem ainda um pequeno grupo de promotores e agentes vinculados.

Clientes Institucionais e Empresas

Para Clientes Institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais de várias áreas do Banco concebem soluções financeiras específicas, executam transacções e estratégias de investimento, e ajudam os Clientes a gerir os seus riscos. Os serviços que o Banco oferece neste segmento são, nomeadamente, a negociação em mercados regulamentados, a estruturação de produtos e soluções de gestão de risco, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado e serviços de assessoria financeira e *Corporate Finance*.

Tesouraria e Mercado de Capitais

Esta área de negócio foca-se nas actividades de tesouraria e investimento do Banco, centraliza a gestão da liquidez e do Balanço e assume um papel central na cultura do Banco de gestão e análise dos riscos de mercado. Adicionalmente à gestão da carteira de crédito do Banco, esta área proporciona *know how* e informação para consumo interno sobre mercados, gere a componente de cobertura de risco de mercado dos produtos estruturados disponibilizados pelo Banco aos Clientes, intervém activamente na concepção de produtos, para Clientes de retalho e Institucionais e gere a tesouraria e as posições de risco do Banco.

Governo da Sociedade

A organização interna do Banco é reflexo da vontade da Administração em manter simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre as diferentes áreas de negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados e os riscos assumidos. O BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir as melhores práticas de *Corporate Governance* e alinhar a supervisão e os processos de decisão com os interesses dos accionistas e de outras

Órgãos Estatutários de Supervisão do BiG

Assembleia Geral	Presidida por um Presidente e um Secretário eleitos pelos accionistas por mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades passam por dirigir as assembleias gerais anuais e extraordinárias de accionistas do Banco.
Conselho Consultivo	Actualmente constituído por 15 membros que fazem parte dos principais accionistas do BiG, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente lugar neste órgão consultivo. Reúne em média três vezes por ano para discutir aspectos estratégicos e contribuir com as suas recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não são formalmente vinculativas para o Conselho de Administração.
Conselho de Administração	Constituído no final do ano por cinco membros executivos, que controlam e gerem o Banco directamente numa base diária. Este órgão é eleito para mandatos de quatro anos e todos os membros são executivos com experiência bancária. Estes são escolhidos com base na sua experiência, cada um é igualmente um accionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse accionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos (“sistema monista”), não existe uma Comissão Executiva e as posições do Presidente do Conselho de Administração e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice- Presidente / COO.
Conselho Fiscal + ROC	Constituído por três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta directamente aos accionistas. As suas responsabilidades incluem revisões periódicas e auditorias independentes às contas, de acordo com as normas e políticas contabilísticas internacionais. Um Revisor Oficial de Contas independente providencia, igualmente, a sua opinião relativamente às contas.
Comissão de Remunerações	Constituída por três membros eleitos por períodos de quatro anos, este órgão reporta directamente aos accionistas. Determina periodicamente a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As suas responsabilidades incluem a revisão periódica das políticas de remuneração.

partes interessadas. O Banco empenha-se em cumprir com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades (Código de Governo das Sociedades da CMVM – 2013), na medida em que estas sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco. Adicionalmente, o BiG é membro do Instituto Português de *Corporate Governance*, através do qual o Banco procura contribuir para o debate dos principais temas e acompanhar os principais desenvolvimentos nesta área. A Administração revê e, quando é necessário, melhora as práticas e os instrumentos de *Corporate Governance*, de forma a reforçar a cultura de controlo interno e a manter uma base para o seu desenvolvimento social e económico.

Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos accionistas. A cada acção corresponde um voto, desde que, cada accionista, ou grupo de accionistas seja detentor de pelo menos 1.000 acções.

Consultores Externos

O auditor independente do Banco e suas subsidiárias é, desde meados de 2014, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (PwC). O Banco tem uma política de revisão periódica dos seus auditores externos, por norma após dois mandatos. Os accionistas aprovaram a substituição da KPMG pela PwC, na última Assembleia Anual de Accionistas. É política do Banco manter a independência entre as funções de auditoria externa e auditoria fiscal. Actualmente, a *Deloitte* é o consultor fiscal do Banco. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade *J.A. Pinto Ribeiro & Associados*.

Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional é depositada nos membros do Conselho de Administração, que desempenham funções executivas, aos quais os vários responsáveis de negociação, *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria interna, controlo interno e *compliance* e a gestão dos riscos associados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam directamente aos

membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Todos os Riscos (*All Risks Committee*), supervisionado por um *Senior Risk Officer*, que reúne regularmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos.

O Banco tem ainda um Comité de *Compliance*, constituído por elementos do Conselho de Administração e pelo Responsável da função *Compliance*, que analisa temas sensíveis relacionados com o controlo interno e o cumprimento das disposições regulatórias. As áreas de Auditoria Interna e de Recursos Humanos reportam directamente ao *Chairman*. Para mais detalhes, ver GESTÃO DE RISCO e CONTROLO INTERNO

Base Accionista

Ao longo do ano de 2014, a composição da base accionista do Banco manteve-se relativamente estável e maioritariamente nas mãos de Portugueses ou residentes fiscais Portugueses. No final de 2014, o Banco, que não está cotado em bolsa, tinha 138

accionistas registados. Cerca de 61% do Capital era detido por particulares, enquanto que uma variedade de instituições e fundações detinham os restantes 39%. O principal accionista era um investidor particular português que detinha uma posição de 12,4%. Os 6 maiores accionistas, todos independentes entre eles, detinham em conjunto 53% do capital, enquanto a soma das participações dos 10 principais accionistas ascendia a cerca de 64% dos direitos económicos e de voto. (Nota 34) Os membros da Administração do Banco no seu conjunto representavam uma posição combinada de pouco mais de 16% do capital e, no final do ano, incluíam 2 dos 5 maiores accionistas. Os grupos referidos são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre accionistas.

Recursos Humanos

A cultura de negócio do Banco provém da resiliência do seu modelo de negócio, da capacidade da Administração de executar as suas estratégias e de controlar os riscos, e da qualidade, formação e carácter dos seus colaboradores. A Administração acredita que o desenvolvimento de uma cultura interna é uma preocupação principal da gestão de topo e assume funções directas nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos Colaboradores do Banco. É percebido o desenvolvimento dos colaboradores como um investimento chave e o talento é recompensado desde o início. Em regra, é promovida a diversidade, excepto nos valores fundamentais do BiG. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

Em 2014, o perfil dos Colaboradores do Banco e as políticas de recrutamento, formação e desenvolvimento foram consistentes com os de anos anteriores. Durante 2014, a idade média dos Colaboradores do BiG era de 35 anos e 83% dos Colaboradores detinham pelo menos um título académico. O número de estágios universitários aumentou, bem como a cooperação com certas Universidades na área de “*directed internships*” para estudantes de mestrado.

O número médio de Colaboradores directos, excluindo a Administração, aumentou

8% para 186. Desde 2010, o número de Colaboradores aumentou 30%, especialmente nas áreas de vendas e de produtos. Para 2015, espera-se um aumento gradual nas áreas de vendas, *compliance* e controlo interno.

Práticas de Negócio

Desde a sua fundação, ou seja nos últimos 16 anos, que o BiG é gerido por profissionais experientes que têm uma participação relevante, mas minoritária, no capital da organização a par de outros accionistas, muitos dos quais são também co-fundadores do Banco. O Banco tem como objectivo manter uma estrutura organizacional simples e com linhas de responsabilidade claramente definidas entre a Administração, os vários órgãos e colaboradores. Não existem acordos vinculativos entre grupos de accionistas e o modelo de negócio é deliberadamente transparente, assim como o são as relações com Clientes, reguladores e o público. A estrutura organizacional é horizontal e não contém quaisquer estruturas opacas nem qualquer entidade *offshore*. Desde a criação do Banco, a Administração e os Accionistas têm procurado alinhar os seus interesses, procurando garantir uma separação adequada entre os que são proprietários e emitem orientações por um lado, e aqueles que profissionalmente assumem e aceitam responsabilidades de gestão, por outro. Acreditando que a participação accionista e a atribuição de incentivos de longo prazo através de programas de acções e opções, são um aspecto chave na manutenção deste equilíbrio, este tem sido um instrumento utilizado pelos accionistas desde a fundação do Banco.

A Administração acredita que um sistema eficaz de governação para qualquer organização assenta na sua cultura e na integridade das pessoas que a compõem. Operando num negócio exigente de serviços financeiros, o Banco trabalha todos os dias para assegurar que a afirmação anterior é mais do que meramente palavras. A natureza e extensão da informação divulgada reflecte um aspecto fundamental da cultura interna e proposta de valor do Banco. Nas relações com accionistas, Clientes, reguladores e contrapartes, o

Banco faz questão de comunicar deliberadamente de forma detalhada não só em que consiste o modelo de negócio, como também o seu funcionamento. Internamente, a cultura do Banco enfatiza a governação societária enquanto exercício diário de responsabilização de cada indivíduo, equipa e área de negócio. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização.

Uma vez que o Banco opera num ambiente de regulação e reporte crescente, as responsabilidades individuais e da Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas. Estas são concebidas para identificar e gerir riscos e funções independentes de supervisão para assegurar a aplicação dos regulamentos internos e externos. O Banco está permanentemente focado em garantir controlos operacionais efectivos, encorajar regras que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas, aceitando o escrutínio do negócio. O tempo dedicado pela Administração à gestão de riscos e construção de uma cultura de responsabilidade é praticamente o mesmo que dedica à análise e geração de novas oportunidades de negócio.

Gestão de Risco

O negócio do Banco, num sentido mais lato, envolve a assunção e gestão de riscos, de modo a criar valor para os accionistas. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes aspectos fundamentais do nosso negócio, são discutidas em detalhe na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO deste Relatório.

Na gestão do risco da organização, a Administração revê regularmente os processos, de forma a garantir que estes são bem concebidos, disciplinados, independentes, objectivos, e quantitativos. Este processo também visa garantir o cumprimento das normas regulamentares e práticas empresariais sensatas. Os processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processa-

mento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos, de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e preservar a sua estabilidade e potenciar a rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O objectivo do Banco é o de gerar receitas através de um conjunto diversificado de fontes – o que implica assumir um certo nível de risco - operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações combinam aspectos prudenciais básicos do negócio bancário, reflectem a experiência da Administração e dos gestores de negócio do Banco e são actualizadas através de medidas regulatórias ou legislativas. A comunicação interna regular e frequente das políticas de gestão de riscos e *risk appetite* revela-se crítica neste processo. Estas comunicações incluem, embora não limitadas: o cumprimento pelo Banco de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar transacções apropriadamente, o conhecimento dos Clientes e a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera, e o interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado. O negócio do Banco assenta significativamente na confiança

nos seus Colaboradores e na fiabilidade nos seus sistemas para processar operações, numa base contínua e relativamente livre de erros. O processo começa com a identificação do risco, seguindo-se a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

O BiG é uma instituição em crescimento, a operar num contexto de incerteza macroeconómica e financeira, de aumento da regulação e de maior escrutínio, num mercado global. Uma vez que o sector bancário depende da confiança e percepção, a Administração foca-se em assegurar que o processo do Banco consegue sobreviver a condições de mercado voláteis, testando estes processos e pressupostos de forma regular, estando igualmente atenta à integridade dos controlos do Banco e à manutenção da disciplina interna face a eventos de natureza excepcional.

No Banco, de forma transversal, são utilizadas técnicas diferentes para rever e analisar os riscos aos quais a actividade está exposta, designadamente risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco reputacional e risco político. Estas técnicas incluem um conjunto de testes de esforço, realizados diariamente, que são ajustados periodicamente, que envolvem um exame aos resultados de cenários para todas as grandes classes

de activos e carteiras. Incorporam conceitos de testes de esforço, tais como risco de concentração, cenários de liquidez e financiamento, entre outros, bem como potenciais alterações dos rácios de solvabilidade do Banco em condições inesperadas e improváveis. Os cenários são desenvolvidos pela Administração e pela equipa de risco de mercado, e geralmente coincidem, ou são mais prudentes, que as recomendações dos reguladores. Simultaneamente, são monitorizados o *Value at Risk* (VaR) e os *Earnings at Risk* em tempo real durante o dia, são realizadas análises de sensibilidade da exposição à taxa de juro, e utilizados vários limites não estatísticos para avaliar o risco de mercado. Estes estão inter-relacionados com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para garantir uma sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

Em 2014, a exposição de crédito cresceu de forma controlada, enquanto a qualidade dos activos, medida através de níveis actuais e históricos de crédito vencido e crédito em risco, manteve-se em níveis satisfatórios. Tendo por base as análises das agências de *rating* externas, as notações dos emitentes Portugueses permaneceram, de um modo geral, inalteradas durante 2014, enquanto que a das emissões de diversos Estados Europeus e entida-

T.11

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015E	2016E	2017E
Carteira de activos financeiros (1)	209.670.675	450.441.703	703.185.081	517.019.566	717.502.967	896.781.078	1.118.818.119	1.074.455.829	1.144.295.458	1.218.674.663
% crescimento	n.a.	114,8%	56,1%	-26,5%	38,8%	25,0%	24,8%	-4,0%	6,5%	6,5%
Crédito líquido (2)	29.232.808	75.208.545	42.514.139	159.315.724	192.674.249	196.918.521	136.162.160	120.725.562	112.680.358	105.559.804
% crescimento	n.a.	157,3%	-43,5%	274,7%	20,9%	2,2%	-30,9%	-11,3%	-6,7%	-6,3%

Fonte: Banco BiG

(1) Inclui activos financeiros detidos para venda, activos financeiros detidos para negociação e investimentos até à maturidade (não existentes a partir de 2010).

(2) Inclui, a partir de 2011, activos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*), anteriormente considerados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

T.12

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015E	2016E	2017E
Depósitos à ordem	127.782.004	175.707.948	146.988.651	174.853.334	138.589.067	190.980.331	248.782.342	263.640.383	291.977.032	317.085.305
Depósitos a prazo	135.769.083	109.993.780	173.924.834	251.279.933	384.937.027	442.259.603	515.351.022	556.007.024	615.767.882	668.720.225
Outros	32.938.677	19.283.279	11.271.148	14.434.672	20.304.069	50.477.356	58.884.352	65.266.469	72.281.453	78.497.224
Total de recursos de clientes	296.489.764	304.985.007	332.184.633	440.567.939	543.830.163	683.717.291	823.017.716	884.913.876	980.026.366	1.064.302.753
% crescimento	n.a.	2,9%	8,9%	32,6%	23,4%	25,7%	20,4%	7,5%	10,7%	8,6%

Fonte: Banco BiG

des financeiras viram as suas variar, de uma forma geralmente positiva. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respectiva evolução. **As perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram imateriais no exercício de 2014, em linha com o verificado em anos anteriores.**

Planeamento: Financiamento e Capital

A Administração prepara o seu planeamento futuro no que toca às suas necessidades de financiamento e alocações de capital, e então ajusta-os periodicamente, de acordo com o curso normal de negócio. Este processo de planeamento incorpora expectativas quanto à gestão dos activos remunerados, assume condições de negócio estáveis, e projecta o crescimento na disponibilidade de diferente fontes de financiamento a taxas de mercado competitivas. Um importante pressuposto subjacente usado pela Administração, é o contínuo foco num modelo de negócio baseado em reduzida alavancagem, elevados níveis de capital e níveis confortáveis de liquidez. Por norma, o Banco não estima uma taxa específica para o crescimento dos seus activos. Em contraste, o crescimento do Balanço deriva dos fundos disponíveis, condições de mercado, uma base de capital que garante resiliência nos cenários de maior *stress* e a propensão ao risco. De acordo com as condições do mercado, o Banco espera efectuar ajustamentos às diferentes áreas de negócios, oferta de produtos e canais de distribuição, tendo em vista aumentar o

financiamento estável, assegurar a preservação do capital e melhorar as receitas.

Durante algum tempo, a base de activos remunerados do Banco focou-se em obrigações *investment grade* e títulos de dívida soberana emitidos por países membros da Zona Euro e, até certo ponto, dos EUA. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas. O escrutínio do Banco relativamente à qualidade de crédito e o controlo apertado sobre potenciais perdas relacionadas com crédito permanecerá uma prioridade. A Administração espera que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior às médias de mercado durante o futuro próximo. Esta visão tem decorrido da percepção do perfil de risco-retorno associado ao mercado de crédito tradicional ao longo dos últimos dezasseis anos. Devido às actuais condições de mercado, caracterizadas pelo elevado nível de endividamento no sector empresarial português, e crescente pressão sobre o sector financeiro para retornar aos lucros, a Administração acredita que continua a ser pouco atractiva a alteração do actual perfil de activos remunerados em favor de um aumento do crédito tradicional.

A tabela T.12 apresenta o crescimento dos depósitos de Clientes a partir de 2008 e as respectivas projecções estimadas até 2017, assumindo as actuais condições de mercado e a não existência de alterações significativas no modelo de negócio do Banco ou choques inesperados de mercado. A partir de 2010, intensificou-se a competição por depósitos no sector bancário em Portugal e a campanha realizada pelo Tesouro Português para atrair financiamento a taxas superior

res às de mercado, teve o efeito de manter o custo de financiamento bancário acima do que estaria em caso contrário, como consequência do declínio global das taxas de juro. A Administração espera assistir à continuidade desta tendência e antecipando que durante algum tempo os custos de financiamento, embora decrescendo em termos absolutos, se mantenham em valores superiores aos praticados por outros bancos da Zona Euro num futuro próximo.

Complementarmente ao capital e depósitos, o Banco tem outras fontes de financiamento, designadamente financiamento junto de outros bancos, junto do Banco Central Europeu sob os programas normais de liquidez, e junto de câmaras de compensação (*clearing houses*), como a EUREX Repo. Assumindo um crescimento moderado do balanço, os planos de financiamento prevêem uma redução gradual do financiamento proveniente de bancos centrais e a sua substituição pelo aumento dos depósitos, bem como a utilização de fontes alternativas de financiamento como acordos de recompra, de forma modesta. Para efeitos de planeamento, a Administração assume que o Banco não necessitará, nem recorrerá, ao mercado institucional de financiamento de longo prazo, e que o acesso ao mercado interbancário relevante não será retomado no futuro próximo.

Em virtude de um conjunto de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu Capital de forma conservadora ao longo dos anos e a Administração prevê a continuidade desta tendência. **O Banco não solicitou nem necessitou de capital adicional dos seus accionistas desde 2001,**

T.13

(Euro)

	2011	2012	2013	2014	2015E	2016E	2017E
Recursos de bancos centrais	238.322.892	260.247.778	130.314.722	180.172.993	234.420.000	234.420.000	175.815.000
% crescimento	n.a.	9,2%	-49,9%	38,3%	30,1%	0,0%	-25,0%
Acordos de Recompra	48.895.643	6.480.594	143.477.797	108.264.379	64.990.495	77.988.594	136.480.040
% crescimento	n.a.	-86,7%	214,0%	-24,5%	-40,0%	20,0%	75,0%

Fonte: BiG

T.14

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015E	2016E	2017E
Rácio Core Tier 1	32,7%	35,7%	36,2%	32,5%	31,9%	32,7%	35,1%	31,7%	32,9%	33,0%

Fonte: BiG

quando o capital social era de € 75 milhões. Ao longo dos anos, e pagando cerca de € 79 milhões em dividendos desde 2004 (incluindo o pagamento antecipado e proposto para 2014), o capital próprio do Banco aumentou para os actuais € 261,4 milhões, exclusivamente em virtude de resultados retidos e aumentos de capital dirigidos à Administração e colaboradores, no âmbito de programas de opções de aquisição de acções ou de compra de acções.

Com excepção de um cenário de eventual aquisição que seja do interesse dos accionistas, ou de uma alteração radical nas definições regulatórias de capital decorrente das transformações em curso na Zona Euro, a Administração não prevê que o Banco necessite de novo capital por parte dos accionistas no futuro imediato. A Administração espera que os actuais rácios históricos de dividendos pagos se mantenham no futuro próximo, assumindo que as tendências actuais se mantêm.

Regulação

O sistema financeiro ao nível global está a ser sujeito a uma reforma profunda do seu quadro regulamentar e de supervisão. Este aumento significativo da regulamentação, e o consequente impacto em termos operacionais nos Bancos, tem sido justificado com a necessidade de: (i) estabilização dos mercados financeiros; (ii) reforço da solidez das instituições e (iii) aumento da transparência. De facto, os vastos pacotes normativos que continuam a ser aplicados ao sistema financeiro, visam igualmente dotar as instituições de mais e melhores mecanismos para a identificação, mitigação e prevenção de riscos, procurando evitar a sua propagação a outras instituições do sector ou à economia real. Paralelamente, foi reforçada a supervisão das instituições financeiras através de uma presença mais intrusiva nas instituições e mediante um maior fluxo de informação requerida, de natureza prudencial, comportamental e de controlo interno, permitindo obter um conhecimento mais aprofundado dos processos e práticas de cada um dos Bancos, bem como dos respectivos perfis de risco. Toda esta (nova) regulamentação e os requisitos inerentes representam um importante

desafio para os Bancos e para a sua capacidade de contribuir, mesmo neste enquadramento adverso, para o desenvolvimento e crescimento das economias onde estão inseridos.

O BiG mantém, desde a sua fundação, um relacionamento construtivo e cooperante com as entidades de supervisão, procura responder de forma assertiva e atempada aos crescentes requisitos de informação e reporte financeiro, e disponibiliza a informação requerida de forma transparente, completa e atempada. O papel relevante que o sistema de controlo interno assume no BiG e na sua cultura, permite, mesmo neste contexto, um reforço contínuo das práticas de gestão de risco, dos processos de controlo e uma monitorização permanente da informação produzida e reportada para o exterior. Por este motivo, o Banco tem procurado adequar a sua estrutura de suporte e infra-estrutura tecnológica, de modo a poder responder de forma adequada ao impacto dos crescentes requisitos regulatórios.

Durante 2014, e em paralelo com alguns dos diplomas publicados em anos anteriores cuja implementação ainda se encontra em curso, realce para as seguintes alterações legislativas:

Resolução Bancária

Decreto-Lei n.º 114-A/2014, de 1 de Agosto: procedeu à transposição parcial da Directiva n.º 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, alterando o regime relativamente à aplicação de medidas de resolução previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e estabelecendo um novo enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito.

Corporate Governance

Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro: procedeu à alteração de vários diplomas, entre os quais o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As principais alterações a este Regime decorreram da transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 (CRD IV – *Capital Requi-*

rements Directive) e da implementação do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho (Basileia III - Quadro regulamentar prudencial). Entre as alterações a este diploma, destaque para, em matéria de *corporate governance*, a introdução do processo de avaliação da adequação e idoneidade dos membros dos órgãos sociais e das políticas e práticas de remuneração das instituições de crédito e, em matéria prudencial, a implementação de reservas adicionais de fundos próprios, com vista a mitigar os riscos de cariz sistémico.

Os desenvolvimentos regulatórios chave anunciados em 2013 e implementados em 2014 incluem os seguintes:

Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento de terrorismo

Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013: Publicado a 18 de Dezembro de 2013, este conjunto de normas regula questões de conformidade – condições, mecanismos, procedimentos, e medidas preventivas – associadas às actividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, previstas na Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho de 2008. As regras entraram em vigor a 18 de Fevereiro de 2014, tendo introduzido alterações aos requisitos exigidos para a abertura de contas bancárias. Tornaram também exigível que as instituições financeiras adoptem medidas suplementares relativamente à vigilância dos seus clientes e responsabilidades de reporte de actividades suspeitas, ou de riscos associados com o branqueamento de capitais ou o financiamento de terrorismo.

FATCA - Foreign Account Tax Compliance Act

FACTA – The Foreign Account Tax Compliance Act (Lei do Compliance Tributário de Contas no Exterior, ou “FACTA”): Este regime tributário, criado pela autoridade tributária dos Estados Unidos (a *United States Internal Revenue Service*), procura prevenir a evasão fiscal por parte de *US Persons* através da obtenção de uma maior quantidade de informação relativamente aos rendimentos pagos noutros países, a sujeitos passivos tributários não isentos e aos efectivos beneficiários desses fundos. Nos termos deste regime,

cujos detalhes ainda se encontravam em negociação no primeiro trimestre de 2014, o Banco e outras instituições financeiras em Portugal seriam obrigadas a submeter certo tipo de informação relativamente às contas detidas, e aos rendimentos recebidos, por aquele tipo de beneficiários em Portugal. O primeiro prazo para reportar informação desta natureza é Junho de 2015, relativamente à informação do ano anterior. Espera-se que os governos dos EUA e de Portugal concluam as negociações conducentes a um Acordo Intergovernamental (IGA), o qual definirá os termos da troca e reporte de informação. Sem prejuízo destas negociações em curso, a Lei do Orçamento de Estado para 2015 veio introduzir no normativo nacional a legitimidade para os Bancos recolherem, desde já, a informação relevante dos seus clientes para efeito deste diploma.

Reporte das Transacções de Derivados

EMIR – European Market Infrastructure Regulation (Regulação das Infra-estruturas de Mercado Europeias): O Regulamento (UE) nº 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, regula os derivados de balcão (OTC), e o seu reporte aos repositórios de transacção. O Regulamento estabelece um conjunto de regras quanto ao reporte daquele tipo de transacções e foi desenhado para dar resposta aos riscos percepcionados como tendo estado na origem dos aspectos da crise financeira relacionados com os mercados de derivados. Estas regras têm como objectivo reforçar a estabilidade do mercado de derivados de balcão através da introdução de mais certeza e transparência. A EMIR define: (i) requisitos de compensação central e de gestão de riscos para derivados OTC, (ii) comunicação de dados relativos a contratos de derivados a um Repositório de Transacções e, (iii) as actividades das contrapartes centrais e dos Repositórios de Transacções. O processo de reporte de transacções de derivados iniciou-se a 12 de Fevereiro de 2014.

Factores que Afectam o Negócio

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos acima, e que são discutidos em

maior detalhe neste *Relatório do Conselho de Administração 2014* e nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*, as condições económicas e políticas em mutação também afectam o negócio do Banco. Tal significa que riscos macroeconómicos e políticos como aqueles que surgiram nos últimos anos podem ter um impacto nas perspectivas de negócio. Com início em 2010, a crise de dívida soberana que afectou a Zona Euro, começou a expor as falhas da criação da moeda única, uma grande divergência de responsabilidade fiscal e produtividade entre os países Europeus e diferentes percepções da capacidade de acesso ao crédito entre economias bem e mal geridas. Desde 2011, e apesar das recentes melhorias e sacrifícios significativos, Portugal encontra-se entre os países da Zona Euro mais vulneráveis, em resultado de um conjunto de factores, entre os quais as políticas de curto-prazo dos governos anteriores, combinadas com problemas estruturais há muito ignorados pela sociedade como um todo, e um ambiente político persistentemente dividido. As medidas correctivas específicas para Portugal, combinadas com a estagnação económica da Zona Euro, conduziram a um contexto de crescimento negativo, aumento de impostos, menos oportunidades de negócio e alterações na percepção pelo mercado do risco de crédito do país e dos seus componentes económicos. Desde 2012, a percepção do risco associado ao Estado Português começou a melhorar, mas as alterações estruturais subjacentes à economia permanecem longe de estarem executadas. O modo como os parceiros de Portugal pertencentes à Zona Euro e os mercados de financiamento percebem o progresso do país, em termos absolutos e relativos, afecta directamente o negócio do Banco.

O BiG não está actualmente sujeito a notação de risco de crédito (*rating*), nem antecipa requerer ou necessitar de uma notação de risco de crédito no futuro próximo. Não obstante, as opiniões das agências internacionais e de outros participantes de mercado sobre a República, as empresas e as instituições financeira em geral, afectam directamente o negócio do Banco. Do mesmo modo, os efeitos das políticas governamentais após a saída do país do Pro-

grama de Ajustamento Económico em 2014 e o desafiante ambiente fiscal, entre outros factores, têm tido impacto no crescimento, no emprego e na confiança dos investidores. A perspectiva dos mercados financeiros globais relativamente ao *rating* de Portugal, às suas perspectivas económicas e ao sector bancário no conjunto, afectam a receptividade das contrapartes em efectuar negócios de qualquer tipo num país cuja notação é *non-investment grade*, independentemente dos indicadores económicos individuais dos bancos localizados nesse país.

Bancos portugueses de maior dimensão e mais diversificados, que dependem dos mercados externos para financiar parte dos seus activos, tiveram que lidar com limites no acesso a financiamento junto de outras instituições desde o início de 2010. Recentemente, os emitentes Portugueses têm beneficiado de taxas de juro baixas e de uma melhoria de expectativas. No entanto, o capital para os tradicionais modelos bancários tem sido escasso e a natureza da intervenção do BES em 2014, e a incerteza associada com a sua resolução, não foram positivos para a imagem da indústria. Bancos enfraquecidos, muitos dos quais receberam assistência ou sofreram intervenções de alguma forma, continuam a existir e a competir com bancos saudáveis por períodos indefinidos, na nossa opinião, de forma injusta. Estes factores, em combinação com a fragilidade doméstica e o endividamento estrutural dos sectores público e privado, têm definido a visão dos mercados relativamente ao risco de crédito, aos *spreads* do crédito e aos custos de financiamento do Governo, das grandes empresas e dos bancos.

A atractividade de mercados em crescimento ou mais competitivos, conjugada com a apertada regulação e aumento dos impostos aplicados especificamente ao sector bancário, poderão afectar o negócio, caso se venha a tornar mais difícil reter Colaboradores e recompensar o desempenho e o mérito, relativamente a outros sectores da economia, ou relativamente a outros mercados.

No futuro, a Administração espera manter o modelo de negócio intacto, apesar da composição dos activos e dos proveitos

poder variar ao longo do tempo, à medida que o Banco mobiliza capital e investe em novos negócios e em novos mercados. Isto significa que, o retorno esperado dos investimentos iniciais mais elevados na nossa plataforma de retalho, podem demorar mais tempo a ser rentáveis, mas a tendência será de se tornarem mais previsíveis no longo prazo do que os proveitos associados a operações com Clientes Institucionais e empresas ou de negociação de activos financeiros, que podem ser significativos, mas não recorrentes. O BIG concentra-se em linhas específicas de produto para os segmentos de Clientes de retalho e institucionais e empresas, e alguns dos negócios estão altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a capacidade do Banco antecipar e reagir a movimentos e oportunidades. Não se espera que este factor chave do nosso negócio mude no próximo ano.

Perspectivas de Negócio para 2015

O temas que dominam os mercados globais na altura em que entramos em 2015 incluem: (i) o impacto da estagnação económica da Europa no emprego, receios de deflação, eleições, investimentos e no Euro; (ii) níveis superiores de volatilidade, dadas as expectativas em relação ao preço das mercadorias e a geopolítica das economias emergentes que dominam o sentimento de mercado; (iii) o impacto na Zona Euro da resolução da situação Grega; (iv) o sucesso do anúncio do BCE sobre o programa de “*Quantitative Easing*” (“QE”) e (v) o fortalecimento da recuperação económica dos EUA.

Quanto à Zona Euro em geral, o Banco espera que o debate entre a implementação de estímulos e a austeridade continue a um nível Europeu e a um nível individual, para cada país do bloco, o que poderá contribuir para uma recuperação mais lenta e para perpetuar as dívidas existentes em relação à moeda única. É esperado um compromisso entre o QE promovido pelo BCE e a continuação da intervenção governamental. Este último processo deve envolver um debate entre a necessidade de redução do peso do Estado na economia e da continuação do exercício de disciplina fiscal, que tem sido, até ao momento, um processo lento. Se-

guido de uma mais credível Revisão da Qualidade dos Activos e Testes de Esforço dos maiores bancos europeus, e o lançamento da União Bancária em Novembro de 2014 combinado com os níveis de regulação sem precedentes, pode-se prever a continuação da venda de activos e da necessidade de mais aumentos de capital por parte de importantes instituições financeiras. A volatilidade no preço das mercadorias e nos mercados cambiais deve afectar a rentabilidade, crescimento e até mesmo o modelo de negócio de instituições financeiras particularmente expostas a estes factores. A tendência para desalavancar e recapitalizar deve prevalecer transversalmente entre indústrias.

Nas economias periféricas em geral, e no caso de Portugal em particular, – e independentemente de como pode ser interpretado o termo “austeridade” – os Governos responsáveis têm pouca margem de manobra para se aventurarem e desviarem das políticas actuais, que estão direccionadas para um equilíbrio fiscal. Apesar das eleições, primeiro na Grécia, e só depois noutros países, incluindo Portugal, a luta continuará no que toca à remoção de obstáculos para a realização de reformas estruturais, como o caminho para encorajar investimento e crescimento. Estes serão problemas de longo-prazo, o que pode resultar em incerteza política e volatilidade no curto-prazo. Já foi feito progresso em reestabelecer a credibilidade a um nível Europeu, e percebeu-se que a capacidade de Portugal em aceder ao mercado, melhorou significativamente ao longo do último ano. Isto pode levar a um pagamento antecipado dos empréstimos do FMI, dada a recuperação ao acesso aos mercados obrigacionistas, mas sem nenhuma melhoria significativa nos níveis de dívida, o que tem vindo a arrastar o *rating* de crédito do país, que se mantém abaixo de *investment grade*.

O sector financeiro português, durante o lento processo de recuperação económica, sofreu um revés com o colapso e resolução do BES em Agosto de 2014. Verificou-se um impacto reputacional nos bancos decorrente deste evento, e continua a existir incerteza sobre a responsabilidade do sector para com o Fundo de Resolução. O sector empresarial do país continua em processo de ajustamento,

mas continua como um dos sectores mais endividados e sub-capitalizados da Europa. O crescimento económico é positivo e está a melhorar, mas o desemprego permanece alto. A queda do preço do petróleo, que é positivo para Portugal por diferentes vias, pode ter um impacto negativo em certos sectores, dada a sua dependência à economia Angolana, que está a contrair e cujo sector financeiro poderá sofrer com a queda do preço desta mercadoria.

Os principais riscos para o próximo ano são, designadamente: (i) a eventual instabilidade política, (ii) o efeito das acções do BCE no sector privado, (iii) a natureza da resolução do BES/Novo Banco, (iv) as preocupações quanto à qualidade da carteira de crédito dos maiores bancos, associada aos efeitos da austeridade e a um ambiente empresarial fraco, (v) os efeitos do aumento do desemprego de longo prazo e das desigualdades laborais e (vi) o impacto da Grécia no curto prazo, e as eleições parlamentares Portuguesas no Outono de 2015, no ritmo de implementação de reformas. Independentemente do resultado das eleições, para o crescimento acelerar de maneira sustentável, o Estado continua a ser pressionado para reduzir a sua interferência, directa ou indirecta, na economia.

No início de 2015, a economia portuguesa aparenta estar em menor risco face a anos anteriores, ainda que existam riscos significativos. Dada a tradicional dependência de Portugal em relação ao exterior, a Administração entende que o país permanece vulnerável a choques externos, e que é expectável que estes aconteçam. Vemos grandes desafios no futuro e a diminuição do tempo e espaço disponível para enfrentá-los, estando em causa a credibilidade e o futuro do país.

No mercado doméstico, a realidade imediata contempla: um acréscimo muito significativo de regulação financeira para os bancos, continuidade da austeridade, crescimento incerto ou lento, desemprego elevado, tributação elevada e a manutenção de um ambiente de taxas de juro reduzidas. Os bancos estarão preocupados com o resultado da venda do Novo Banco e o seu efeito nas responsabilidades do Fundo de Resolução e na concorrência.

Em 2014, tal como nos anos anteriores, a Administração concentrou-se em manter um foco na qualidade e liquidez dos activos do Banco, no crescimento do segmento de retalho especializado, no controlo da despesa e na gestão do capital próprio e regulatório. Em 2015, os objectivos serão: (i) manter a flexibilidade do Banco no ambiente actual e (ii) manter o foco em elevados níveis de liquidez e solvabilidade, qualidade dos activos e crescimento selectivo. Os investimentos no segmento de retalho continuarão a ser uma prioridade.

Eventos ocorridos desde o final de 2014

Fundo de Resolução / Novo Banco

A resolução do Banco Espírito Santo e a criação do Novo Banco – tendo por base o já existente, Fundo de Resolução – tem sido uma fonte de debate e especulação desde a data do evento, em Agosto de 2014. À data deste relatório, o Banco não dispunha de informação relativamente à potencial responsabilidade do sector bancário para com o Fundo de Resolução, na eventualidade do Novo Banco vir a ser vendido por um valor mais baixo face ao seu valor original.

Banco BiG Moçambique, S.A.

Em 2014, o BiG recebeu autorização do Banco de Moçambique para estabelecer uma unidade bancária nesse país. Como primeiro passo, no quarto trimestre de 2014, o BiG criou a sociedade que dará origem ao Banco, detida praticamente na totalidade pelo BiG, esperando no segundo semestre de 2015 estar em condições de iniciar a actividade bancária naquele país. Espera-se que o capital inicial do BiG Moçambique, no valor de USD 2,3 milhões, seja transferido para Moçambique brevemente, onde pessoal chave já se encontra a trabalhar num espaço provisório, em Maputo, desde Janeiro de 2015.

Condições de Mercado / Quantitative Easing do Banco Central Europeu

Em Janeiro de 2014, tal como antecipado, o BCE anunciou o programa para comprar certos activos de emitentes Europeus em operações de *open market*, denominado *Quantitative Easing*. Este programa tem

como objectivo apoiar o crescimento da Europa e disponibilizar mais tempo aos responsáveis políticos para que estes consigam desempenhar o seu papel de estimular o crescimento. O resultado foi um aumento sustentável dos preços de várias classes de activos e uma desvalorização do Euro face ao Dolar.

Eleições na Grécia

A vitória do Syriza em Janeiro de 2014 nas eleições parlamentares abriu caminho para novas tentativas, por parte dos Gregos, para renegociar os termos do seu resgate com a *Troika*, um processo que se espera que se prolongue por mais algum tempo. Os mercados foram afectados mas mantiveram-se até à data relativamente calmos.

Nova agência em Loulé

No segundo trimestre, o BiG abrirá a sua 16ª agência em Loulé, na região do Algarve, em Portugal.

Confundibilidade Banco BiG / Banco BIC

Atendendo à confundibilidade existente entre as marcas Banco BiG e Banco BIC, e uma vez que as diligências efectuadas junto da entidade de supervisão e das instâncias judiciais não surtiram até ao final de 2014 qualquer efeito, o Conselho de Administração do BiG decidiu em Janeiro dar seguimento ao processo de reposicionamento de imagem, que irá decorrer nos próximos meses. Após esta decisão, o Banco foi notificado do despacho proferido em 24 de Fevereiro de 2015, que o Tribunal da Propriedade Intelectual designou a data para a audiência de julgamento no mês de Maio de 2015.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2014

T.15

(Euro)

Proveitos	2014	2013	Var %	2012	2011
Juros e rendimentos similares	43.413.633	43.994.244	-1,3%	39.199.855	34.406.853
Juros e encargos similares	-18.275.136	-18.246.775	0,2%	-20.465.768	-14.623.666
Margem financeira	25.138.497	25.747.469	-2,4%	18.734.087	19.783.187
Rendimentos de instrumentos de capital	660.850	1.811.909	-63,5%	1.576.839	1.473.849
Rendimentos de serviços e comissões	18.328.776	8.119.293	125,7%	9.844.788	10.382.730
Encargos com serviços e comissões	-6.886.202	-1.586.170	334,1%	-3.054.980	-1.380.701
Rendimentos de negociação de activos financeiros	-77.640.615	7.018.003	-1206,3%	11.440.959	-235.576
Rendimentos de activos financeiros detidos para venda	183.743.886	79.260.704	131,8%	36.685.156	1.442.375
Resultados de reavaliação cambial	11.256.872	-89.618	-12661,0%	876.704	1.560.506
Resultados de alienação de outros activos	14.786.033	5.040.701	193,3%	4.252.138	-135.230
Outros resultados de exploração	-13.260	-300.079	-95,6%	-28.178	285.387
Produto bancário	169.374.837	125.022.212	35,5%	80.327.513	33.176.527

Os proveitos operacionais do Banco em 2014 resultaram designadamente dos seguintes factores: (i) uma estabilidade relativa na margem financeira, que foi 2% inferior ao ano transacto devido ao ambiente de descida acelerada das taxas de juro, (ii) um crescimento de 75% nas comissões líquidas, (iii) resultados significativamente superiores na actividade de investimento, (iv) custos superiores com salários e despesas administrativas, (v) maior nível de provisionamento devido a possíveis riscos bancários e (v) impostos substancialmente mais elevados devido ao crescimento das receitas.

A margem financeira ascendeu a € 25,1 milhões em 2014 face € 25,7 milhões em 2013. Os rendimentos de juros mantiveram-se relativamente inalterados apesar de uma maior carteira de activos remunerados e menores custos médios de financiamento. A decisão de garantir rotatividade dos activos ao longo do ano enquanto as taxas de juro desciam, e como parte da decisão de redefinir as concentrações dentro do inventário de activos do Banco, significou que alguns dos ganhos associados com a maior dimensão do Balanço fossem transferidos da categoria de margem financeira para ganhos realizados (Resultados de activos financeiros disponíveis para venda). A combinação de: (i) redução da procura por activos de renda fixa dos sectores financeiros e empresarial, e (ii) a austeridade, o ambiente de recessão e receios de deflação que, por sua vez, levou a políticas monetárias agressivas e taxas de juro negativas, resultaram numa queda das *yields* e na contracção dos *spreads* de crédito, praticamente in-

dependente da qualidade. De uma forma geral, a Administração optou por limitar o crescimento dos activos remunerados aos aumentos na base de depósitos de Clientes e em fundos próprios. A utilização de financiamento via ECB ou EUREX Repo manteve-se praticamente inalterada em termos líquidos. A margem financeira representou 15% do Produto Bancário em 2014, comparativamente a 21% em 2013, 23% em 2012 e 60% em 2011.

Os resultados, excluindo juros, atingiram os € 144,2 milhões em 2014, 45% superiores aos € 99,3 milhões registados em 2013. As componentes desta categoria incluem: (i) rendimentos de instrumentos de capital, maioritariamente investimentos em títulos que pagam dividendos, (ii) comissões da actividade de negociação dos clientes de retalho, da gestão e distribuição de activos, e serviços de assessoria a empresas e clientes institucionais, (iii) rendimentos de negociação, essencialmente do negócio com clientes, tal como o *market-making*, a estruturação de produtos e a gestão de instrumentos de cobertura, (iv) ganhos realizados associados à gestão do risco de crédito e risco de taxa de juro, através da carteira de activos detidos para venda e (v) outros rendimentos. Os rendimentos de instrumentos de capital diminuíram face ao período homólogo de € 1,8 milhões, para € 660 mil. Estes representam investimentos estáveis no capital, normalmente, de empresas de *utilities* Europeias que pagam um dividendo relativamente alto, e que têm oferecido rendimentos consistentes nos últimos anos.

As comissões líquidas resultam, essencialmente, da actividade de corretagem para

clientes de retalho e institucionais. Estes podem negociar e investir num conjunto de mercados e plataformas *online* seguras, colocadas à disposição dos clientes para negociação de *warrants*, futuros, *forex* e CFD's. Esta categoria inclui ainda comissões de gestão de activos e resultantes da comercialização de fundos de investimento. Inclui também as comissões de serviços bancários, tal como receitas de multibanco e comissões relacionadas com mandatos de assessoria a empresas. Esta actividade aumentou gradualmente ao longo do ano devido ao aumento dos níveis de confiança e às descidas das taxas de juro que incentivaram os clientes a procurar alternativas a depósitos com baixos rendimentos.

As receitas de investimento incluem todas as categorias de rendimentos não provenientes de juros, excluindo os proveitos com comissões. De modo agregado, o rendimento da área de Tesouraria e Mercados de Capitais foi de € 132,8 milhões, o que representa um aumento de 43% face aos € 92,7 milhões em 2013. Incluído neste conjunto de categorias contabilísticas, os proveitos da actividade de negociação ("Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados") foram negativos este ano devido ao aumento dos custos com a cobertura de risco, dada a maior dimensão da carteira de activos de renda fixa. Esta categoria deve ser considerada em conjunto com a categoria de Resultados de activos disponíveis para venda, uma vez que os dois estão relacionados. Este tipo de receita tende a depender das condições de mercado e, uma vez que a maior parte das re-

ceitas resulta das visões de mercado e da gestão das posições tomadas de modo a suportar a actividade dos clientes, estas tendem a estar sujeitas a uma gestão mais activa que outras categorias de investimentos. Estes rendimentos incluem ganhos realizados com actividades de investimento e crédito numa carteira diversificada de activos de renda fixa com liquidez. Estão associados a uma gestão activa de concentrações de crédito, e de maturidades e riscos de país diversificados. Esta carteira é chave para a gestão da liquidez e das posições de taxa de juro do Banco.

Os eventos extraordinários verificados nos últimos anos – que tiveram início com a crise do *sub-prime* nos EUA, que desencadeou uma transformação massiva nas perspectivas do risco de crédito a nível global - criaram oportunidades tanto de ganhos como de perdas em 2014. De uma forma geral, ainda que a confiança dos investidores tenha revelado sinais de melhoria, eventos específicos criaram volatilidade e dúvidas em relação à natureza e velocidade da retoma económica. A Administração entende que os fundamentos económicos subjacentes exigem um período de ajustamento mais longo, e é improvável que se volte a registar crescimento económico sustentado antes das economias sobreendividadas se desalancarem e reestruturarem. Embora os mercados tenham valorizado significativamente no início de 2014 devido, maioritariamente, a acções expectáveis pelo BCE, a Administração antecipa um regresso a, pelo menos, um nível moderado de volatilidade na definição do preço de activos remunerados e de financiamento à medida que a recuperação se revele incerta e as agendas políticas continuem a influenciar os mercados.

A Administração espera que os rendimentos no futuro resultem essencialmente das categorias acima descritas, não antecipando um desvio significativo do modelo de negócio actual ou um aumento da complexidade no futuro próximo. As respectivas proporções poderão variar à medida que os depósitos de clientes e os activos sob supervisão aumentem, o Balanço cresça gradualmente e a reputação do Banco no mercado doméstico continue a aumentar. Áreas de destaque incluem os serviços de aconselhamento baseado em comissões, os activos sob supervisão, os produtos de poupança e a gestão do balanço tendo permanentemente em vista a sólida qualidade dos activos e níveis confortáveis de excesso de liquidez.

O total de custos incluem custos operacionais, provisões e imparidades. Estes são influenciados em primeiro lugar pelas remunerações, pelo crescimento no número de colaboradores e pela confiança da Administração relativamente aos níveis da actividade de negócio.

Em 2014, o total dos custos, incluindo imparidades e provisões, ascendeu a € 44,9 milhões, superior em 35% ao valor registado em 2013. O aumento deveu-se à constituição de provisões para fazer face a riscos específicos, processos de contencioso e riscos bancários gerais, que atingiram € 10,3 milhões. O total dos custos operacionais líquidos ou custos de transformação líquidos de imparidades e provisões – i.e. *custos com pessoal, benefícios, despesas administrativas e depreciações/amortizações* – aumentaram em função de custos superiores com pessoal e despesas administrativas. A parte discriminária dos custos com pessoal é influenciada, entre outros, pelo nível de rendi-

mentos líquidos, pelo desempenho geral do Banco, contribuições por área de negócio e individuais, pela legislação laboral em vigor e pelo contexto do mercado. Considerando os custos em função das receitas geradas, o rácio de eficiência do Banco melhorou substancialmente face ao ano anterior, para 20,4% em 2014, o que compara com 24,9% em 2013, 28,2% em 2012 e 48% em 2011.

De uma forma geral, o Banco privilegia a versatilidade e liquidez dos seus activos em Balanço, prosseguindo uma abordagem global quanto à gestão de riscos, e opera com uma estratégia única de retalho, que é suportada por uma estrutura operacional leve e preparada para um processamento escalável. No que concerne ao uso do capital e à gestão do risco, esta abordagem é chave na gestão da base de custos.

Os custos com pessoal, tradicionalmente a maior categoria de custos do Banco, aumentaram 7,2% e representaram 72,7% dos custos operacionais líquidos em 2014 (excluindo provisões e imparidades), o que compara com 74% em 2013, 71% em 2012 e 61% em 2011. O aumento percentual em 2014 deveu-se, nomeadamente, ao aumento do número de colaboradores, um maior volume de incentivos concedidos às áreas de vendas, a atribuição aos colaboradores de seguros ligados a fundos de investimento (*unit linked insurance instruments*), de modo a incentivar à poupança de longo prazo e a pagamentos de remunerações variáveis, de acordo com as leis e regulações aplicáveis ao sector bancário e factores de mercado competitivos.

A Administração procura manter uma estrutura sensata e deliberadamente flexível de remunerações fixas/variáveis que se

T.16

(Euro)

Custos	2014	2013	Var %	2012	2011
Custos com pessoal	-24.124.063	-22.356.754	7,9%	-14.840.651	-8.837.318
Despesas administrativas	-9.276.997	-7.689.711	20,6%	-6.130.922	-5.568.518
Amortizações	-1.028.013	-1.134.697	-9,4%	-1.314.991	-1.495.072
Provisões líquidas	-10.255.955	-1.871.061	448,1%	-2.892.714	150.258
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-35.423	33.745	-205,0%	-16.378	-170.162
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	0	-125.288	-100,0%	-5.736.787	-14.134.976
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-174.042	-103.404	68,3%	-541.246	318.411
Total	-44.894.493	-33.247.170	35,0%	-31.473.689	-29.737.377

relaciona fortemente com o desempenho do Banco em cada ano. Os custos com pessoal representaram 14,2% dos proveitos líquidos em 2014, a percentagem mais baixa na história do Banco, e que compara com 18% em 2013, 19% em 2012, 27% em 2011 e 24% e 2010. Em percentagem dos custos totais, excluindo fiscalidade, os custos com pessoal ascenderam a 54% em 2014, que compara com 67,5% em 2013. O mesmo rácio foi de 48% em 2012, 30% em 2011, 48% em 2010, 53% em 2009, 55% em 2008 e 66% em 2007.

Para além dos custos com pessoal, outras categorias relevantes de despesa incluem: (i) custos administrativos, particularmente associados ao número de colaboradores, e (ii) gestão de investimentos nos escritórios físicos e sistemas tecnológicos do Banco, que diminuíram 9% face a 2013. As imparidades de activos financeiros, que, numa base de gestão são deduzidas aos proveitos das respectivas áreas de negócio, registaram um valor baixo.

Os custos administrativos incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados, rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores e dos níveis de actividade de negócio ou associados a investimentos específicos, tendo aumentado 20% para € 9,3 milhões. A Administração espera conter o crescimento desta categoria para um ritmo inferior ao crescimento das receitas em 2015.

Os custos com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com os imóveis ocupados pelo Banco, investimentos em

hardware e outros equipamentos e custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de software. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhoramentos na rede em crescimento de agências do Banco, bem como na sua rede de ATM. O Banco investe regularmente na sua infra-estrutura de Tecnologias de Informação (TI), de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém recursos dedicados à gestão da infra-estrutura com soluções desenvolvidas internamente. Esta categoria de custos representou 2,3% do total dos custos operacionais em 2014, e diminuiu proporcionalmente com as despesas totais nos últimos 5 anos.

Os custos associados com imparidades não tiveram praticamente qualquer impacto nas contas do Banco nos últimos dois anos: € 210 mil em 2014 face a € 229 mil em 2013, e aproximadamente 0,01% e 0,02% dos proveitos líquidos, respectivamente. Uma vez que estas tendem a constituir essencialmente um custo associado às actividades de crédito e de mercado do Banco, esta tendência reflecte uma melhoria nas condições de mercado e a exposição limitada do Banco a empréstimos directos a segmentos da economia em dificuldade.

O Resultado Antes de Impostos foi de € 124,7 milhões em 2014, face a € 91,9 milhões em 2013. Em 2014, uma rentabilidade maior compensou as despesas mais elevadas verificadas e traduziu-se num aumento substancial dos impostos no exercício. A taxa de imposto do Banco foi de 33,7% em 2014, o que representa um ligeiro decréscimo em relação à taxa de 36,7% paga em 2013, mas superior à média de 31% dos últimos 5 anos.

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

Internamente, o Banco é gerido com base numa matriz de três segmentos de negócio principais, que incluem as duas áreas principais de Clientes – Retalho e Empresas/Institucionais, a área de Tesouraria e Mercados de Capitais. A presente secção contém uma exposição dos resultados operacionais do BiG, com base numa apresentação interna das nossas receitas e despesas associadas com as três principais divisões internas de proveitos e custos. Neste formato, os proveitos são alocados por segmento de Cliente ou área de negócio e os custos são alocados com base nas despesas efectivas por área e numa divisão geral dos custos operacionais em função do número de Colaboradores por área de negócio.

O segmento de Clientes de retalho especializado contribuiu com € 17,3 milhões para as receitas de 2014, ou seja, um aumento de 25% relativamente aos € 13,9 milhões do ano anterior. As maiores contribuições resultaram das comissões líquidas, que incluem as actividades de corretagem e gestão de activos, e da margem comercial associada à margem alocada de, maioritariamente, produtos de poupança e de investimento, por oposição a produtos de crédito. Todas as contribuições aumentaram de um modo saudável apesar da natureza e do número de eventos ocorridos em 2014 que afectaram a confiança dos investidores. O crescimento deste segmento tem sido sustentável, tendo registado um aumento do número de abertura de contas e de activos no período que se seguiu à intervenção no BES. A contribuição do segmento de Retalho para o total de proveitos reduziu em termos relativos, apesar do aumento em termos absolutos. Isto deve-se,

T.17

(Euro)

Resultados e Impostos	2014	2013	Var %	2012	2011
Resultados Operacionais	124.480.344	91.775.042	35,6%	48.853.824	3.439.150
Resultados de associadas	175.774	163.306	7,6%	23.371	87.565
Resultado Antes de Impostos e de Interesses minoritários	124.656.118	91.938.348	35,6%	48.877.195	3.526.715
Impostos Correntes	-41.849.894	-33.218.522	26,0%	-16.385.895	-909.833
Impostos Diferidos	-277.027	-92.067	200,9%	26.581	-111.287
Resultado Antes de Impostos e de Interesses minoritários	82.529.197	58.627.760	40,8%	32.517.881	2.505.595
Interesses minoritários	0	0	0,0%	0	0
Resultado do Exercício	82.529.197	58.627.760	40,8%	32.517.881	2.505.595

T.18

(Euro 000)

Retalho Especializado	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%)	2011	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	5.865	34%	3.920	28%	3.893	33%	4.227	37%
Margem financeira	9.901	57%	8.454	61%	6.672	56%	5.923	52%
Comissões bancárias	1.033	6%	816	6%	1.038	9%	815	7%
Negociação de activos financeiros / vendas	533	3%	680	5%	310	3%	401	4%
Proveitos Líquidos	17.332	100%	13.869	100%	11.913	100%	11.365	100%
Custos Operacionais	-16.911		-11.843		-12.759		-8.433	
Resultados antes de impostos	422		2.026		-846		2.933	
% dos proveitos operacionais/ proveitos do conjunto dos segmentos	11%		13%		19%		72%	
% dos custos operacionais/ custos do conjunto dos segmentos	55%		59%		62%		60%	

em grande parte, às maiores contribuições de outros segmentos de negócio e comparação com anos passados. As comissões das actividades de corretagem, gestão de activos e operações bancárias representaram 40% do total, enquanto que as que foram alocadas à categoria de margem representaram 57% do total. Ambos os valores estão em linha com os valores apresentados em anos passados, e reflectem a importância dada à acumulação de activos que envolvem as actividades de poupança, investimento, negociação, custódia e transacções bancárias normais. Devido a numerosas razões – maior competitividade entre bancos para captar depósitos de modo a financiar diferentes negócios, e uma queda das taxas de juro de mercado para perto de zero num contexto de fraco crescimento na Europa – espera-se que se dê no futuro uma transformação na composição das receitas, com as comissões a ga-

nharem mais importância em oposição à margem das actividades de financiamento.

Durante o ano, a rede física de agências manteve-se inalterada (15), estando prevista para o segundo trimestre de 2015 a abertura da 16ª agência no Algarve (Loulé). A rede de caixas automáticas (ATM) do Banco conta com 34 ATMs.

A oferta ao segmento de retalho do BiG assenta numa plataforma especializada de negociação de activos financeiros e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual. A sua abordagem combina um serviço personalizado (“*hightouch*”) com um meio electrónico para transmissão de negócios (“*lowtouch*”). Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito específicas,

como hipotecas e crédito automóvel.

A plataforma proporciona acesso a um número alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções de crédito para os Clientes que requeiram apoio, até sofisticadas plataformas *online* de negociação de activos financeiros e investimento para Clientes *self-directed*. Estas plataformas permitem a negociação de acções, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (FX), CFD's (contratos por diferença) e fundos de entidades terceiras. Comunicamos com os nossos Clientes através de vários canais integrados, que incluem Internet, telefone e as agências físicas, geridas por *financial advisors*. As várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de Clientes-alvo com diferentes perfis de investimento, apetência por risco e necessidades transaccionais.

T.19

(Euro 000)

Institucionais e Empresas	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%)	2011	(%)
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	4.088	65%	350	20%	2.153	66%	3.054	68%
Margem financeira	111	2%	160	9%	118	4%	2	0%
Comissões bancárias	1.049	17%	649	38%	253	8%	379	8%
Negociação de activos financeiros / vendas	264	4%	206	12,0%	129	4,0%	166	3,7%
Assessoria financeira	810	13%	355	20,6%	608	18,6%	874	19,5%
Proveitos Líquidos	6.323	100%	1.719	100%	3.261	100%	4.475	100%
Custos operacionais	-9.141		-4.525		-5.497		-3.341	
Resultados antes de impostos	-2.818		-2.805		-2.236		1.135	
% dos proveitos operacionais/ proveitos do conjunto dos segmentos	4%		2%		5%		28%	
% dos custos operacionais/ custos do conjunto dos segmentos	30%		23%		27%		24%	

As áreas de produto do segmento de negócios de Empresas e Institucionais do Banco são semelhantes às oferecidas ao segmento de retalho, com excepção da assessoria dirigida a empresas. Enquanto que o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma electrónica *www.big.pt*, o negócio de Empresas e Institucionais baseia-se em equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida das necessidades específicas dos Clientes. Os produtos e serviços oferecidos são, designadamente, corretagem institucional, gestão de risco, venda de produtos de investimento e serviços de assessoria independente para Clientes Empresariais, Bancos e Institucionais. Em 2014, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 6,3 milhões face a € 1,7 milhões em 2013, devido ao au-

mento da comissões com corretagem e assessoria financeira.

O segmento de negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais visa gerar receitas, enquanto gere, simultaneamente, a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, acções e instrumentos derivados. O negócio foca-se em gerir a liquidez e exposição ao risco de taxa de juro do Banco, em conjunto com os controlos de risco de crédito e concentração. A exposição a crédito é activamente gerida através de emissões obrigacionistas de emitentes empresariais, financeiros e soberanos de qualidade com variadas maturidades. O Banco também negocia os principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como

uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em relação aos negócios de Clientes, como parte das suas actividades de *hedging*. Na gestão das várias carteiras de negociação de activos financeiros, a actividade da equipa de Tesouraria e Mercados de Capitais abrange muitas áreas internamente, sendo uma fonte de *expertise*, de gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

Em 2014, numa base de gestão, esta área gerou resultados antes de impostos e líquidos de imparidades, de € 132,8 milhões, o que compara com € 92,9 milhões em 2013 e € 49 milhões em 2012. A geração de receitas, como indica a tabela T20, e excluindo o efeito de imparidades, sugere uma distribuição razoavelmente normal durante os últimos anos.

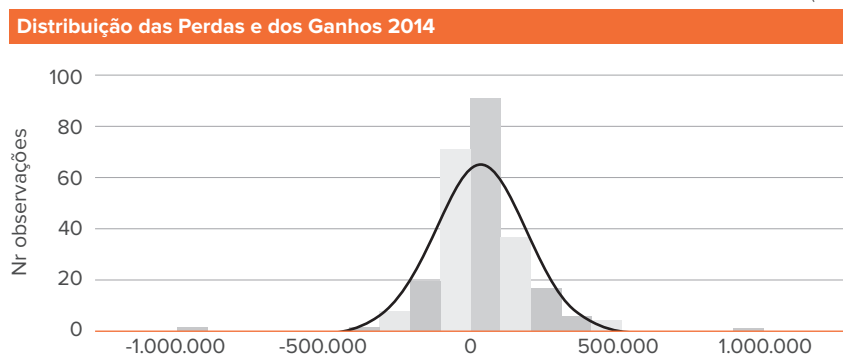
T.20

(Euro 000)

Tesouraria e Mercados de Capitais	2014	(%)	2013	(%)	2012	(%)	2011	(%)
Rendimentos de instrumentos de capital	661	0%	1.812	2%	1.577	3%	1.474	-15%
Resultados de activos e activos e passivos ao justo valor através de resultados	-77.641	-58%	7.018	8%	11.441	23%	-236	2%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	183.744	138%	79.261	85%	36.685	75%	1.442	-14%
Resultados de reavaliação cambial	11.257	8%	-90	0%	877	2%	1.561	-16%
Resultados da alienação de outros activos	14.786	11%	5.041	5,4%	4.252	8,7%	-135	1,3%
Imparidades de outros activos financeiros líquidas de reversões e recuperações	0	0%	-125	-0,1%	-5.737	-11,7%	-14.135	140,9%
Proveitos Líquidos	132.807	100%	92.917	100%	49.095	100%	-10.029	100%
Custos operacionais	-4.894		-3.700		-2.466		-2.286	
Resultados antes de Impostos	127.913		89.217		46.629		-12.315	
% dos proveitos operacionais/ proveitos do conjunto dos segmentos	85%		86%		80%		0%	
% dos custos operacionais/ custos do conjunto dos segmentos	16%		18%		18%		16%	

G.1

(Euro)



Estratégia de Balanço e Fontes de Financiamento

Gestão de Balanço

Em 2014, o crescimento do Balanço foi devido, substancialmente, ao nível de crescimento dos depósitos de retalho e do reinvestimento dos resultados correntes. Os activos e passivos do BiG aumentaram moderadamente face ao ano anterior, devido à entrada significativa de depósitos de Clientes de retalho e a um maior nível de capitais próprios, os quais financiaram uma maior e mais diversificada carteira de activos disponíveis para venda, constituída maioritariamente por activos líquidos de rendimento fixo. De uma forma geral, em linha com os últimos anos, as modificações na natureza do Balanço foram graduais, não se verificando diferenças materiais nos níveis de activos registados no final do ano face a outras datas ao longo do exercício.

A atenção dada pela Administração à dimensão e composição do Balanço do Banco constitui um dos nossos exercícios de gestão de risco mais importantes. Os activos e passivos podem alterar-se em função das actividades de Clientes, condições do mercado e oportunidades de negócio, todavia, a dimensão e a composição do Balanço do Banco em cada momento reflecte: (i) a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis, (ii) o nível

de capitais ou fundos próprios do Banco, e (iii) a visão global da Administração relativamente a oportunidades e aos riscos associados. O processo envolve revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e estratégias de financiamento através do ALCO – Comité de Activos e Passivos, limites de crescimento do Balanço por linha de negócio, classe de activos ou concentração, monitorização diária dos indicadores chave pela Gestão de Risco e o importante uso de análise de cenários e testes de esforço como instrumentos disciplinadores essenciais. A grande maioria dos activos remunerados do Banco são classificados como disponíveis para venda. Estes são mensurados diariamente a preços de mercado e utilizados na gestão da exposição do Banco aos movimentos das taxas de juro bem como no investimento de excedentes de liquidez.

A estrutura de risco é concebida e gerida à volta de uma estratégia central de manutenção de um Balanço excepcionalmente líquido. Os processos e procedimentos do Banco encorajam uma gestão dinâmica dos activos e responsabilidades e incluem:

- ▲ Uma revisão diária e uma gestão, pelo menos, semanal de activos e responsabilidades chave;
- ▲ Monitorização diária de indicadores de risco chave e de utilização de capital;

▲ Utilização extensa de análises de cenário, compiladas e analisadas numa base diária;

▲ Projecções semi-anuais de fontes de financiamento e requisitos de capital para os 5 anos seguintes;

▲ Revisão semi-anual de limites.

Conceitos chave inter-relacionados de gestão da liquidez, controlo da qualidade dos activos e adequação de capital são discutidos nos capítulos contidos neste Relatório, que cobre a Gestão do Risco de Mercado, Gestão do Risco de Crédito e Adequação do Capital Interno.

O total de Activo Líquido no final de 2014 era ligeiramente superior a € 1,4 mil milhões, traduzindo-se num aumento de 19% face ao ano anterior. O total de activos remunerados a 31 de Dezembro de 2014 era de € 1,361 mil milhões e representava 94% do total de Activo Líquido e era 16% superior, em termos absolutos, ao verificado no mesmo período no ano anterior.

Os depósitos junto de outros bancos são utilizados para gerir a liquidez de curto prazo e as reservas mínimas junto do Banco Central e das contrapartes. A carteira de crédito diminuiu devido às amortizações dos créditos hipotecários titularizados (RMBS) classificados como empréstimos. Incluindo os RMBS classificados como empréstimos, a categoria de

T.21

(Euro 000)

Indicadores Chave de Balanço	2014	2013	2012	2011
Total do Activo Líquido	1.444.517	1.214.430	1.024.616	828.983
Activos Remunerados	1.360.783	1.173.812	980.855	755.787
Investimentos detidos até a maturidade	0	0	0	0
Crédito Concedido / Activo Líquido	9,4%	16,2%	18,8%	19,2%
Recursos do Banco Central	180.173	130.315	260.248	238.323
Recursos de Outras Instituições de Crédito	108.264	143.478	6.481	48.896
Depósitos de clientes	804.736	683.717	543.830	440.568

T.22

(Euro)

Activos Remunerados	2014	2013	Var (%)	2012	2011
Disponibilidades e aplicações em bancos	105.803	80.113	32%	70.678	79.437
Crédito a Clientes	136.162	196.919	-31%	192.674	159.331
Activos Financeiros detidos para negociação	27.840	21.900	27%	17.408	13.336
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.090.978	874.881	25%	700.095	503.683
Total	1.360.783	1.173.812	16%	980.855	755.787

crédito representava cerca de 10% dos activos remunerados. Uma parte relativamente pequena da carteira de crédito do Banco correspondia, essencialmente, a créditos em conta corrente (contas margem) de Clientes de retalho. Estes créditos são por natureza de curto prazo e estruturados para se auto-liquidarem em condições de *stress*, as quais se encontravam totalmente garantidas por activos financeiros líquidos. No final de 2014, praticamente todos os activos de crédito estavam integralmente garantidos por valores imobiliários e/ou mobiliários e eram, consequentemente, de baixo risco. Os financiamentos desta natureza a Clientes tendem a crescer com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de *stress*, como tem sido o caso desde 2011 (ver Gestão de Risco de Crédito). A carteira de activos disponíveis para venda (AFS) aumentou devido a oportunidades verificadas num conjunto de classes de activos financeiros de rendimento fixo. A carteira de AFS representava 80% dos activos remunerados em 31/12/14, reflectindo no aumento face aos 75% registados no final do ano anterior, e incluía títulos de dívida soberana, coberta e sénior. Entre os factores que poderão afectar a dimensão da nossa carteira

incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos de investimento durante o ano. A decisão de deter activos para tirar proveito da margem ou desinvestir é tomada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), que tem em consideração as condições de mercado, as concentrações de mercado e o perfil global de liquidez do Banco. O Banco não detém activos até à maturidade, desde que liquidou, com mais-valia, a carteira que detinha no início de 2010.

As principais fontes de financiamento do Banco foram, como em anos anteriores, os depósitos de Clientes, o acesso a financiamento por via de acordos de venda/recompra a taxas favoráveis junto do BCE ou de outras contrapartes de mercado, como a EUREX REPO e outros bancos, e ainda capital accionista. Os depósitos de Clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e cresceram 18% para € 804,7 milhões, após aumentos de 26% em 2013 e 23% em 2012. A Administração reduziu, gradualmente e em termos líquidos, o financiamento junto do BCE, apesar das respectivas taxas mais atractivas no curto prazo. Os depósitos de outros bancos são maioritariamente acordos de venda/recompra junto da EUREX

REPO, a qual o Banco integrou como membro em 2011.

O ALCO fornece uma visão da natureza das concentrações e liquidez dos activos do Banco e da gestão conservadora relativamente à composição do financiamento. A Administração procura assegurar que existam posições substanciais de excedente líquido de tesouraria de modo a cobrir, a qualquer altura, as hipotéticas saídas de capital normais ou analisadas nos testes de esforço realizados. Para mais informações relativamente ao financiamento assegurado e depósitos de clientes, ver *Análise Sumária – Liquidez e Gestão de Risco de Liquidez* e Nota 30.

Capitais Próprios. Os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2014 eram de € 261,4 milhões, o que compara com € 205,6 milhões na mesma data em 2013. O número de acções ordinárias emitidas – cada com um valor nominal de um euro, totalmente subscritas e pagas – manteve-se inalterado desde meados de 2011. Os principais factores que influenciaram este aumento substancial do valor accionista desde então foram as outras reservas/resultados retidos, os resultados correntes e o pagamento de dividendos antecipado.

T.23

(Euro 000)

Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios	2014	2013	Var (%)	2012	2011
Recursos de Bancos Centrais	180.173	130.315	38%	260.248	238.323
Passivos financeiros detidas para negociação	5.614	1.357	314%	1.016	18.592
Recursos de outras instituições crédito	108.264	143.478	-25%	6.481	48.896
Recursos de Clientes	804.736	683.717	18%	543.830	440.568
Capitais próprios	261.369	207.193	26%	170.724	67.234

T.24

(Euro)

Capitais Próprios	2014	2013	2012	2011
Capital	104.000	104.000	104.000	104.000
Prémios de Emissão	1.362	1.362	1.362	1.362
Outros Instrumentos de Capital	0	0	0	0
Acções Próprias	-153	-1.084	-1.172	-1.323
Reservas de Reavaliação	-7.284	-2.180	-1.184	-87.279
Outras Reservas e Resultados transitados	96.515	58.947	44.560	47.969
Outras Deduções	0	0	0	0
Resultado do Exercício	82.529	58.628	32.518	2.506
Dividendos Antecipados	-15.600	-12.480	-9.360	0
Capitais Próprios	261.369	207.193	170.724	67.234
Valor patrimonial por acção	2,51	1,99	1,64	0,65
Activos Líquidos / Capital	5,53	5,86	6,00	12,33

Capital Regulatório: O BiG é regulado pelo Banco de Portugal e, de acordo com as regulações bancárias, o Banco está sujeito aos requisitos de capital calculados com base no risco, a nível individual e consolidado. Em termos gerais, o capital regulatório, objecto de reporte regular, é utilizado como base para avaliar aspectos chave do negócio bancário, e envolve vários ajustamentos regulares à rubrica de capital do Banco. Os requisitos de capital são apresentados como rácios de capital que comparam o capital ajustado com o valor dos activos ponderados pelo risco.

ICCAP – Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP)- Nos termos da Instrução do Banco de Portugal nº 15/2007, o Banco realiza um exercício anual de auto-avaliação para determinar a adequação de capital de-

tida para suportar o negócio. O processo, que é parte da regulação Basileia II, revê muitos dos processos de gestão de risco utilizados pelo Banco numa base diária, e procura quantificar o montante de capital que o Banco deverá deter para efeitos do seu negócio, e que se distingue do capital regulatório do Banco e do seu capital efectivo. A avaliação incorpora os riscos de Pilar I - risco de mercado e risco de crédito – para os quais é utilizado o Método Padrão, e risco operacional, para o qual é utilizado o método do Indicador Básico. Adicionalmente, consideramos também os riscos de Pilar II, que incluem o risco de concentração e o risco de taxa de juro para a carteira do Banco, para o qual usamos um modelo interno.

Todos os indicadores de rentabilidade melhoraram em 2014, mesmo quando

comparados com o bom desempenho do Banco em 2013. **A Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 35,2%, por comparação com 30,9% no ano anterior.** Com proveitos consideravelmente mais elevados em 2014, o rácio de eficiência do Banco melhorou ao longo de sete dos últimos nove anos, constituindo o ano de 2011 a excepção a esta tendência. A base de capital do BiG e os rácios de solvabilidade mantiveram-se elevados, e em linha com os anos anteriores, em contraste com os resultados da concorrência e apesar da contínua incerteza nos mercados.

T.25

(Euro)

Capital Regulatório Consolidado	2014	2013	2012	2011
Capitais Próprios	261.369	207.193	170.724	67.234
Dividendos a distribuir	-6.240	-6.240	-6.240	
Resultado do exercício *				-2.506
Activos Intangíveis	-639	-133	-194	-535
Depósitos Remuneração acima limiar	-234	-1.203	-3.900	-141
Reservas Reavaliação	7.043	2.973	1.360	84.209
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo			-1.578	-1.929
Provisões para Riscos Gerais de Crédito			120	178
Fundos Próprios	261.300	202.590	160.292	146.510
Risk-weighted assets	744.365	616.225	506.341	450.149
Core Tier 1	35,1%	32,7%	31,9%	32,5%
Tier 1	35,1%	32,7%	31,9%	32,5%
Rácio de Solvabilidade	35,1%	32,9%	32,0%	32,5%

T.26

Medidas de Desempenho	2014	2013	2012	2011
Rendibilidade				
Rendibilidade dos activos médios (ROA)	6,2%	5,2%	3,5%	0,3%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	35,2%	31,0%	27,3%	2,9%
Produto bancário / Activo líquido médio	12,7%	11,2%	8,7%	3,8%
Eficiência				
Margem financeira / Activo remunerado	1,8%	2,2%	1,9%	2,6%
Custos transformação / Produto bancário	20,3%	24,9%	27,7%	47,9%
Custos pessoal / Produto bancário	14,2%	17,9%	18,5%	26,6%
Solvência				
TIER 1	35,1%	32,7%	31,9%	32,5%
Rácio de solvabilidade ajustado ao risco	35,1%	32,9%	32,0%	32,5%

GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

A Administração entende que uma gestão efectiva do risco, que está no cerne do nosso negócio de criação de valor para os accionistas, tem sido fundamental para o progresso do Banco e é essencial para o seu sucesso futuro.

Os principais riscos que o Banco enfrenta, inerentes à actividade bancária, incluem riscos de mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Para identificar e gerir estes riscos, que se encontram geralmente inter-relacionados, o Banco criou sistemas de controlo interno que contemplam políticas e procedimentos integrados e compreensivos, assumindo uma natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As políticas e sistemas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária ou intra-diária dos riscos, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos clientes e dos accionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Como parte dos procedimentos, acima mencionados, de mensuração dos principais riscos inerentes à actividade bancária, a Administração incorporou em alguns dos cenários assumidos em testes de esforço componentes adicionais de *riscos políticos* e *sistémicos*. Estes estão sujeitos a uma revisão contínua, e estão associa-

dos a alguns eventos capazes de mudar paradigmas, tal como a crise de dívida da Zona Euro, que tem aumentado em anos recentes, e que podem ter impacto nas práticas de mercado existentes, regulação ou pressupostos, ou, directamente, ter impacto nos preços e expectativas de mercado. Estes riscos constam regularmente da nossa perspectiva e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Para informação adicional, incluindo testes de esforço para risco reputacional e riscos de correlação, consulte a Nota 38.

O enquadramento do risco, em termos gerais, reflecte-se: (i) na estrutura de Governo, (ii) nas políticas e procedimentos do Banco e (iii) nas pessoas envolvidas directamente nas unidades de controlo de risco, quer individuais transversais ao Banco.

Estrutura de Governo

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração, pelo Comité de Todos os Riscos do Banco (*All Risks*), e por vários sub-grupos que controlam áreas específicas de risco. O Comité de Todos os Riscos combina as várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco, discutidos em detalhe mais à frente neste documento, e a área de *Compliance* e Auditoria Interna do Banco.

Presidindo a estrutura de governo societário encontra-se o Conselho de Administração. O Conselho de Administração assume um papel essencial na supervisão de riscos e o seu funcionamento tem

sido sempre pautado pelo reconhecimento de controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de gerar valor para os accionistas num ambiente controlado – são fundamentais para a robustez financeira da instituição. É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer a orientação estratégica do Banco e os níveis de risco aceites, aprovar políticas, e ainda manter uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco.

O diagrama F.2 apresenta um resumo da estrutura de governo para gestão do risco do Banco.

Políticas Gerais e Procedimentos

A Administração revê as políticas e procedimentos regularmente, e procura assegurar a sua comunicação de forma clara ao longo de toda a organização, de maneira a criar a base para um ambiente operacional sólido. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras visam assegurar que os processos associados com quatro passos fundamentais no processo de gestão de risco: a identificação, mensuração, controle e reporte das exposições de risco a perdas potenciais, estão em conformidade com as melhores práticas bancárias e regulamentares.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;

F.2



- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- ▲ Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
- ▲ Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Entre as políticas e procedimentos essenciais incluem-se: (i) a gestão activa das nossas posições, (ii) *mark to market* diário da maioria dos nossos activos remunerados, (iii) revisão diária ou intra-diária das nossas exposições financeiras e do produto bancário, (iv) revisão diária, e independente, das exposições de crédito, e controlo diário dos limites e processos contabilísticos, (v) reportes independentes e diálogo frequente entre as equipas geradoras de receitas e as equipas de controlo de risco e funções de suporte; (vi) testes de esforço extensos e realistas e (vii) proximidade da Administração ao processo de controlo de risco e encorajamento na comunicação rápida do seu aumento.

Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, a Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos são discutidos nas secções seguintes e incluem:

- ▲ Utilização exhaustiva de cenários de testes de esforço;
 - ▲ Limites de risco de mercado com base em VaR (*Value at Risk*);
 - ▲ Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
 - ▲ *Basis Point Values*;
 - ▲ Limites por contraparte, família, classe de activos e carteira;
 - ▲ Limites de concentração;
 - ▲ Análise qualitativa e procedimentos.
- A quantificação do risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, actualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário da Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte. Assumindo como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das exposições do Banco e, como tal, os riscos são revistos, em particular os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procura-se quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspectos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que são considerados altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Do ponto de vista da Administração, a gestão de:

- ▲ *Risco de mercado* envolve pelo menos uma revisão diária de todas as medidas acima mencionadas;
- ▲ *Risco de liquidez* e de taxa de juro focam-se num conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários;
- ▲ *Risco de crédito* geralmente foca-se em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e testes de esforço;
- ▲ As exposições a *derivados* são medidas através de análises de sensibilidade medidas em pontos base;
- ▲ *Riscos operacionais*, o *risco reputacional* e o *risco de correlação*, que engloba

alguns dos riscos mais subjectivos aos quais o Banco pode estar exposto, geralmente dependem de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas as actividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve uma série de restrições revistas com frequência, organizadas por classe de produto, maturidade e por operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values* (bpv's), e medidas estatísticas, tais como o *Value at Risk* (VaR), discutido à frente. É responsabilidade da Administração e da função de Risco de Mercado garantir a actualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adoptados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associada à negociação de activos financeiros e investimento, incluindo a análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um factor importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de activos, são revistos e comunicados numa base periódica aos gestores e colaboradores de *front* e *backoffice* e são sujeitos a revisão e actualização regular. Todos os colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Reporte

Diariamente, as áreas responsáveis pela gestão de risco e *back office* compilam e reportam posições à Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos

são reportados à Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, da Administração com as áreas de mercado para rever posições e avaliar tendências. Os relatórios diários de testes de esforço servem como base de discussão sobre os níveis apropriados de exposição e da necessidade de agir de modo a reduzir concentrações de risco, quer através da venda ou do reposicionamento das nossas posições, quer através da realização do *hedging* dos riscos.

Unidades de Controlo de Risco

Cada um dos comités internos de risco – *All Risks*, *Comité de Activos e Passivos*, *Comité de Risco de Crédito*, *Comité de Investimento* e outros grupos responsáveis por áreas como *Auditoria Interna*, *Compliance*, *Riscos Operacionais* e *Riscos Tecnológicos* – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia. Cada comité inclui, para além do Vice-Presidente, pelo menos outro Membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. Os eventos diários de natureza excepcional requerem a aprovação de pelo menos dois Administradores. Exposições significativas ou decisões de política significativas que caíam fora destes limites requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o *Comité de Todos os Riscos* reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

Risco de Mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Os principais riscos que o Banco gere na actividade de negociação incluem:

- ▲ *Risco de activos de rendimento fixo*, resultante de mudanças dos preços de activos financeiros detidos para negociação ou para venda;
- ▲ *Risco de preço de activos financeiros*, resultante de exposições a mudanças nos preços dos activos e volatilidade;
- ▲ *Risco de taxa de câmbio*, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros, e volatilidade;
- ▲ *Risco de derivados*, resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Asset and Liability Committee* (“ALCO”) e no *Comité de Risco de Mercado*. Estes grupos são presididos pelo CEO e incluem outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades geradoras de receitas e da equipa de controlo de risco.

Em suporte aos Comités estão as unidades principais de controlo de risco – Risco de Mercado e de Crédito – que são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de investimento e negociação de activos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento, revêem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, bem como para as carteiras dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras, bem como por assegurar uma supervisão, controlo independente e verificação do cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o BiG gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a

Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização do Risco de Mercado em específico, em colaboração com a Administração e com o *Compliance*, revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do ALCO e do *Comité de Risco de Mercado* também integram o *Comité de Investimento do Banco*, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As actividades desta área, embora separadas da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

Metodologias

Na gestão do risco de mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente incluem medidas estatísticas e várias medidas não estatísticas, entre as quais:

- ▲ *VaR (Value at Risk)*;
- ▲ *Testes de esforço sobre o valor económico (Economic Value stress testing)*;

▲ *Testes de esforço sobre os resultados (Earnings at Risk stress testing);*

▲ *Monitorização dos valores dos pontos base (Basis point values);*

▲ *Limites de posições para derivativos ("gregos");*

▲ *Limites nas posições para subjacentes seleccionados (Inventory position limits for selected underliers).*

O Banco utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentrações de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Value at Risk (VaR)

A análise de VaR, que mede o risco assumindo condições normais de mercado, é combinada com medidas não estatísticas,

incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories*, para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o VaR usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do VaR apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o VaR é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As variações de VaR entre períodos de reporte, por exemplo, são geralmente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre activos financeiros.

Os resultados dos testes da carteira de negociação durante 2014, indicam que durante o ano houve dois dias em que as perdas excederam os níveis de VaR. Os limites de negociação indicados abaixo, e em linha com os anos anteriores, foram,

em média, inferiores e pouco utilizados, concentrando-se grande parte do risco na carteira de activos disponíveis para venda (AFS).

As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas à medida que o Banco maximiza fluxos estáveis de receita, enquanto maximiza a flexibilidade de reconhecer proveitos mantendo níveis elevados de liquidez disponível. Os limites de investimento atingiram em média 61% durante o ano, chegando aos 90% perto do fim do ano, sendo superior aos valores médios registados nos últimos anos. Os níveis mais elevados de VaR estiveram associados à carteira de activos de rendimento fixo, reflectindo concentrações nesta classe de activos. Mais detalhes destas exposições estão disponíveis na secção deste relatório dedicada à Gestão do Risco de Concentração.

T.27

(Euro)

VaR de Negociação 2014 (vs 2013)	2014				2013			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	47.547	113.981	535.687	8.236	31.882	32.794	98.922	1.279
Risco de taxa de juro	40.207	106.969	733.704	9.982	7.486	278.967	2.102.434	7.486
Acções	101.809	123.519	285.301	12.621	103.908	142.773	400.830	34.380
Matérias primas								
Opções	103.922	135.915	405.209	28.790	250.475	138.598	426.766	17.546
Efeito de diversificação	14%	46%			16%	28%		
VaR total	252.557	260.993	692.458	40.043	331.313	424.939	2.291.861	67.981

T.28

(Euro)

VaR de Investimento 2014 (vs 2013)	2014				2013			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco de taxa de juro	11.422.590	7.884.418	11.614.976	4.862.146	6.865.502	8.327.418	11.272.606	4.826.487
Acções	503.170	279.521	549.293	159.716	264.021	503.483	732.975	264.021
Efeito de diversificação	2%	2%			2%	3%		
VaR total	11.669.897	7.979.655	11.821.091	4.253.695	6.954.590	8.540.234	11.594.365	4.977.430

Resumo de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas previsões com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o VaR estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o VaR.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

Utilização de Limites – VaR

T.29 (Euro)

Negociação		
VaR	Limite	Utilização
252.557	3.200.000	8%

	Limites	31-12-2014	30-12-2014	Δ	Excedente
Acções	400.000	101.809	103.946	-2.137	-
Opções	400.000	103.922	108.069	-4.147	-
Taxa de Juro	2.100.000	40.207	42.451	-2.244	-
Fx Cambial	300.000	47.547	49.888	-2.341	-

T.30 (Euro)

Investimento		
VaR	Limite	Utilização
11.669.897	13.000.000	90%

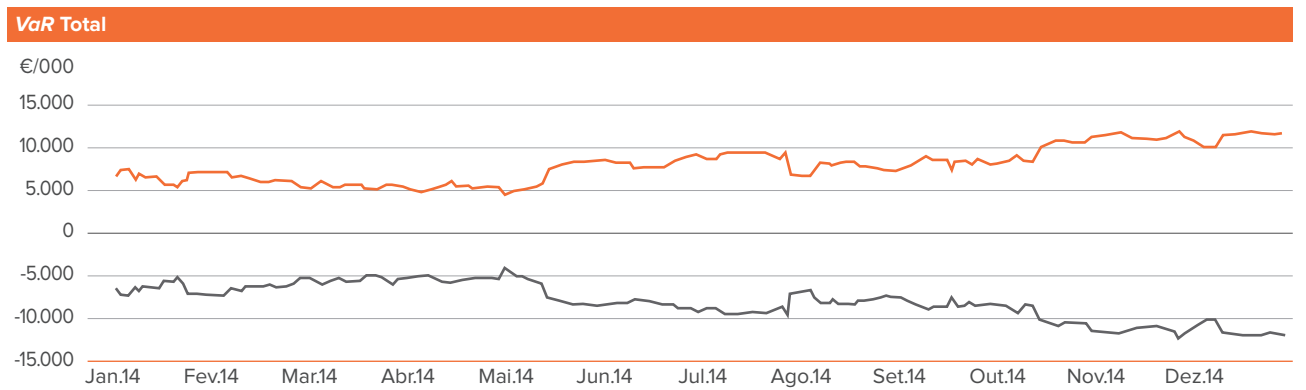
	Limites	31-12-2014	30-12-2014	Δ	Excedente
Acções	1.000.000	503.170	503.292	-122	-
Taxa de Juro	12.000.000	11.422.590	11.510.602	-88.012	-

T.31 (Euro)

Sector	VaR Médio
Materials básicos	220.108
Telecomunicações	343.828
Consumidor, cíclicos	61.116
Consumidor, não cíclicos	182.078
Financeiro	212.590
Soberano	7.202.470
Industrial	65.228
Utilities	371.555
Energia	247.240

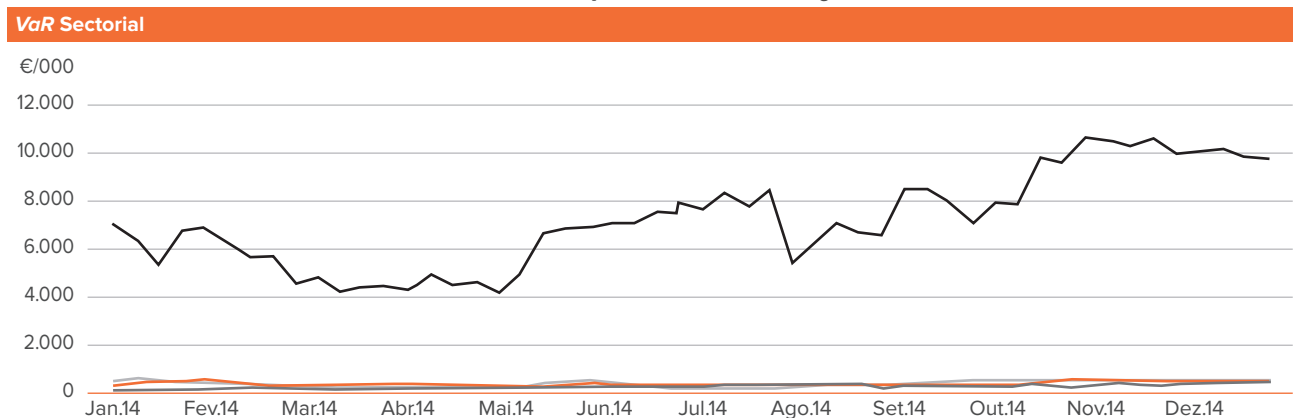
VaR de Negociação e VaR de Investimento total:

G.2



VaR por Sector

G.3



As análises de *VaR* das classes de activos de rendimento fixo e variável por sector indicam que as maiores exposições médias durante 2014 ocorreram em activos financeiros de empresas de telecomunicação, materiais básicos, energia e *utilities*, assim como sectores governamentais. A concentração no sector governamental esteve relacionada com a grande disponibilidade e liquidez de emissões desse segmento, quando comparado com outros, onde emissões primárias e secundárias não apresentaram tanta frequência nem liquidez.

VaR de Liquidez

O *VaR* de Liquidez mede a maior perda esperada a que uma instituição está sujeita, para um determinado nível de confiança, ajustada à liquidez dos respectivos activos. Ao *VaR* normal é adicionada uma componente de liquidez que visa ter uma perspectiva mais conservadora da medida de *VaR* tradicional no sentido em que introduz o *spread* entre os preços de *bid* e *ask* dos activos. Em momentos de *stress*, o *bid/ask spread* alarga-se em função da redução da liquidez disponível. A tabela T.32 evidencia a evolução comparativa durante 2014 da média do *VaR* de liquidez para as várias classes de activos detidos pelo Banco, constituindo L1 a medida dos *bid/ask*

spreads. Os pontos de desvio significativo entre as medidas de *VaR* normal e as medidas de *VaR* de liquidez, tal como indicadas na tabela T.32, reflectem o aumento no *stress* e a queda na liquidez entre os instrumentos de rendimento fixo de países periféricos e das suas instituições financeiras.

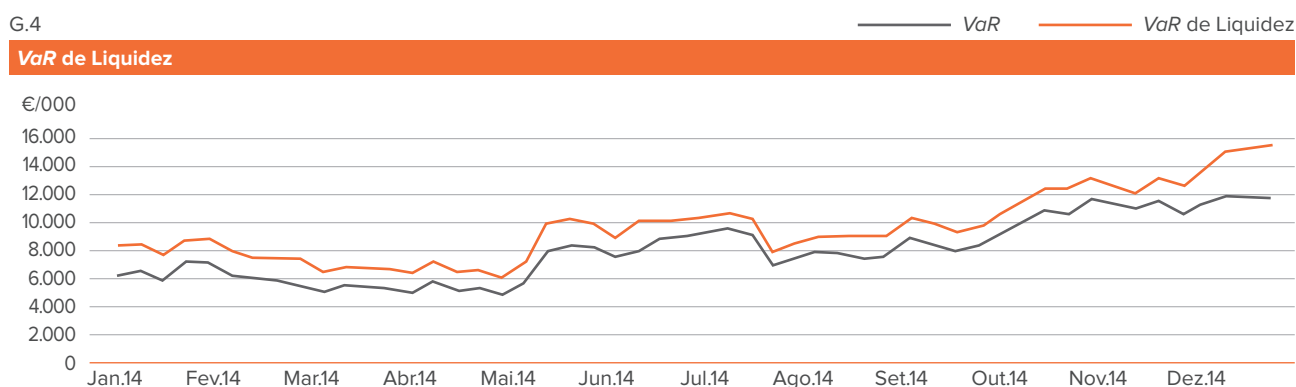
Testes de Esforço

O Banco efectua testes de esforço das suas posições de mercado e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de *VaR*, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de mercado. Ao utilizar testes de esforço económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas a um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os testes de esforço de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplada, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, são utilizados 16 cenários para desenvolver testes a 96 posições nas carteiras de negociação e de investimento, assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cená-

rios para simular a exposição do Banco e, em certos casos, as exposições dos Clientes a potenciais perdas. Numa base semanal, são aplicados 8 cenários adicionais para testar 48 posições. Estes cenários são revistos frequentemente e de acordo com a evolução das condições de mercado. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação. São realizados habitualmente os testes de esforço de liquidez e correlação numa base semanal ou mensal.

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e nas respectivas reacções dos mercados a esses eventos. Adicionalmente, o Banco executa diariamente testes de esforço “*Armageddon*” das exposições de mercado. Estes cenários simulam o impacto de eventos ou quedas nos mercados, não com base em observações históricas, mas sim em cenários potenciais extremos. O objectivo desses “cenários extremos”, debatidos abaixo, é medir o impacto teórico no modelo de negócio do Banco e na sua resiliência a eventos que são habitualmente várias vezes piores do que qualquer ocorrência histórica de mercado.

G.4



T.32

(Euro)

VaR de Liquidez Médio por Sector Durante 2014			
Sector	L1	VaR	VaR de liquidez
Telecomunicações	61.686	343.828	405.514
Financeiro	149.923	212.590	362.513
Soberano	590.675	7.202.470	7.793.146
<i>Utilities</i>	111.562	371.555	483.116

Os cenários históricos observados durante 2010-2012 são utilizados, na medida em que correspondem a períodos extremos de *stress de mercado*, para a realização de testes diários, estando identificados em baixo como “C1, C2...”. A reacção histórica a vários cenários históricos extremos é aplicada às exposições actuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação e investimento de activos financeiros, assumindo as mesmas condições de mercado. Os resultados são então compilados e reportados num base diária ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

Testes de Esforço Armageddon

Diariamente são realizados testes de esforço *Armageddon* a várias carteiras. Os cenários utilizados anteriormente são baseados em eventos históricos que originaram níveis excepcionais de volatilidade no mercado. Contudo, no caso dos testes de esforço *Armageddon*, foram criados cenários invulgarmente extremos, e não históricos, de forma a medir o impacto teórico de eventos altamente improváveis nas posições diárias. Por exemplo, é medido o impacto teórico das várias exposições do Banco no evento altamente improvável dos índices das várias economias globais – DAX na Europa e S&P nos Estados Unidos – sofrerem quedas dramáticas de 50% e 33%, respecti-

vamente, num único dia de negociação, assumindo correlações de activos de um mês. De forma semelhante, são desenvolvidos testes diários aos activos de rendimento fixo (Testes de Esforço Armageddon da Carteira de Crédito) cujos resultados são comunicados à Administração numa base diária. Estes cenários assumem eventos várias vezes piores do que qualquer mínimo registado durante a crise de crédito de 2008, sendo aplicados às posições actuais, numa base diária. Concebido para ser deliberadamente remoto na sua probabilidade de ocorrência, o objectivo consiste em testar a capacidade de sobrevivência do modelo de negócio do Banco em circunstâncias extremas e, em consequência, manter a disciplina nos limites, no tamanho do balanço e na tomada de

Posições a 31/12/2014:

T.33

(Euro 000)

Negociação 2014								
	Acções		Obrigações				FX	Matérias Primas
	C1	C2	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Acções	(83)	(31)	(70)	21	(26)	(21)	(43)	(31)
Opções	(97)	(148)	(94)	(1)	(31)	(28)	(54)	(66)
Taxa de Juro	(73)	(130)	(209)	(116)	(124)	(47)	(87)	(43)
FX	(149)	(267)	1	(259)	35	(2)	(257)	(179)
Total	(402)	(576)	(372)	(356)	(146)	(98)	(440)	(319)

T.34

(Euro 000)

Investimento 2014								
	Acções		Obrigações				FX	Matérias Primas
	C1	C2	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Taxa de Juro	(17.157)	(5.492)	(44.256)	2.690	(10.627)	(14.428)	(14.562)	(6.391)
Acções	(432)	(232)	(406)	46	(133)	(206)	(250)	(225)
Total	(17.590)	(5.724)	(44.662)	2.736	(10.760)	(14.634)	(14.812)	(6.617)

Piores cenários de Acções

C1	Preocupações de que a crise da dívida Pública dos países da União Europeia se possa propagar a outros países	18/08/11
C2	Downgrade da dívida Pública Portuguesa (A+ para A-)	28/04/10

Piores cenários de Obrigações

C1	1º Leilão de dívida Pública Portuguesa depois da agência da Moody's ter diminuído o rating a Portugal	06/07/11
C2	Crise Italiana, com a dívida Pública a registar máximos históricos	25/11/11
C3	Notícias de que a dívida pública da Grécia é maior do que inicialmente se previa	22/04/10
C4	Instabilidade política na Grécia	05/05/10

Piores cenários de FX

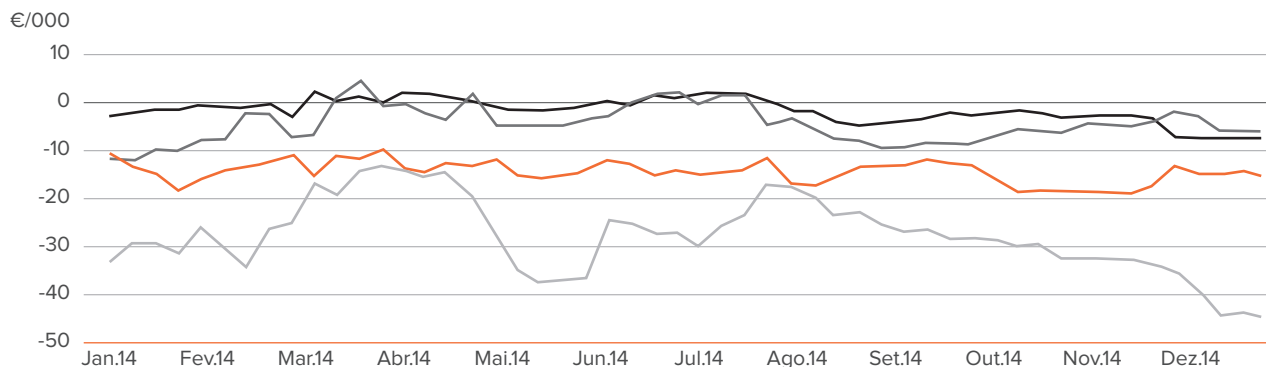
C1	Intervenção na Grécia	06/05/10
----	-----------------------	----------

Piores cenários de matérias primas

C1	Abrandamento económico e agravamento da crise da dívida pública na Europa	23/09/11
----	---	----------

G.5

— Acções — Obrigações — FX — Matérias Primas

Teste de Stress (cenários de 2010-2011)

T.35

(Euro 000)

	Acções	Obrigações	FX	Matérias Primas
Máximo	4.374	-13.016	-9.815	2.325
Mínimo	-12.122	-45.034	-19.186	-7.544
Média	-4.569	-27.879	-14.600	-1.659
Desvio Padrão	3.827	7.890	2.379	2.589

riscos. A exposição média diária a perdas teóricas neste cenário de teste foi de € 57,4 milhões – muito semelhante à média de 2013 – com um pico de € 101,8 milhões num único dia no fim do quarto trimestre de 2014, quando a perspectiva de eleições na Grécia começou a causar preocupações no mercado. Estes picos correspondem à carteira como um todo, incluindo as posições em futuros utilizadas como *hedge* aos riscos de taxa de juro, o que contribui para os seus níveis exagerados.

Risco de Liquidez**Risco de Liquidez decorre da gestão dos activos e passivos do Banco.**

A política do BiG relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (i) financiamento dos activos antes da sua aquisição, (ii) o pressuposto de que a maior parte dos activos que compõem o Balanço deveriam ser conver-

tíveis em liquidez num curto espaço de tempo, (iii) um programa para construir uma base estável de depósitos de retalho e (iv) assumir que será mantido um razoável nível de independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Com efeito, estes princípios definem o modelo de negócio do BiG, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de activos composta por activos líquidos, em detrimento de crédito ilíquido.

Na prática, o processo de gestão de liquidez do Banco é uma questão estratégica e diária da Administração. Este engloba os detalhes sobre controlos dos fluxos de entrada e saída, as questões de preço e reputação, o controlo sobre colaterais, o processo do Comité de Activos e Passivos e os aspectos do plano de recuperação que transmite a natureza fundamental do modelo de negócio do Banco: activos líquidos, flexíveis e de qualidade financiados de forma conservadora por depósitos estáveis e capital.

T.36

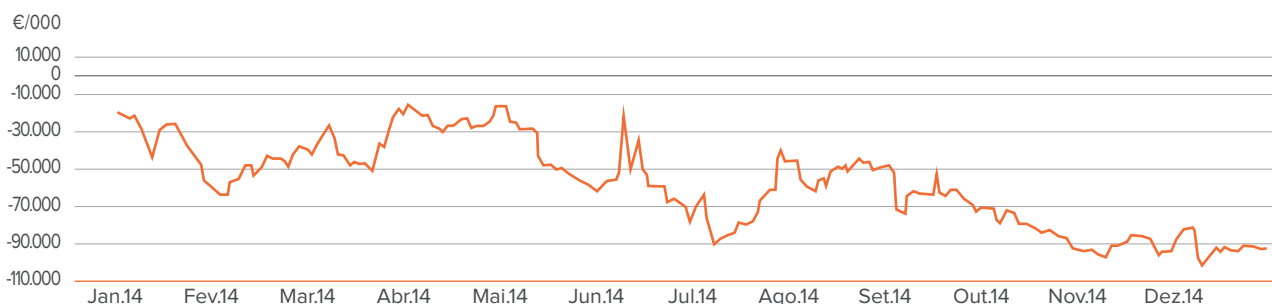
(Euro 000)

Perdas Máximas e Mínimas

Máximo(*)	Mínimo(*)	Média	Desvio-padrão
-101.895	-15.749	-57.498	23.108

(*) Valores máximos e mínimos para as perdas

G.6

Teste de Stress Armageddon

T.37

(Euro)

Indicadores de liquidez	Spot e até 1 semana	Entre 1 semana e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Activos líquidos com maturidade superior a 12 meses
Mismatches						
Mismatches por prazos	308.061.762	-77.117.545	-220.590.985	-93.007.458	-102.290.470	0
Mismatches acumulados	308.061.762	230.944.217	10.353.231	-82.654.227	-184.944.697	490.440.991
Activos Líquidos	660.949.380	698.055.207	813.573.543	813.573.543	813.573.543	0
Passivos Voláteis	73.654.044	126.261.963	249.233.823	264.433.982	280.554.941	0
Activos Líquidos - Passivos Voláteis	587.295.336	571.793.244	564.339.721	549.139.561	533.018.602	0
Gap de Liquidez (1)	73	75	87	85	82	0

(1) Gap de liquidez = [(Activos líquidos - Passivos voláteis)/(Activo total - Activos líquidos)] x 100

A tabela T.37 proporciona uma visão global do *gap* de liquidez a 31 de Dezembro de 2014, apresentado por maturidades. Para mais informação, consultar a Nota 38.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros factores. O BIG controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco utiliza, como medida de risco de taxa de juro, os *bpvs* (*basis point values*). Este factor de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de activos, nomeadamente em activos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.38 apresenta os activos e passivos por maturidade a 31 de Dezembro de 2014, com base nas respectivas taxas médias, calculadas para cada período temporal indicado. Para cada maturidade apresenta-se igualmente a duração

modificada e os valores dos *basis point values* (*bpvs*).

Uma posição líquida longa ou negativa em *pontos base* pressupõe uma posição longa em obrigações financiadas com liquidez de curto prazo. Uma posição líquida curta ou negativa significa que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobrir ou recomprar a posição mais tarde com lucro.

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular, um aumento ou queda de 200 *pontos base* (*pb*) num único dia, ou um aumento ou queda de 50 *pontos* em exposições cuja maturidade residual é superior a um ano. A tabela T.39 resume o impacto nos resultados antes de impostos de uma improvável variação em paralelo de 200 *pontos base* no final de Dezembro de 2014.

A exposição ao risco de taxa de juro, como percentagem do capital regulamentar, medida semestralmente durante 2014, e assumindo a análise de sensibilidade descrita anteriormente, está descrita na tabela T.40

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade diárias, que são utilizadas para quantificar o efeito da variação de um factor de risco em todas as posições detidas. Mais especificamente, o Banco utiliza estas análises para medir o efeito de variações das taxas de juro bem como

quantificar exposições a posições de negociação de activos financeiros derivados. Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco mede as exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade conhecidas como “*gregas*” que são termos matemáticos:

- ▲ *Rho*: mede, em pontos base, os montantes mínimos e máximos de exposição durante 2014 a variações de 1 p.b. na curva de taxas de juro;
- ▲ *Vega*: reflecte a exposição a variações de 1% na volatilidade na carteira de opções do Banco;
- ▲ *Delta*: quantifica, em Euros e quanto à carteira de negociação de opções, variações de 1% no valor dos activos subjacentes;
- ▲ *Theta*: também no que diz respeito à carteira de negociação de opções, mede, em Euros, os ganhos ou perdas reportados por cada dia restante da vida de uma determinada opção.

T.38

(Euro)

Risco Taxa de Juro						
Maturidade	Activo	Passivo	Extra-patrimonial (+)	Extra-patrimonial (-)	Líquido	bpv/s
1-Jan-15	231.882.193	509.812.052	0	0	(277.929.859)	76
1-Fev-15	32.947.865	180.377.437	0	0	(147.429.572)	1.273
1-Mar-15	155.101.238	141.691.112	25.019.121	0	38.429.247	(622)
1-Abr-15	7.055.878	47.130.588	0	0	(40.074.710)	978
1-Mai-15	16.136.772	52.531.644	127.042.568	0	90.647.696	(2.976)
1-Jun-15	9.786.167	34.179.352	186.035.293	0	161.642.108	(6.691)
1-Jul-15	207.564	37.188.342	0	0	(36.980.778)	1.800
1-Ago-15	5.159	17.345.668	0	0	(17.340.509)	993
1-Set-15	7.016	9.300.176	0	0	(9.293.159)	610
1-Out-15	8.097	22.571.760	0	0	(22.563.663)	1.677
1-Nov-15	9.000	5.207.568	0	0	(5.198.568)	426
1-Dez-15	78.076	7.765.423	0	0	(7.687.347)	696
1-Jan-16	5.014	23.084.335	0	0	(23.079.321)	2.193
1-Jul-16	753.463	8.977.706	0	0	(8.224.243)	1.190
1-Jan-17	20.009	3.859.627	0	0	(3.839.618)	681
1-Jan-18	2.696.859	2.102.912	0	0	593.947	(146)
1-Jan-19	20.850	4.542.828	0	0	(4.521.978)	1.658
1-Jan-20	100.920.230	0	0	0	100.920.230	(42.809)
1-Jan-21	112.043.786	0	0	0	112.043.786	(56.487)
1-Jan-22	11.856.997	0	0	0	11.856.997	(7.081)
1-Jan-23	31.091.442	0	0	0	31.091.442	(20.442)
1-Jan-24	34.458.493	0	0	206.955.345	(172.496.852)	139.205
1-Jan-25	13.507.844	0	0	207.838.000	(194.330.156)	152.238
1-Jan-30	140.020.200	0	0	0	140.020.200	(151.767)
1-Jan-35	323.072.461	0	0	0	323.072.461	(434.642)
1-Jan-40	144.580.795	0	0	293.621.512	(149.040.717)	241.250
	1.368.273.470	1.107.668.530	338.096.981	708.414.857	(109.712.935)	(176.718)

T.39

(Euro)

Dezembro 2014					
Aumento paralelo de 200 pb	Redução paralela de 200 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Redução paralela de 100 pb	Aumento de 50 pb após 1 ano	Redução de 50 pb após 1 ano
-35.343.607	35.343.607	-17.671.803	17.671.803	-8.747.913	8.747.913

T.40

Risco de Taxa de Juro: Evolução Semestral		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de juro	% Impacto nos Fundos próprios
Dez-13	-38.722.052	-19,2%
Jun-14	-6.442.572	-3,2%
Dez-14	-35.343.607	-13,6%

Durante 2014:

T.41

Gregos	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-568.987	-3.997	-759.056	-162.498
Max	-29.108	130.455	207.973	3.211
Média	-290.932	40.697	-100.937	-6.841
Desvio Padrão	123.258	39.493	188.257	11.903

O Rho é expresso em pontos base e os restantes indicadores em Euros. Para informação adicional consulte a Nota 38.

Rho	Sensibilidade à taxa de juro
Vega	Sensibilidade à volatilidade
Delta	Sensibilidade ao activo subjacente
Theta	Sensibilidade ao tempo

Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito em várias das suas actividades. Estes riscos incluem principalmente a exposição directa a Clientes que contrataram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento do Banco, mas também a exposição directa a clientes com crédito concentrado e risco de compensação ou de mercado associado a actividades de Clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos referidos anteriormente em *Risco de Mercado*.

As exposições a crédito no BiG genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações soberanas, empréstimos, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos. No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de

riscos num determinado sector, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do Balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Processo

Constituindo um factor inerente à banca, a Administração percepçiona o risco de crédito como parte integrante do modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os accionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pela Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- ▲ Análise e controlo do risco de contraparte;
- ▲ Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;

- ▲ Orientações e procedimentos quantitativos e qualitativos para questões de controlo da qualidade de crédito;
- ▲ Controlo do Cliente, família e grandes riscos;
- ▲ Documentação, gestão e arquivo de documentação;
- ▲ Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- ▲ Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- ▲ Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- ▲ Adesão a orientações regulamentares;
- ▲ Política de preços.

Natureza das Exposições de Crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2014, após os momentos críticos nos últimos 2 - 3 anos, decisores políticos continuaram a sua abordagem metódica e determinada de forma a responder – através de regulação, legislação, política monetária, revisões de qualidade de crédito e testes de esforço – muitas das causas e resultados da crise da dívida soberana na Zona Euro, que diferiram de país para país, mas que tiveram em comum a devida identificação e avaliação da qualidade de crédito do sistema financeiro. A gestão do risco de crédito da carteira do Banco, em particular dívida cotada e acções, tem implicado uma resposta à melhoria da percepção da qualidade de crédito e liquidez, sem perder de vista as questões fundamentais de longo prazo associadas a diferentes mercados. Neste enquadramento, a visão do mercado em relação à qualidade da maioria dos activos, especialmente relativamente ao risco de activos soberanos, e de activos intrinsecamente relacionados com a percepção de risco soberano, melhorou significativamente em 2014.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

- ▲ *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às nossas actividades de negociação e intermediação para Clientes. Estas são garantidas maioritariamente por liquidez, activos financeiros ou, numa menor escala, activos imobiliários. Esta categoria inclui as emissões por bancos de

activos financeiros com colaterais de hipotecas (RMBS) e obrigações cobertas. Em 31/12/2014, aproximadamente toda a carteira de crédito do banco eram créditos garantidos.

▲ *Risco de Crédito não garantido*, que surge da gestão dos riscos de crédito principais: principalmente, do portfolio de investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, e das actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais. As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou dívida de emissões de outras entidades garantida por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, não constituem uma parte relevante do negócio do Banco. A concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada a Banca de Investimento ou mandatos de mercados de capitais não é encorajada, sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo discutido em detalhe abaixo.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transacções em consideração e

os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Controlos Sobre Margens

As contas margem e empréstimos ao consumo representavam menos de 15% do crédito a 31/12/14, mantendo-se inalterados relativamente à mesma data do ano passado. A maior parte do crédito concedido a Clientes é de curto prazo, sendo garantido por activos financeiros líquidos e sujeito a controlos rigorosos sobre margens, isto é, a diferença entre o valor do crédito concedido e o valor em tempo real da garantia que suporta o crédito. O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margem por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de activos tendo em conta a volatilidade de mercado, como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados em tempo real. O objectivo é identificar diferenças entre activos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial, podendo eventualmente executar as posições de acordo com os níveis de risco registados. A nossa experiência tem sido a de que este tipo de crédito pode resultar numa utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco, com base em dados empíricos. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas nos últimos anos (Nota 21).

Exposições não Garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas,

ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, estão sujeitas a uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. Este processo pode ser acompanhado por informação de agências internacionais credíveis de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem critérios qualitativos, tais como a propriedade / base accionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares e outra informação relevante.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, por exemplo, quando o Banco opera enquanto credor de outros bancos, do sector financeiro, empresarial e de dívida soberana, representada por dívida cotada com maturidades variáveis.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria - risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional - e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. A gestão de riscos que não de crédito é discutida nas secções relevantes deste relatório.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, a Administração e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos capitais próprios consolidados. Nas tabelas T.42 e T.43, apresentam-se as principais exposições a 31 de Dezembro de 2014.

T.42

(Euro)

Dezembro 2014		Posições
Exposição por Estratégia de Investimento		
Obrigações	Dívida Senior Corporate	352.419.928
	Dívida Senior Bancos	30.689
	RMBS	113.603.804
	Garantidas pelo estado	732.250.282
Total Obrigações		1.198.304.702
Caixa, disponibilidades e aplicações		105.802.985
Acções (1)		18.347.921
Derivados de acções (2)		3.698.148
Conta Margem		13.163.145
Carteira de crédito de retalho (excepto conta margem)		9.343.746
Forex (3)		244.221
Total		1.348.904.868

(1) Apenas carteira de investimento

(2) Carteira de negociação (delta)

(3) As posições de forex incluem Cash, Fwd e Fut Cambiais

Exposição por Rating:

T.43

(Euro)

Exposição por Rating – Carteira de Crédito/Obrigações								
	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	NA	Total
Dívida Senior Corp		8.654.403	37.143.065	71.723.390	96.917.642	297.123	137.684.304	352.419.928
Dívida Senior Banca					26.802		3.887	30.689
Garantida Estado	14.266.669		3.410.505	401.054.717	312.538.272		980.118	732.250.282
RMBS			72.812.134	30.227.111	10.564.559			113.603.804
Total	14.266.669	8.654.403	113.365.705	503.005.218	420.047.275	297.123	138.668.308	1.198.304.702

Teste de esforço da carteira de crédito

Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária, a carteira de investimento do Banco, constituída maioritariamente por activos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de esforço diários, de modo a proporcionar à Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. O cenário mais extremo, o *Armageddon Stress Test* aplicado a esta carteira, representa um indicador diário das perdas potenciais por classe, considerando as maiores perdas individuais por sector de actividade. As simulações indicadas no gráfico G.7 traduzem o impacto resultante da aplicação de choques nas *yields* e nos *spreads* de crédito dos instrumentos de dívida. Os impactos resultantes deste exercício estão também dependentes da maturidade e duração destes instrumentos. Outra variável que se tem em conta é o nível de cobertura

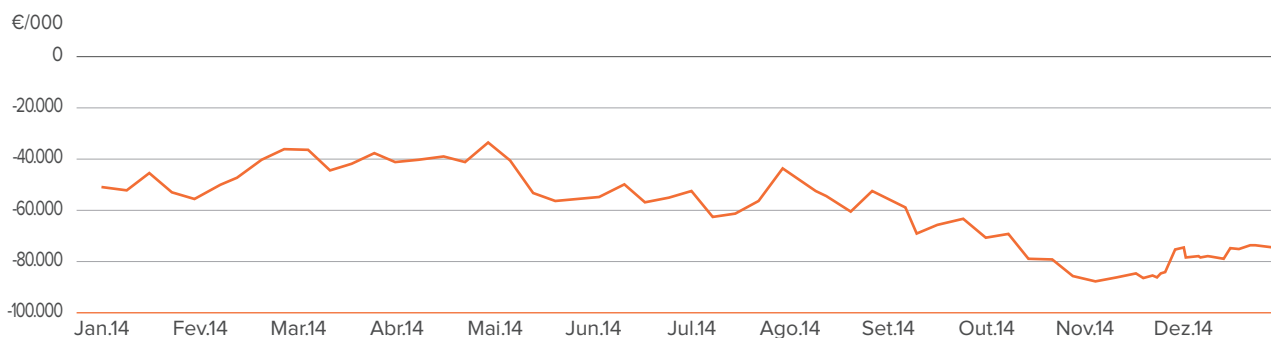
do *portfolio* de activos de renda fixa. Tal como ocorre com os testes combinados das carteiras de negociação de activos financeiros e investimento, o objectivo de testar cenários na maior posição individual do Balanço do Banco, que é a carteira de crédito, consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão vir a ser afectados e os capitais próprios delapidados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas. Os resultados destes testes diários são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

Os resultados destes testes a 31 de Dezembro de 2014 evidenciam que, nas circunstâncias mais extremas, as perdas teóricas seriam significativas **mas não afectariam a solvabilidade global do Banco, que continuaria confortavelmente acima dos mínimos regulatórios:**

Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus Clientes e gerar receitas através das suas actividades de negociação de activos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores actuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísti-

G.7

Teste de Stress Armageddon da Carteira de Crédito

T.44

(Euro 000)

Resumo

Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio Padrão
-87.036	-33.543	-63.994	16.097

(*) Valores máximos e mínimos para as perdas

cos. Como parte do processo, o BIG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte anterior à data de liquidação do activo. O Banco utiliza procedimentos de contabilização de activos ao justo valor de mercado e medidas de *Value at Risk* para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza a 31 de Dezembro de 2014 pode ser encontrado nas Notas 18 e 23.

Risco Operacional

O risco operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, em resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores

terceiros de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão pró-activa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

Limitar os riscos operacionais através da implementação de procedimentos internos é essencial para oferecer um serviço completo e competente aos nossos Clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias. Este último aspecto, no contexto de um conjunto de crises financeiras que afectaram as principais economias desde 2007, constitui uma importância crescente e deverá ocupar uma parte significativa do tempo da Administração e dos recursos do Banco no futuro.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, constituída pelos seguintes grupos de supervisão

interna, que se reúnem separadamente com os seus supervisores no Conselho de Administração, e também em conjunto no Comité de Todos os Riscos:

▲ **Risco Operacional:** revê a adequação dos procedimentos internos, do suporte humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto, com base em processos de auto-avaliação, controlos dos erros operacionais e em auditorias internas e externas programadas;

▲ **Risco Tecnológico:** supervisiona a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução;

▲ **Comité de Compliance:** constituído por membros do Conselho de Administração e pelo responsável do departamento de Controlo Interno e Compliance, cujas responsabilidades incluem a monitorização do cumprimento pelo Banco de questões de natureza legal e regulamentar, aplicação de procedimentos operacionais internos, código de ética e questões relacionadas. Reúne-se pelo menos, uma vez por mês, ou mais frequentemente se necessário, para rever a evolução de questões regulatórias.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e adoptar acções sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevisível das actividades do Banco.

Devido à natureza do negócio, os erros operacionais ocorrem ocasionalmente. Constitui um objectivo da estrutura de governação acima identificada, e dos departamentos internos, garantir o cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o capital e estratégia de negócio. Tendo em vista o apoio a este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais à Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade. Os dados recolhidos são extensos e permitem uma análise detalhada das perdas operacionais reais por tipo de evento, linha de negócio, por impacto, e por montantes médios ou específicos.

O impacto nas receitas operacionais do Banco é bastante baixo, e com tendência decrescente positiva.

Um aspecto chave no controlo dos riscos operacionais e manutenção de perdas operacionais evitáveis a níveis aceitáveis, é parte da cultura de identificação e mitigação de riscos do Banco. É encorajada a comunicação dos problemas operacionais, quer potenciais quer reais, à Administração e a sua resolução pró-activa.

Processamento e Sistemas

As áreas de Operações e Tecnologia, responsáveis pelo funcionamento contínuo da organização pelo apoio a Clientes e

processamento de transacções para os segmentos de negócio do Banco, representavam, em conjunto, 27% do número total de colaboradores a 31/12/2014.

Em particular, a área de Tecnologias de Informação (TI) cobre actividades como a manutenção dos sistemas de informação internos e os serviços básicos de comunicação, passando também pelo apoio na programação da complexa plataforma transaccional do Banco, www.big.pt. A equipa opera diariamente com base em três vectores chave - *Segurança, Disponibilidade e Eficiência*, os quais estão subjacentes à perspectiva do Banco de prestação de serviços de alta qualidade aos seus Clientes de uma forma eficiente e num ambiente operacional controlado.

Tendo em conta que todos os serviços digitais são desenvolvidos internamente, o Banco procura potenciar os seus processos de desenvolvimento usando as metodologias de *software* mais recentes, tal com *SCRUM*, que foi implementado extensivamente durante 2014. Isto proporcionou ao Banco uma capacidade de resposta mais rápida a mudanças nas funcionalidades de serviços existentes e a capacidade de adicionar novas funcionalidades através da reutilização da *codebase* existente. Um decréscimo no número de *bugs* tem sido outro dos maiores benefícios que esta nova metodologia, em conjunto com testes rigorosos, trouxe ao lançamento de novos serviços.

Ao longo de 2014, o Banco realizou uma utilização ainda mais extensiva de serviços *cloud*, usando para o efeito fornecedores como a Google, Microsoft, VMware e Amazon. O BiG acredita que a utilização de serviços *cloud* na maioria dos serviços de suporte, traz para o Banco uma maior resiliência contra desastres, e um menor Custo Total de Propriedade (*Total Cost of Ownership*). Não obstante, o Banco segue a rigorosa política de manter todos os dados dos clientes nos seus próprios servidores e sistemas, que são geridos e operados localmente.

A segurança é uma preocupação permanente, e, em 2014, o Banco começou a actualizar a sua infra-estrutura de segurança para reforçar a protecção *“state-of-the-art”* contra ameaças externas.

De uma forma geral, o Banco efectua melhorias contínuas às plataformas de negociação e à segurança das mesmas, concebidas para manter a integridade física da infra-estrutura e garantir um ambiente livre de contaminação externa.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

Trabalhamos com o objectivo de assegurar que o nosso negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os nossos processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas são seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam. Como referido anteriormente, o nosso ICAAP (Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno) e os controlos diários de riscos endereçam a nossa capacidade de garantir a sustentabilidade do Banco numa base financeira.

No que respeita ao risco operacional, o Banco assenta a implementação de um Plano de Continuidade de Negócio em dois pilares: a continuidade de operações na sua sede e a continuidade de operações do seu principal centro de dados. O centro de dados encontra-se instalado há vários anos, efectuando uma replicação *on-line* de dados críticos entre o centro principal localizado nos subúrbios de Lisboa e a unidade de continuidade do negócio no Porto. De forma a assegurar a continuidade de operações na sede da forma mais transparente e menos onerosa possível, o cenário de recuperação do Banco baseia-se nas suas duas maiores agências, as quais se encontram equipadas de forma a acomodar os colaboradores essenciais num cenário de emergência. São efectuados testes envolvendo os diferentes departamentos do Banco, que visam testar a adequação e fiabilidade das operações remotas a partir destas localizações.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha um papel chave no sistema de controlo interno do Banco e no processo de assegurar a alocação adequada de capital na gestão do risco operacional. As inspecções regula-

res baseiam-se nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, tendo em vista os riscos inerentes às várias actividades e negócios do Banco.

A função de Auditoria Interna é objectiva e imparcial e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel essencial na identificação de quaisquer debilidades nos processos de controlo e políticas de gestão de risco, procurando garantir a conformidade com procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco. As inspecções cobrem todas as áreas de negócio e operacionais, e as respectivas conclusões são reportadas directamente ao Conselho de Administração.

Compliance

Na qualidade de instituição bancária cujo negócio envolve activos financeiros, o respeito pela regulação e pelo património dos nossos clientes é central ao modelo de negócio. A função de *compliance* assume um papel chave no banco e constitui uma parte integrante da nossa cultura interna. Neste âmbito, a Administração considera o *compliance* como mais do que o simples cumprimento das leis, regulamentos e práticas de mercado, na medida em que a história tem mostrado que a percepção sobre os comportamentos que são aceitáveis pode alterar com o tempo. Os Colaboradores são seleccionados tanto com base nos seus valores como nas suas capacidades e experiências, procurando que a transparência, o respeito pelas regras e o comportamento responsável constituam elementos competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

A função de *Compliance* do Banco é responsável por: (i) garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e os padrões internos de conduta; (ii) promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequado à complexidade dos serviços oferecidos e à dimensão da instituição; (iii) monitorizar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da actividade bancária; e (iv) proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financia-

mento do terrorismo, o *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). Compete a esta função, a centralização do reporte e interacção com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proactiva dos mesmos, um controlo e uma validação prévia dos riscos desses serviços, e a identificação e prevenção activa de conflitos de interesses.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e diferentes normativos aplicáveis à actividade bancária, bem como de cumprimento do conjunto de procedimentos e políticas relativas às obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com Clientes. No seu conjunto, estes sistemas e procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal, limitações à sua actividade e expansão e perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma percepção negativa da imagem pública do Banco.

Lisboa, 9 de Março de 2015

O Conselho de Administração,

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues
Presidente e *Chief Executive Officer*

Nicholas Leo Racich
Vice-Presidente e *Chief Operating Officer*

Mário João Abreu Galhardo Bolota
Vogal

Paulo José Caramelo de Figueiredo
Vogal

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho
Vogal



Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, SA (“Banco”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.444.517 milhares euros e um total de capital próprio de 261.369 milhares de euros, o qual inclui um resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco de 82.529 milhares de euros), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação do Relatório Consolidado do Conselho de Administração e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório Consolidado do Conselho de Administração com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião


7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco de Investimento Global, SA, em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório Consolidado do Conselho de Administração é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

27 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Handwritten signature and initials

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração (consolidado) e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Banco de Investimento Global, S.A. ("Banco") relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro 2014.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco e das suas filiais mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração de fluxos de caixa consolidados e as correspondentes Notas explicativas, contemplados com o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada do Banco, dos seus resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório do Conselho de Administração (consolidado) é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração (consolidado);

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Grupo com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 30 de março 2015

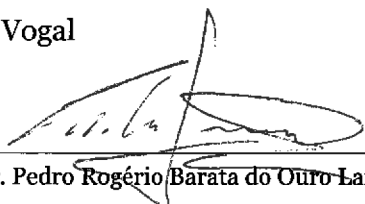
O Conselho Fiscal

O Presidente



Eng. José Galamba de Oliveira

O Vogal



Dr. Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira

O Vogal



Dr. Diogo Pereira Duarte



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	4	43.413.633	43.994.244
Juros e encargos similares	4	(18.275.136)	(18.246.775)
Margem financeira		25.138.497	25.747.469
Rendimentos de instrumentos de capital	5	660.850	1.811.909
Rendimentos de serviços e comissões	6	18.328.776	8.119.293
Encargos com serviços e comissões	6	(6.886.202)	(1.586.170)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(77.640.615)	7.018.003
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	183.743.886	79.260.704
Resultados de reavaliação cambial	9	11.256.872	(89.618)
Resultados de alienação de outros activos	10	14.786.033	5.040.701
Outros resultados de exploração	11	(13.260)	(300.079)
Proveitos operacionais		169.374.837	125.022.212
Custos com pessoal	12	(24.124.063)	(22.356.754)
Gastos gerais administrativos	14	(9.276.997)	(7.689.711)
Depreciações e amortizações	24 e 25	(1.028.013)	(1.134.697)
Provisões líquidas de anulações	31	(10.255.955)	(1.871.061)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	(35.423)	33.745
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	-	(125.288)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22 e 27	(174.042)	(103.403)
Custos operacionais		(44.894.493)	(33.247.169)
Resultado operacional		124.480.344	91.775.043
Resultados de associadas		175.774	163.306
Resultado antes de impostos		124.656.118	91.938.349
Impostos			
Correntes	32	(41.849.894)	(33.218.522)
Diferidos	32	(277.027)	(92.067)
Resultado líquido do exercício		82.529.197	58.627.760
Resultados por acção básicos	15	0,79	0,56
Resultados por acção diluídos	15	0,79	0,56

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	2014	2013
Resultado líquido do exercício		82.529.197	58.627.760
Outro rendimento integral do exercício			
Items que não serão reclassificados para resultados			
Desvio actuarial do fundo de pensões	13	(2.339.789)	(2.530.541)
Fundo de pensões			
Impostos diferidos		-	398.903
		(2.339.789)	(2.131.638)
Items que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos e perdas do exercício		(6.963.534)	(3.594.979)
Impostos diferidos	32	1.631.290	1.135.401
Impostos correntes	32	227.708	1.064.452
		(5.104.536)	(1.395.126)
Total do rendimento integral do exercício		75.084.872	55.100.996

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	2014	2013
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	45.628.589	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	59.616.513	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação	18	27.839.715	21.899.906
Activos financeiros disponíveis para venda	19	1.090.978.403	874.881.170
Aplicações em instituições de crédito	20	557.883	35.528.414
Crédito a clientes	21	136.162.160	196.918.521
Activos não correntes detidos para venda	22	20.000	204.249
Activos tangíveis	24	15.355.337	16.409.219
Activos intangíveis	25	638.556	133.270
Investimentos em associadas		-	5.398.628
Activos por impostos correntes	26	-	243.508
Activos por impostos diferidos	32	4.302.321	2.067.906
Outros activos	27	63.417.166	16.161.156
Total de Activo		1.444.516.643	1.214.430.252
Passivo			
Recursos de bancos centrais	28	180.172.993	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação	18	5.614.424	1.357.470
Recursos de outras instituições de crédito	29	108.264.379	143.477.797
Recursos de clientes	30	804.736.461	683.717.291
Derivados de cobertura	23	22.842.895	7.353.336
Provisões	31	14.932.010	4.701.055
Passivos por impostos correntes	26	14.225.919	16.404.477
Outros passivos	33	32.358.311	19.911.504
Total de Passivo		1.183.147.392	1.007.237.652
Capital			
Capital	34	104.000.000	104.000.000
Prémios de emissão	34	1.362.281	1.362.281
Acções próprias	34	(152.977)	(1.084.393)
Reserva de justo valor	34	(7.284.436)	(2.179.900)
Outras reservas e resultados transitados	34	96.514.926	58.946.644
Resultado líquido do exercício		82.529.197	58.627.760
Dividendos antecipados	34	(15.599.740)	(12.479.792)
Total de Capital		261.369.251	207.192.600
Total de Passivo e Capital		1.444.516.643	1.214.430.252

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total de capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (reexpresso)	104.000.000	1.362.281	(1.171.567)	(1.183.677)	7.389.891	37.169.153	32.517.881	(9.359.844)	170.724.118
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(3.594.979)	-	-	-	-	(3.594.979)
Desvios actuariais do fundo de pensões	-	-	-	-	-	(2.530.541)	-	-	(2.530.541)
Impostos diferidos	-	-	-	1.534.304	-	-	-	-	1.534.304
Impostos correntes	-	-	-	1.064.452	-	-	-	-	1.064.452
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	58.627.760	-	58.627.760
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(996.223)	-	(2.530.541)	58.627.760	-	55.100.996
Distribuição do resultado do exercício de 2012									
Transferência para reservas	-	-	-	-	3.213.503	13.704.638	(16.918.141)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.599.740)	9.359.844	(6.239.896)
Varição dos empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	87.174	-	-	-	-	-	87.174
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(12.479.792)	(12.479.792)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	104.000.000	1.362.281	(1.084.393)	(2.179.900)	10.603.394	48.343.250	58.627.760	(12.479.792)	207.192.600
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(6.963.534)	-	-	-	-	(6.963.534)
Desvios actuariais do fundo de pensões	-	-	-	-	-	(2.339.789)	-	-	(2.339.789)
Impostos diferidos	-	-	-	1.631.290	-	-	-	-	1.631.290
Impostos correntes	-	-	-	227.708	-	-	-	-	227.708
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.529.197	-	82.529.197
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(5.104.536)	-	(2.339.789)	82.529.197	-	75.084.872
Distribuição do resultado do exercício de 2013									
Transferência para reservas	-	-	-	-	5.845.926	34.062.145	(39.908.071)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.719.689)	12.479.792	(6.239.897)
Varição dos empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	931.416	-	-	-	-	-	931.416
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(15.599.740)	(15.599.740)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	104.000.000	1.362.281	(152.977)	(7.284.436)	16.449.320	80.065.606	82.529.197	(15.599.740)	261.369.251

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Nota	2014	2013
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		47.416.551	43.994.244
Juros e custos pagos		(18.133.458)	(18.246.775)
Serviços e comissões		15.836.406	6.533.123
Contribuições para o fundo de pensões		(4.316.254)	(3.795.126)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(25.299.905)	(26.030.978)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(251.868)	(19.167)
		15.251.472	2.435.321
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		(31.178.927)	(286.450)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		154.784	8.251.457
Aplicações em instituições de crédito		34.972.383	1.396.046
Recursos de bancos centrais		50.000.000	(129.933.056)
Recursos de instituições de crédito		(34.996.598)	136.997.203
Crédito a clientes		60.658.554	(4.285.898)
Recursos de clientes		125.971.115	139.887.128
Derivados para gestão de risco		(40.142.405)	(3.180.998)
Outros activos e passivos operacionais		(44.610.645)	9.436.652
		136.079.733	160.717.405
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(44.822.874)	(33.724.664)
		91.256.859	126.992.741
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		660.850	1.811.909
Activos financeiros disponíveis para venda		(43.208.708)	(98.245.199)
Compra de imobilizações		(576.575)	(949.093)
		(43.124.433)	(97.382.383)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		931.416	87.175
Dividendos de acções ordinárias pagos		(21.839.636)	(18.719.688)
		(20.908.220)	(18.632.513)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento			
Variação líquida em caixa e seus equivalentes			
Caixa e equivalentes no início do período		31.821.106	21.276.365
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		2.257.664	(433.104)
		61.302.976	31.821.106
Caixa e equivalentes no fim do período			
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		27.224.206	10.977.845
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	1.686.463	1.796.870
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	59.616.513	30.024.236
Total		61.302.976	31.821.106



**NOTAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, S.G.P.S., S.A. (ONETIER). Em Novembro de 2014 o Banco recomprou uma participação de 65,24% na ONETIER aos restantes accionistas, passando a deter 100% do capital social desta sociedade. Esta aquisição foi efectuada a um preço por acção de 0,94 euros, a que correspondeu um preço total de 9.811.590 euros. Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adoptadas na União Europeia.

As *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com as *IFRS*, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2014. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2014 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação, activos financeiros disponíveis para venda e obrigações cujo risco de taxa de juro se encontra a ser coberto por derivados na componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *IFRS* requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 9 de Março de 2015.

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, resultados, e outros rendimentos integrais do BiG e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BiG) e os resultados e outros rendimentos integrais atribuíveis ao Grupo, referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afectar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as actividades relevantes da entidade.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto, embora nunca mais de 50%, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado, as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**Classificação**

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os: (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

A cobertura poderá ser de dois tipos variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

Cobertura de justo valor consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um activo e passivo reconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício.

Cobertura de fluxos de caixa, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível i) a um risco particular de activo ou passivo reconhecido; ii) ou a uma transacção prevista altamente provável e que possa afectar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será mensurado no capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura**Crítérios de classificação**

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- ▲ À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ▲ Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- ▲ A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado em resultados pelo período de vida útil remanescente do item coberto.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão estritamente relacionados com o resto do contrato e com as características do instrumento financeiro subjacente. Os derivados embutidos são reavaliados ao justo valor através de resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando: (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido das perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando exista evidência objectiva que indique que um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera, entre outros, os seguintes factores:

- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- ▲ a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- ▲ a existência de credores privilegiados;
- ▲ o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- ▲ o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

Quando para determinado crédito, não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva. Dentro desta análise colectiva, quando algum crédito se distingue, nomeadamente via montante ou tipo de colateral, é feita uma análise individual mais detalhada, não necessariamente para aferir a existência de imparidade de crédito mas para avaliar a qualidade do colateral.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidos em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

▲ *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros detidos para negociação.

▲ *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros detidos para negociação, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente; todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações de justo valor reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento tenha um impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as reversões de imparidade subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados; (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros detidos para negociação, os quais são registados ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Quando existe a substituição de um passivo financeiro por outro com a mesma contraparte, em termos diferentes ou substancialmente alterados dos que inicialmente tenham sido estabelecidos esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e um novo passivo é reconhecido.

O passivo financeiro será desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Na eventualidade de existirem diferenças entre estes valores é reconhecida em resultados do exercício.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal exercível de compensar os montantes reconhecidos e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal exercível não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser exercível no decurso normal da actividade do Grupo assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do Grupo ou contraparte.

2.9. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

2.10. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Sempre que exista indicação de que um activo possa estar em imparidade, o *IAS 36* exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem, para o efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas por imparidade ao activo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

2.11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear pelo período de vida útil estimado de três anos.

2.12. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no *IAS 17 - Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, sendo capitalizadas ao menor entre o justo valor dos bens locados e os pagamentos mínimos contratualizados pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados ao menor entre a vida útil dos bens, e o período de locação.

Na óptica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer residual não garantido a favor do Grupo. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

O Banco tem vindo a assegurar os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas assembleias gerais de 8 de Abril de 2005 e de 5 de Abril de 2006.

Desde aquela data que cada titular do órgão de administração da sociedade ou trabalhador do Banco podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma.

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem uma diferente natureza (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de Maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Banco a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passará a abranger todos os titulares do órgão de administração da sociedade e trabalhadores do Banco.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter uma conta de reserva para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face aos benefícios definidos estabelecidos para os participantes do anterior plano de benefício definido.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Plano de Benefício Definido

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente e o juro líquido.

O Banco efectua contribuições para o fundo de pensões por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com base em acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BIG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o *IFRS 2*, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviço (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o *IAS 19* – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixam de se observar.

2.15. Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e as bases fiscais para o efeito, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovada e utilizando a taxa de imposto em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com as regras fiscais em vigor ou substancialmente aprovadas, e utilizando as taxas de imposto à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- ▲ quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

- ▲ quando obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitem;
- ▲ quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros detidos para negociação são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. No caso da taxa de juro fixa a taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, no caso da taxa de juro fixa.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento. Os rendimentos são reconhecidos na medida em que é provável que o seu benefício económico flui para o Grupo.

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções próprias ordinárias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, com risco imaterial de flutuação de justo valor, onde se incluem a caixa as disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 41.2 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.22. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do *IFRS8*, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 3

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Consideraram-se os seguintes *triggers* para determinação de imparidade:

- ▲ Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- ▲ Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, pode resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de 4 anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Plano de pensões de contribuição definida

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Banco assumido o compromisso de manter uma conta de reserva para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face aos benefícios definidos estabelecidos para os participantes do anterior plano de benefício definido. A determinação dessa diferença face ao plano de benefício definido, requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do Banco.

NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2014			2013		
	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e rendimentos similares						
Juros de aplicações	46.508	-	46.508	62.278	-	62.278
Juros de títulos disponíveis para venda	38.390.405	-	38.390.405	35.819.964	-	35.819.964
Juros de disponibilidades	12.577	-	12.577	35.649	-	35.649
Juros de crédito a clientes	3.898.829	-	3.898.829	5.631.442	-	5.631.442
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	409.181	409.181	-	1.255.862	1.255.862
Outros juros e rendimentos similares	656.133	-	656.133	1.189.049	-	1.189.049
	43.004.452	409.181	43.413.633	42.738.382	1.255.862	43.994.244
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de clientes	12.968.002	-	12.968.002	12.982.024	-	12.982.024
Juros de recursos de instituições de crédito	598.066	-	598.066	754.285	-	754.285
Juros de recursos de bancos centrais	277.139	-	277.139	799.639	-	799.639
Outros juros e encargos similares	4.431.929	-	4.431.929	3.710.827	-	3.710.827
	18.275.136	-	18.275.136	18.246.775	-	18.246.775
Margem financeira	24.729.316	409.181	25.138.497	24.491.607	1.255.862	25.747.469

NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica, no montante de 660.850 euros (31 de Dezembro de 2013: 1.811.909 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	12.499.392	3.492.538
Por serviços prestados	3.815.619	2.180.913
Outros rendimentos de serviços e comissões	313.255	1.500.505
Por comissões de retrocesso	1.137.195	802.320
Por serviços de assessoria financeira	555.117	139.942
Por compromissos perante terceiros	4.475	3.075
Por garantias prestadas	3.723	-
	18.328.776	8.119.293
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	1.056.108	808.244
Outros encargos com serviços e comissões	4.830.662	435.392
Por serviços bancários de terceiros	401.327	340.829
Por garantias recebidas	1.285	1.705
Por operações sobre instrumentos financeiros	596.820	-
	6.886.202	1.586.170
Resultado líquido de serviços e comissões	11.442.574	6.533.123

A variação da rubrica Encargos com serviços e comissões – Por operações sobre instrumentos financeiros respeita a comissões pagas por operações de futuros e opções de mercado, junto dos nossos *brokers*.

NOTA 7 RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1.951.132	191.182	1.759.950	2.979.723	2.905.685	74.038
De outros emissores	1.363.032	300.346	1.062.686	1.074.650	1.840.789	(766.139)
Acções	5.655.403	7.827.893	(2.172.490)	4.672.398	3.271.667	1.400.731
Outros títulos de rendimento variável	9.041	26.927	(17.886)	142.077	625.704	(483.627)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	3.858.281	14.166.329	(10.308.048)	2.368.369	1.943.105	425.264
Contratos sobre taxas de juro	14.836.472	80.760.772	(65.924.300)	28.276.163	19.450.160	8.826.003
Contratos sobre acções/índices	17.975.193	17.580.313	394.880	10.777.067	12.120.217	(1.343.150)
Outros	62.411.763	9.215.205	53.196.558	4.640.346	2.915.266	1.725.080
Derivados de cobertura	19.145.721	74.777.686	(55.631.965)	5.766.932	8.607.129	(2.840.197)
	127.206.038	204.846.653	(77.640.615)	60.697.725	53.679.722	7.018.003

A variação desta rubrica está relacionada com a cobertura dos portfolios de obrigações disponíveis para venda e de *trading*, cobertura esta para risco de taxa de juro e risco cambial.

NOTA 8 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	158.273.014	1.412.298	156.860.716	55.362.225	1.861.915	53.500.310
De outros emissores	23.728.089	571.685	23.156.404	25.422.031	321.339	25.100.692
Acções	3.756.976	30.210	3.726.766	1.320.830	661.128	659.702
	185.758.079	2.014.193	183.743.886	82.105.086	2.844.382	79.260.704

Os ganhos desta rubrica são resultantes da alienação, ao longo do ano, de obrigações de vários emissores.

NOTA 9 RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica é composta por ganhos, no montante de 11.256.872 euros dos quais 19.030.163 euros relativos a ganhos com reavaliação cambial à vista e 7.859.686 euros relativos a perdas provenientes de reavaliação cambial a prazo (em 31 de Dezembro de 2013 era composta por perdas, no montante de 89.618 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 10 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
Operações financeiras		
Outras perdas	(10.891)	(77.607)
Outros ganhos	14.796.924	5.118.308
	14.786.033	5.040.701

Os ganhos registados nesta rubrica são referentes, essencialmente, à alienação de *ABS (residential mortgage backed securities)* de emitentes Portugueses e Espanhóis, que estavam classificados como Crédito a clientes de acordo com a IAS 39.

NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	83.372	80.529
Reembolsos de despesas	1.312	4.603
Outros	1.182.926	832.672
	1.267.610	917.804
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	786.710	880.501
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	137.343	118.937
Quotizações e donativos	266.427	80.986
Outros	90.390	137.459
	1.280.870	1.217.883
Outros resultados de exploração	(13.260)	(300.079)

NOTA 12 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
Remunerações	13.396.327	19.452.302
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos (nota 13)	1.229.002	1.001.465
de Contribuições definidas	757.710	252.874
Encargos sociais obrigatórios	2.381.583	1.362.226
Outros custos com o pessoal	6.359.441	287.887
	24.124.063	22.356.754

Em 31 de Dezembro de 2014, estavam registados custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração, no valor de 14.465.601 euros (31 de Dezembro de 2013: 12.164.632 euros).

A rubrica Outros custos com o pessoal é composta por seguros saúde, seguros vida, entre outros, a variação observada respeita essencialmente ao seguro vida de capitalização *Unit Link*, atribuído aos colaboradores, com o objectivo de fomentar a poupança de longo prazo.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da instituição com funções directivas podem ser analisado como segue:

	2014	2013
Benefícios a curto prazo de empregados	3.130.282	2.049.542
Benefícios pós-emprego	208.767	51.696
Outros benefícios a longo prazo	15.732	10.783
	3.354.781	2.112.021

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 analisa-se como segue:

	2014	2013
Funções específicas	112	110
Funções de chefia	38	34
Funções directivas	29	25
Funções administrativas	7	5
Funções auxiliares	3	2
	189	176

NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Grupo tem vindo a assegurar os benefícios de reforma dos seus colaboradores através de dois planos de pensões, um plano de contribuição definida e um plano de benefício definido, este último implementado na sequência das deliberações tomadas nas assembleias gerais de 8 de Abril de 2005 e de 5 de Abril de 2006.

Desde aquela data, que cada titular do órgão de administração da sociedade ou trabalhador do Grupo podia optar, de entre os dois planos existentes, por aquele de que pretendia beneficiar para efeitos de reforma.

O Conselho de Administração do Banco procedeu a uma análise do impacto da existência de dois planos, que apesar de terem uma diferente natureza (benefício definido vs contribuição definida) foram estabelecidos, de forma igualitária, para a generalidade dos colaboradores. Neste contexto, verificou que desde a data de criação do Plano de Benefício Definido em 2006, e após as adesões iniciais ao mesmo, não se registaram quaisquer outras adesões a este plano, tendo igualmente verificado a existência de uma tendência no mercado para a conversão dos planos de benefício definido em contribuição definida, nomeadamente atendendo à maior previsibilidade, limitação e menor volatilidade das responsabilidades inerentes.

Neste contexto, foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de Maio de 2014 a extinção do plano de benefício definido, passando o Grupo a dispor de apenas de um plano de contribuição definida que passará a abranger todos os titulares do órgão de administração da sociedade e trabalhadores do Grupo.

Os participantes do plano de pensões de benefício definido foram integrados no plano de pensões de contribuição definida, tendo o Grupo assumido o compromisso de manter uma conta de reserva para quaisquer diferenças que se possam evidenciar face aos benefícios definidos estabelecidos para os participantes do anterior plano de benefício definido.

No âmbito do plano de pensões de benefício definido, não existiam pensões em pagamento ou direitos adquiridos que pudessem obstar à sua extinção. Estas alterações foram devidamente autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Pensões de reforma

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos	Verificado	
	2013	2014	2013
Pressupostos demográficos			
Tábua de mortalidade	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros			
Taxa de rendimento do Fundo	4,0%	12,2%	6,4%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	2,5%
Taxa de desconto	4,0%	-	-

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.13, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda na qual os benefícios serão pagos.

Os participantes no Plano de Benefícios Definidos eram 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, até 2012, encontrava-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimado destes colaboradores.

Em 2013, em virtude da alteração ao IAS 19, o Grupo procedeu ao reconhecimento dos serviços passados ainda não amortizados nos resultados transitados de forma retrospectiva.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	2014	2013
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(18.415.028)	(13.993.454)
Custo do serviço corrente	(1.229.412)	(1.001.395)
Custo dos juros	(736.601)	(559.738)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(737.011)	(2.860.441)
Liquidação do plano de benefício definido	21.118.052	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-	(18.415.028)

A evolução do valor do Fundo de pensões nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser analisada como se segue:

	2014	2013
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	18.425.274	13.993.454
Rendimento real do Fundo	2.251.023	889.568
Contribuições do Banco	3.558.544	3.542.252
Liquidação do plano de benefício definido	(24.234.841)	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	-	18.425.274

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2014	2013
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	(5.451.350)	(2.920.809)
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Do Fundo	1.514.012	329.900
Responsabilidades	(3.413.891)	(2.860.441)
Diferencial entre a valorização do Fundo e as suas responsabilidades totais	(439.910)	-
	(2.339.789)	(2.530.541)
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	(7.791.139)	(5.451.350)

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2014	2013
Custo do serviço corrente	(1.229.412)	(1.001.395)
Custo dos juros	(736.601)	(559.738)
Rendimento esperado do fundo	737.011	559.668
Custo do exercício (nota 12)	(1.229.002)	(1.001.465)

Em 31 de Dezembro de 2014, o Grupo reconheceu como custo o montante de 757.710 euros (31 de Dezembro de 2013: 252.874 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida (nota 12).

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	2014	2013
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	10.246	-
Custo do exercício	(1.229.001)	(1.001.465)
Ganhos / (Perdas) actuariais em reservas	(2.339.789)	(2.530.541)
Contribuições efectuadas no ano	3.558.544	3.542.252
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	-	10.246

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Caducidade do plano (1)	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/14	Número de opções em 31/12/13
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	2.266.621	2.266.621
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	77.400	77.400
2007	Mar-2020	66.800	1,34	10.020	10.020
2007	Mar-2020	15.600	1,35	1.632	1.632
2010	Mar-2023	65.000	1,28	43.550	43.550
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	6.350.000	7.150.000
2013	Jul-2026	1.473.250	1,40	1.473.250	1.473.250
2013	Jan-2027	5.000.000	1,40	4.500.000	5.000.000
2013	Abr-2027	200.000	1,40	200.000	200.000

(1) A data de caducidade refere-se ao vencimento do último exercício para cada Plano.

As opções caducam, individualmente, após o decurso de dez anos a partir das respectivas datas de vencimento.

Os regulamentos relativamente ao plano de remunerações com acções, mantiveram-se substancialmente iguais, desde 2005, excepto no que se refere às datas de vencimento e ao financiamento. Por norma os vencimentos são distribuídos por 3 anos, excepto no caso dos Órgãos Sociais que só se vencem após 3 anos da sua atribuição. A caducidade tem-se mantido desde o início, sendo de 10 anos após o primeiro vencimento. Tendo em conta que o Banco não é cotado, o exercício das opções faz-se quando há acções próprias suficientes, caso não existam tem que ser ponderado o aumento de capital.

As técnicas utilizadas de valorização das opções à data da atribuição são as apresentadas abaixo:

Valorização por múltiplos de mercado:

Esta avaliação por múltiplos de mercado baseia-se na aplicação aos indicadores financeiros do Banco de múltiplos (de resultados, de *cash flow* e de capitais próprios) a que um conjunto de instituições financeiras são transaccionadas em mercado;

Valorização pelo método do "adjusted book value"

A metodologia de valorização pelo "adjusted book value" tem por base o Modelo de *Gordon* e consiste no cálculo do valor de uma empresa utilizando o capital próprio a valores contabilísticos e corrigindo-o por um factor correspondente ao "equity spread". Este método é normalmente utilizado por analistas de mercado na análise e valorização de instituições financeiras.

NOTA 14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
Fornecimentos	1.338.722	1.363.805
Rendas e alugueres	621.379	638.949
Comunicações	534.186	500.709
Deslocações, estadas e representação	397.060	405.644
Publicidade e edição de publicações	1.923.228	1.251.161
Serviços especializados		
Avenças e honorários	138.691	123.148
Informática	2.563.533	1.689.330
Segurança e vigilância	157.681	150.142
Informações	389.430	311.921
Bancos de dados	18.781	20.386
Mão de obra eventual	28.884	15.948
Outros serviços especializados	929.187	956.522
Outros	236.235	262.046
	9.276.997	7.689.711

Os honorários do exercício de 2014 e 2013 relativos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2014	2013
Serviços de Auditoria e Revisão legal de contas	67.000	66.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função do Revisor Oficial de Contas	32.000	51.000
	99.000	117.000

NOTA 15 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	2014	2013
Resultado líquido atribuível aos accionistas do banco	82.529.197	58.627.760
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	104.000.000	104.000.000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	(1.732)	(1.732)
Número médio de acções ordinárias em circulação	103.998.268	103.998.268
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	0,79	0,56

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

A Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado conforme referido na nota 34.

NOTA 16

CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa	1.686.463	1.796.870
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	43.942.126	12.763.199
	45.628.589	14.560.069

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de bancos centrais. De acordo com o regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de bancos centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2014 inclui uma reserva média obrigatória de 7.489.000 euros que corresponde ao período de manutenção de 10 de Dezembro de 2014 a 13 de Janeiro de 2015.

NOTA 17

DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	2.568.935	4.281.914
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	57.047.578	25.742.322
	59.616.513	30.024.236

As instituições depositantes onde o Grupo possui disponibilidades têm um elevado *rating*, sendo que no final do exercício 92,5% destas encontram-se em instituições cujo *rating* é *investment grade*. As restantes disponibilidades encontram-se em instituições que não são classificadas (3,7%) ou em instituições cujo *rating* é inferior a *investment grade* (3,8%).

NOTA 18 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.677.565	968.315
De outros emissores	10.423.657	5.252.744
Acções	12.081.936	15.466.476
Outros	174.529	-
	24.357.687	21.687.535
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	3.482.028	212.371
	27.839.715	21.899.906
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	5.614.424	1.357.470
	5.614.424	1.357.470

Conforme política contabilística descrita na nota 2.5. os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação - Títulos, é constituída na íntegra por títulos cotados.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	2014			2013		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	13.709.115	82.745	82.192	13.957.791	24.974	24.824
<i>Currency Futures</i> (a)	-	-	-	(3.681.617)	-	-
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Options</i>	47.004.488	3.388.378	540.697	44.575.554	169.925	1.318.231
<i>Equity / Index Futures</i> (a)	-	-	-	(16.454.310)	-	-
Operações a prazo	65.892.431	-	4.980.976	-	-	-
Contratos sobre Outros						
<i>Commodity Options</i>	5.248.611	10.905	10.559	9.125.343	17.472	14.415
	131.854.645	3.482.028	5.614.424	47.522.761	212.371	1.357.470

(a) Derivados negociados em mercados organizados cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem junto do intermediário financeiro

O valor registado em balanço, na rubrica Instrumentos financeiros derivados, em linha com a nota 2.3. é o justo valor dos derivados, sendo que o nocional encontra-se registado em extrapatrimonial.

O total de nocional de derivados embutidos associados a produtos financeiros complexos encontra-se registado nas classes de *Currency Options*, *Equity/Index Options* e *Commodity Options* e ascende a 52.287.208 euros. O justo valor activo destes nocionais é de 1.874.436 euros, representando 53,8% do total, e o justo valor passivo é de 632.872 euros, representando 11,3% do total.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a distribuição dos Activos financeiros detidos para negociação - Títulos por prazos de maturidade residual, é como se segue:

	2014	2013
Títulos		
Até 3 meses	51.845	64.660
De 3 meses a 1 ano	333.746	891.773
De 1 a 5 anos	5.804.470	2.018.520
Mais de 5 anos	5.911.161	3.246.106
Duração indeterminada	12.256.465	15.466.476
	24.357.687	21.687.535

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a distribuição dos Activos e Passivos financeiros detidos para negociação - Instrumentos financeiros derivados, por prazos de maturidade residual, é apresentado como se segue:

	2014		2013	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	78.589.183	(4.880.292)	(16.253.055)	4.338
De 3 meses a 1 ano	36.045.692	453.815	38.435.005	(698.027)
De 1 a 5 anos	17.219.770	2.294.081	25.340.811	(451.410)
	131.854.645	(2.132.396)	47.522.761	(1.145.099)

NOTA 19 ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	576.108.120	2.449.626	(6.614.163)	-	571.943.583
De outros emissores	290.072.468	3.216.325	(5.196.974)	-	288.091.819
Acções	19.868.502	1.681.529	-	(6.704.263)	14.845.768
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	886.049.090	7.347.480	(11.811.137)	(6.704.263)	874.881.170
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	736.754.383	518.188	(7.869.559)	-	729.403.012
De outros emissores	348.367.075	1.196.154	(6.366.565)	-	343.196.664
Acções	20.212.932	1.586.299	(410.190)	(3.010.314)	18.378.727
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	1.105.334.390	3.300.641	(14.646.314)	(3.010.314)	1.090.978.403

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A reserva de justo valor apresentada inclui um montante de (2 418 912) euros, relativa aos títulos transferidos em 2011 para a carteira de Crédito a clientes (nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2014, cerca de 78,6% da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda composta por obrigações e outros títulos de rendimento fixo encontrava-se coberta com instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ascendeu a 3,81% (31 de Dezembro de 2013: 4,41%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 35.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

2014			2013			
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	729.403.012	-	729.403.012	571.943.583	-	571.943.583
De outros emissores	343.196.664	-	343.196.664	288.091.819	-	288.091.819
Acções	18.347.919	30.808	18.378.727	14.845.438	330	14.845.768
	1.090.947.595	30.808	1.090.978.403	874.880.840	330	874.881.170

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a distribuição dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de maturidade residual é como se segue:

	2014	2013
Até 3 meses	1.325.490	-
De 1 a 5 anos	73.046.952	142.572.751
Mais de 5 anos	998.227.234	717.462.651
Duração indeterminada	18.378.727	14.845.768
	1.090.978.403	874.881.170

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2014	2013
Saldo inicial	6.704.263	6.578.975
Dotações	-	125.288
Utilizações	(3.693.949)	-
Saldo final	3.010.314	6.704.263

NOTA 20 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	500.000	35.500.000
Empréstimos	57.883	28.414
	557.883	35.528.414

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ascendeu a 0,71% (31 de Dezembro de 2013: 0,28%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Até 3 meses	500.000	35.500.661
De 1 a 5 anos	57.883	27.753
	557.883	35.528.414

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 não existe imparidade alocada a aplicações em instituições financeiras.

NOTA 21 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	1.571.907	2.281.917
Créditos em conta corrente	1.187.471	1.147.751
Descobertos	567	649
Locação financeira	210.304	227.337
Outro crédito especializado	34.802	53.576
A particulares		
Créditos em conta corrente	11.284.087	13.528.211
Habitação	5.157.810	5.290.139
Locação financeira	882.850	709.079
Descobertos	30.613	26.342
Outro crédito especializado	998.200	911.804
	21.358.611	24.176.805
Crédito ao exterior		
A empresas		
Créditos em conta corrente	7.450	4.501
Descobertos	33	52
A particulares		
Créditos em conta corrente	978.491	259.053
Habitação	207.396	-
Descobertos	828	553
	1.194.198	264.159
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Emitida por residentes	7.924.896	10.159.757
Emitida por não residentes	105.678.909	162.343.597
	113.603.805	172.503.354
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	197.479	162.005
	197.479	162.005
	136.354.093	197.106.323
Imparidade de crédito a clientes	(191.933)	(187.802)
Crédito a clientes	136.162.160	196.918.521

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da “conta margem”, o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 307.292 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2013: 373.003 euros). O crédito concedido ao pessoal chave da instituição com funções directivas, foi de 1.483.877 euros (31 de Dezembro de 2013: 1.333.920 euros).

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ascendeu a 2,68% (31 de Dezembro de 2013: 2,97%).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Até 3 meses	15.007.146	16.837.545
De 3 meses a 1 ano	47.524	14.035.491
De 1 a 5 anos	1.331.259	1.023.562
Mais de 5 anos	119.770.685	165.047.720
Duração indeterminada	197.479	162.005
	136.354.093	197.106.323

Os movimentos ocorridos na imparidade de crédito a clientes são apresentados como se segue:

	2014	2013
Saldo inicial	187.802	363.838
Dotações	35.423	32.365
Reversões	-	(66.110)
Utilizações	(31.292)	(142.291)
Saldo final	191.933	187.802

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2014	2013
Taxa variável	136.107.799	196.732.647
Taxa fixa	246.294	373.676
	136.354.093	197.106.323

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	6.716	21.627
De 3 meses a 1 ano	33.361	133.428
De 1 a 5 anos	986.307	727.076
Mais de 5 anos	174.743	132.709
	1.201.127	1.014.840
Juros vincendos		
Até 3 meses	24	94
De 3 meses a 1 ano	522	2.688
De 1 a 5 anos	84.539	56.587
Mais de 5 anos	22.888	19.055
	107.973	78.424
Capital vincendo		
Até 3 meses	6.692	21.533
De 3 meses a 1 ano	32.839	130.740
De 1 a 5 anos	901.768	670.489
Mais de 5 anos	151.855	113.654
	1.093.154	936.416

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2014							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	265.179	127.299	116.477.060	4.943	116.742.239	132.242	116.609.997
Particulares	143.158	30.025	19.468.696	29.666	19.611.854	59.691	19.552.163
Total	408.337	157.324	135.945.756	34.609	136.354.093	191.933	136.162.160

2013							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	818.184	127.027	175.527.323	4.066	176.345.507	131.093	176.214.414
Particulares	279.907	30.289	20.480.909	26.420	20.760.816	56.709	20.704.107
Total	1.098.091	157.316	196.008.232	30.486	197.106.323	187.802	196.918.521

No seguimento do encerramento do mercado primário periférico de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)* em 2008/2009, esta classe de activos deixou de transaccionar em condições de normalidade no mercado secundário durante o ano 2011. Este fenómeno ficou explicitamente patente após o segundo trimestre do ano, quando deixaram de existir preços pronta e regularmente disponíveis. Neste sentido, e em consonância com o parágrafo AG71 da norma IAS 39, as emissões de *RMBS* deixaram objectivamente de se qualificar como cotadas num mercado activo. Adicionalmente, em linha com os parágrafos 50 E) e F) da norma IAS 39, o Grupo tendo capacidade e intenção de deter estes activos no futuro previsível ou até à maturidade, procedeu à sua reclassificação, transferindo-os da categoria de Activos disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes com data de 1 de Julho de 2011, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Na data da transferência				Dezembro 2013		Dezembro 2014	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor dos cash flows futuros ^{a)}	Taxa efectiva ^{b)}	Valor de mercado ^{c) e)}	Reserva justo valor ^{d) e)}	Valor de mercado ^{c) e)}	Reserva justo valor ^{d) e)}
De Activos financeiros disponíveis para venda	141.499.455	132.512.478	(9.316.514)	201.040.279	5,28%	66.622.243	3.731.459	41.310.813	570.506

^{a)} Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

^{b)} A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

^{c)} Este montante representa o valor de mercado caso os títulos se tivessem mantido na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda. Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota acima, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

^{d)} Esta reserva representa a variação da reserva de justo valor caso os títulos se mantivessem na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

^{e)} Respeita a títulos transferidos de Activos disponíveis para venda para Crédito a clientes, em carteira nesta data.

NOTA 22 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Activos não correntes detidos para venda apresenta um saldo de 45.500 euros (31 de Dezembro de 2013: 328.563 euros) referente a um imóvel disponível para venda imediata, consequência de um processo judicial. Para este activo o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 25.500 euros.

NOTA 23 DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

2014							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Variação de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço
<i>Interest Rate Swap</i>	Instrumentos de dívida	338.000.000	(22.842.895)	(21.115.650)	21.157.851	(16.612.397)	412.088.390
<i>Futuros</i>	Instrumentos de dívida	230.100.000	-	(6.779.268)	18.475.394	(13.150.555)	446.950.711
		568.100.000	(22.842.895)	(27.894.918)	39.633.245	(29.762.952)	859.039.101

(1) Inclui juro corrido

2013							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Variação de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço
<i>Interest Rate Swap</i>	Instrumentos de dívida	290.900.000	(7.353.336)	(2.357.041)	5.552.955	2.406.906	170.306.614
<i>Futuros</i>	Instrumentos de dívida	665.000.000	-	3.025.713	842.617	3.014.393	308.231.255
		955.900.000	(7.353.336)	668.671	6.395.572	5.421.299	478.537.870

(1) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos acima descritos e os respectivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (nota 7).

NOTA 24 ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.847.846	2.835.445
De serviço próprio	15.368.292	15.369.075
	18.216.138	18.204.520
Equipamento		
Equipamento informático	5.087.995	5.064.548
Mobiliário e material	971.167	941.538
Instalações e interiores	2.072.753	1.018.240
Equipamento de segurança	158.385	1.212.898
Máquinas e ferramentas	113.955	112.700
Outros equipamento	210.897	210.897
Material de transporte	3.514	3.514
	8.618.666	8.564.335
	26.834.804	26.768.855
Imparidade	(301.115)	(128.000)
Depreciação acumulada	(11.178.352)	(10.231.636)
	15.355.337	16.409.219

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	17.966.711	7.979.941	26.127.618
Adições	237.809	584.394	822.203
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	18.204.520	8.564.335	26.768.855
Adições	11.619	54.330	65.949
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	18.216.139	8.618.665	26.834.804
Depreciações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.174.283	6.238.701	9.412.984
Amortizações do exercício	409.758	536.894	946.652
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.584.041	6.775.595	10.359.636
Imparidade do exercício	173.115	-	173.115
Amortizações do exercício	355.990	590.726	946.716
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.113.146	7.366.321	11.479.467
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014	14.102.993	1.252.344	15.355.337
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2013	14.620.479	1.788.740	16.409.219

NOTA 25 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	7.169.783	7.005.496
Outras imobilizações	1.009.043	586.747
	8.178.826	7.592.243
Amortização acumulada	(7.540.270)	(7.458.973)
	638.556	133.270

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.878.606	586.747	7.465.353
Adições	126.890	-	126.890
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	7.005.496	586.747	7.592.243
Adições	164.287	422.296	586.583
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	7.169.783	1.009.043	8.178.826
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.684.181	586.747	7.270.928
Amortizações do exercício	188.045	-	188.045
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6.872.226	586.747	7.458.973
Amortizações do exercício	81.297	-	81.297
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.953.523	586.747	7.540.270
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014	216.260	422.296	638.556
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2013	133.270	-	133.270

NOTA 26 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Estimativa de imposto do exercício	(42.308.625)	(30.417.627)
Pagamentos por conta	27.757.120	13.676.216
Retenções na fonte	325.586	353.133
IRC a recuperar	-	227.309
Activos/(Passivos) por impostos correntes	(14.225.919)	(16.160.969)

NOTA 27 OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	2.622.947	1.040.368
Aplicações - Contas caução	49.548.195	12.922.732
Sector público administrativo	102.901	26.320
Devedores diversos	1.429.926	645.107
Devedores e outras aplicações	29.389	58.600
Outros activos	133.899	133.899
	53.867.257	14.827.026
Perdas por imparidade para outros activos	(28.587)	(27.660)
	53.838.670	14.799.366
Despesas com custo diferido	635.178	280.949
Rendimentos a receber	882.793	354.897
Outras contas de regularização		
Activos líquidos relativos ao plano de pensões (nota 13)	-	10.246
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2.544.015	521.938
Outras operações a regularizar	5.516.510	193.760
	8.060.525	725.944
	63.417.166	16.161.156

A rubrica Aplicações – Conta caução é referente a colaterais mantidos junto de contrapartes para negociação em instrumentos derivados. A variação desta rubrica deve-se ao aumento de margens exigidas, resultantes do incremento da posição em instrumentos financeiros derivados e respectiva valorização subsequente.

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Relativamente à rubrica Outras operações a regularizar, a variação refere-se à abertura de uma posição cambial a prazo durante o exercício de 2014.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	2014	2013
Saldo inicial	27.660	48.571
Dotações	1.610	43.706
Reversões	(683)	(64.617)
Saldo final	28.587	27.660

NOTA 28 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica respeita a recursos do Sistema Europeu de bancos centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, conforme descrito na nota 35.

O prazo de vencimento destes recursos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é escalonado como segue:

	2014	2013
Até 3 meses	180.172.993	110.017.778
De 1 a 5 anos	-	20.296.944
	180.172.993	130.314.722

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ascendeu a 0,16% (31 de Dezembro de 2013: 0,65%).

NOTA 29 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
No país		
Depósitos	43.258.516	5.358.983
	43.258.516	5.358.983
No estrangeiro		
Depósitos	8.081.251	5.483.484
Empréstimos	56.924.612	132.635.330
	65.005.863	138.118.814
	108.264.379	143.477.797

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ascendeu a 0,67% (31 de Dezembro de 2013: 0,36%).

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito pode ser analisado como se segue:

	2014	2013
Até 3 meses	94.144.554	13.418.471
De 3 meses a 1 ano	14.119.825	105.035.826
De 1 a 5 anos	-	25.023.500
	108.264.379	143.477.797

NOTA 30 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Depósitos à ordem	245.717.024	190.980.332
Depósitos a prazo	503.532.070	442.259.603
Outros	55.487.367	50.477.356
	804.736.461	683.717.291

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2014	2013
Até 3 meses	550.590.724	362.955.629
De 3 meses a 1 ano	210.956.146	276.166.832
De 1 a 5 anos	43.189.591	44.594.830
	804.736.461	683.717.291

NOTA 31 PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2.905.364
Dotações	4.688.405
Reversões	(2.817.344)
Utilizações	(75.370)
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	4.701.055
Dotações	10.275.000
Reversões	(19.045)
Utilizações	(25.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	14.932.010

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo.

NOTA 32 IMPOSTOS

O Banco e as suas subsidiárias determinaram o montante do seu imposto corrente sobre os rendimentos para os exercícios de 2014 e 2013 tendo por base uma taxa nominal de imposto de 23% e 25% respectivamente, acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Municipal. Uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual é também aplicada para o ano de 2014 (3% para o ano de 2013), ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros é aplicada uma taxa de 5%, e ao rendimento tributável superior a 35 milhões de euros aplica-se 7% (em 2013 a derrama estadual aplicada foi de 5% ao rendimento tributável superior a 7,5 milhões de euros).

O Grupo determinou o montante dos seus impostos diferidos para os exercícios de 2014 e 2013 com base numa taxa nominal de 21% (23% para 2013), acrescida de uma taxa adicional de 3% relativa à Derrama Estadual é também aplicada, ao rendimento tributável superior a 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros. Adicionalmente, para o lucro tributável compreendido entre 7,5 milhões e 25 milhões de euros é aplicada uma taxa de 5%, e ao rendimento tributável superior a 35 milhões de euros aplica-se 7% (em 2013 a derrama estadual aplicada foi de 5% ao rendimento tributável superior a 7,5 milhões de euros). Esta taxa de imposto estava em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo e das suas subsidiárias durante um período de 4 anos, excepto, nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Desta forma, podem ser eventualmente feitas correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2014 e 2013 podem ser analisados como seguem:

	2014	2013
Activos financeiros disponíveis para venda	3.395.046	1.364.852
Fundo de Pensões	-	532.168
Outros	907.275	170.886
Imposto diferido activo / (passivo) líquido	4.302.321	2.067.906
Movimento do imposto no ano	2.234.415	1.442.238

O movimento do imposto diferido em 2014 e 2013 explica-se como segue:

	2014			2013		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.030.194	2.030.194	-	1.135.401	1.135.401
Fundo de Pensões	(133.264)	(398.904)	(532.168)	(44.421)	398.903	354.482
Outros	(81.758)	818.147	736.389	(47.646)	-	(47.646)
	(215.022)	2.449.437	2.234.415	(92.067)	1.534.304	1.442.237

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2014	2013
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	227.708	1.064.454
Imposto diferido	2.449.437	1.534.304
	2.677.145	2.598.758
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(41.991.961)	(30.633.739)
De exercícios anteriores	142.067	(2.584.783)
	(41.849.894)	(33.218.522)
Imposto diferido	(277.027)	(92.067)
	(42.126.921)	(33.310.589)
	(39.449.776)	(30.711.831)

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2014 e 2013 pode ser analisada como se segue:

	2014		2013	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		124.656.118		91.938.349
Resultado apurado com base na taxa de imposto	29,5%	36.773.555	31,5%	28.960.580
Fundo de pensões	0,11%	133.264	0,40%	363.311
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,01%	16.356	0,10%	90.025
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	2,87%	3.576.846	1,75%	1.610.269
Benefícios fiscais	-0,03%	(42.927)	-0,07%	(59.553)
Valias contabilísticas e fiscais	-	-	-0,06%	(51.034)
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,10%	119.595	-0,04%	(38.304)
Contribuição sobre o sector bancário	0,15%	181.253	0,09%	81.900
Outros	1,10%	1.368.979	2,56%	2.353.395
	33,79%	42.126.921	36,23%	33.310.589

NOTA 33 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	1.940.179	1.442.265
Recursos diversos	1.630.000	12.500
Sector público administrativo	1.058.050	4.953.683
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.081	2.081
Outros credores	125.947	472.064
	4.756.257	6.882.593
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	10.343.208	7.330.467
Outros encargos a pagar	8.522.654	2.925.750
	18.865.862	10.256.217
Receitas com rendimento diferido	21.548	18.526
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	8.714.644	2.754.168
	8.714.644	2.754.168
	32.358.311	19.911.504

A rubrica Credores e outros recursos – Recursos diversos respeita ao montante de colateral de clientes relativo a operações onde o Banco assume risco de crédito com base em contratos *ISDA*.

A variação da rubrica Sector Público Administrativo é referente à retenção na fonte, a entregar ao Estado, na sequência do pagamento do dividendo, efectuado pelo BiG aos seus accionistas, no final do exercício de 2013.

A variação da rubrica Custos a pagar – Encargos com o pessoal respeita essencialmente à estimativa de remunerações variáveis a distribuir em 2015.

A rubrica Custos a pagar – Outros encargos a pagar, inclui valores referentes a campanhas publicitárias em curso, *upgrade* do sistema informático e outros fornecimentos e serviços de terceiros.

Relativamente à rubrica Outras operações a regularizar, a variação refere-se à abertura de uma posição cambial a prazo durante o exercício de 2014.

NOTA 34 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital do Banco encontra-se representado por 104.000.000 acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2014	2013
António da Silva Rodrigues	12,39%	11,43%
Adger – SGPS, S.A.	10,58%	10,57%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	9,94%	9,7%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	9,93%	10,19%
Nicholas Leo Racich	5,31%	5,31%
JRI – SGPS, S.A.	5,00%	4,79%
Edimo, Sociedade Internacional de Gestão SGPS, Unipessoal Lda.	4,62%	4,62%
Leonid Pavlovitch Ranchinskiy	2,09%	2,09%
Helena Adelina S. L. Marques Carmo	2,01%	2,01%
José António de Melo Pinto Ribeiro	1,95%	3,01%
Outros	36,18%	36,28%
	100,00%	100,00%

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os prémios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é analisado como segue:

	2014		2013	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	1.732	2.326	1.732	2.326
Saldo no final do ano	1.732	2.326	1.732	2.326
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	868.656	1.082.067	947.983	1.169.241
Movimento	(756.521)	(931.416)	(79.327)	(87.174)
Saldo no final do ano	112.135	150.651	868.656	1.082.067
Saldo final	113.867	152.977	870.388	1.084.393

Em 31 de Dezembro de 2014, os Empréstimos para aquisição de acções próprias incluem crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 78.823 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do n.º 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2013: 600.561 euros) e crédito concedido ao pessoal chave da instituição com funções directivas, no montante de 45.543 euros (31 de Dezembro de 2013: 290.775 euros).

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisada da seguinte forma:

	2014	2013
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19) (1)	1.105.334.390	886.049.090
Perdas por imparidade (nota 19)	(3.010.314)	(6.704.263)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19)	1.090.978.403	874.881.170
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	28.287.572	5.406.637
Reserva de justo valor associada à macro cobertura de risco de taxa de juro	(39.633.245)	(9.870.294)
Reserva de justo valor de associadas	-	81.518
Impostos diferidos	3.395.044	1.763.756
Impostos correntes	666.193	438.483
	(7.284.436)	(2.179.900)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2014 e 2013 é analisado da seguinte forma:

	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	(2.179.900)	(1.183.677)
Variação de justo valor	(6.882.016)	(3.473.152)
Reserva de justo valor de associadas	(81.518)	(121.827)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	227.708	1.064.452
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	1.631.290	1.534.304
	(5.104.536)	(996.223)
Saldo em 31 de Dezembro	(7.284.436)	(2.179.900)

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de Setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Dividendos antecipados

A Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado, no valor de 0,15 euros por acção, em Novembro de 2014, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de Janeiro de 2014 e 30 de Setembro de 2014.

NOTA 35

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	801.651.193	842.651.921
Garantias e avales	84.860	233.566
	801.736.053	842.885.487
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avales	6.022.424	5.948.686
Outras	378.389	432.096
Garantias reais		
Títulos	47.863.689	34.784.409
Créditos	4.912.101	8.093.232
Valores imobiliários	8.369.631	10.014.543
	67.546.234	59.272.966
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	674.614
Contratos a prazo de depósitos	10.232.544	-
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	68.332.791	35.275.933
	79.239.949	35.950.547
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	1.458.198.763	1.265.984.540
Por valores administrados pela instituição	45.447.819	44.265.385
Por cobrança de valores	2.100	56.410
	1.503.648.682	1.310.306.335

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- ▲ títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 747.180 euros (31 de Dezembro de 2013: 731.921 euros);
- ▲ títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de bancos centrais no montante de 731.974.924 euros (31 de Dezembro de 2013: 452.049.755 euros);
- ▲ outros títulos dados em garantia 68.929.089 euros (31 de Dezembro de 2013: 389.870.245 euros).

NOTA 36

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 são consideradas partes relacionadas as entidades que o Grupo directa ou indirectamente controla ou sobre as quais exerce uma influência significativa e as entidades que controlam ou exercem uma influência significativa sobre a gestão do Grupo. Considera-se que uma entidade tem influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto do Grupo. A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o Grupo não tem accionistas com influência significativa. A estrutura accionista do Grupo pode ser consultada na nota 34.

Nos exercícios findos em 2014 e 2013, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Membros do Conselho de Administração	312.408	4.271.670	786.573	3.368.079
Fundo de Pensões de Colaboradores	130	6.865.975	59.795	5.088.129

NOTA 37 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos activos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma

	Custo amortizado	Cotação de mercado (nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado (nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)	Total de valor de balanço	Justo valor
31 de Dezembro de 2014						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.628.589	-	-	-	45.628.589	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	59.616.513	-	-	-	59.616.513	59.616.513
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1.677.565	-	-	1.677.565	1.677.565
De outros emissores	-	10.423.657	-	-	10.423.657	10.423.657
Acções	-	12.081.936	-	-	12.081.936	12.081.936
Outros	-	174.529	-	-	174.529	174.529
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	82.745	-	82.745	82.745
Contratos sobre acções/índices	-	-	3.388.378	-	3.388.378	3.388.378
Outros	-	-	10.905	-	10.905	10.905
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	729.403.012	-	-	729.403.012	729.403.012
De outros emissores	-	343.196.664	-	-	343.196.664	343.196.664
Acções	-	18.347.919	-	30.808	18.378.727	18.378.727
Aplicações em instituições de crédito	557.883	-	-	-	557.883	557.883
Crédito a clientes ^{a)}	136.162.160	-	-	-	136.162.160	143.003.130
Activos financeiros	241.965.145	1.115.305.282	3.482.028	30.808	1.360.783.263	1.367.624.233
Recursos de bancos centrais	180.172.993	-	-	-	180.172.993	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	82.192	-	82.192	82.192
Contratos sobre acções/índices	-	-	540.697	-	540.697	540.697
Operações a prazo	-	-	4.980.976	-	4.980.976	4.980.976
Outros	-	-	10.559	-	10.559	10.559
Recursos de outras instituições de crédito	108.264.379	-	-	-	108.264.379	108.264.379
Recursos de clientes	804.736.461	-	-	-	804.736.461	804.736.461
	1.093.173.833	-	5.614.424	-	1.098.788.257	1.098.788.257
31 de Dezembro de 2013						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.560.069	-	-	-	14.560.069	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.024.236	-	-	-	30.024.236	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	968.315	-	-	968.315	968.315
De outros emissores	-	5.252.744	-	-	5.252.744	5.252.744
Acções	-	15.466.476	-	-	15.466.476	15.466.476
Derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	24.974	-	24.974	24.974
Contratos sobre acções/índices	-	-	169.925	-	169.925	169.925
Outros	-	-	17.472	-	17.472	17.472
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	571.943.583	-	-	571.943.583	571.943.583
De outros emissores	-	288.091.819	-	-	288.091.819	288.091.819
Acções	-	14.845.438	-	330	14.845.768	14.845.768
Aplicações em instituições de crédito	35.528.414	-	-	-	35.528.414	35.528.414
Crédito a clientes ^{a)}	196.918.521	-	-	-	196.918.521	202.990.468
Activos financeiros	277.031.240	896.568.375	212.371	330	1.173.812.316	1.179.884.263
Recursos de bancos centrais	130.314.722	-	-	-	130.314.722	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados						
Contratos sobre acções/índices	-	-	1.343.055	-	1.343.055	1.343.055
Outros	-	-	14.415	-	14.415	14.415
Recursos de outras instituições de crédito	143.477.797	-	-	-	143.477.797	143.477.797
Recursos de clientes	683.717.291	-	-	-	683.717.291	683.717.291
	957.509.810	-	1.357.470	-	958.867.280	958.867.280

^{a)} Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota 21, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado (nível 1) – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Modelos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (nível 2) – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e cotações de índices. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3) – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2014 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito. Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda.

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados, utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização estão descritos abaixo.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2014 e 2013, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2014		2013	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,080	0,030	0,275	0,040
1 mês	0,018	0,171	0,216	0,168
3 meses	0,078	0,256	0,287	0,246
6 meses	0,171	0,363	0,389	0,348
9 meses	0,245	--	0,480	--
1 ano	0,325	0,629	0,556	0,583
3 anos	0,220	1,299	0,751	0,876
5 anos	0,360	1,772	1,261	1,786
7 anos	0,528	2,041	1,683	2,482
10 anos	0,812	2,283	2,154	3,086
15 anos	1,148	2,507	2,586	3,599
20 anos	1,321	2,620	2,718	3,802
25 anos	1,412	2,671	2,743	3,895
30 anos	1,461	2,700	2,735	3,929

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2014 e 2013, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2014		2013	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	0,59	1,92	1,19	1,61
5 anos	3,47	2,88	3,35	2,98
7 anos	2,33	4,63	4,02	4,39
10 anos	4,91	4,37	0,54	5,14

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2014 e 2013, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2014	2013	Volatilidades %		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,214	1,379	8,567	6,549	6,177
EUR/GBP	0,779	0,834	6,741	5,654	5,890
EUR/JPY	145,230	144,720	9,202	7,076	7,893
EUR/CHF	1,202	1,228	1,354	1,343	2,242

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2014 e 2013, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica %		Volatilidade implícita %	
	2014	2013	Variação %	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	4.798,99	6.558,85	-26,8	24,45	23,11	23,32	23,32
Eurostoxx	3.146,43	3.109,00	1,2	24,58	21,31	28,20	28,20
DAX	9.805,55	9.552,16	2,7	22,50	19,73	19,85	19,85
S&P	2.058,90	1.848,36	11,4	13,76	13,10	14,75	14,75
Nasdaq 100	4.236,28	3.592,00	17,9	14,84	15,28	17,14	17,14
Dow Jones Ind.	17.823,07	16.576,66	7,5	12,97	12,57	13,77	13,77

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Grupo é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 38 GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE

Enquadramento

O Grupo procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório do Conselho de Administração 2014.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Grupo estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- ▲ Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- ▲ Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- ▲ Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;
- ▲ Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- ▲ Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- ▲ *Value at Risk (VaR)*;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de activos ou portfolio;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ *Basis Point Values*;
- ▲ Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress (Economic Value* e de *Earnings at Risk)* e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- ▲ *Back testing*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção da Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições. Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspectos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e *stresstesting*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o Grupo pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- ▲ Risco de Liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos;
- ▲ Risco taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;
- ▲ Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade;
- ▲ Risco taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;

- ▲ Risco de derivados: resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Grupo calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da volatilidade um horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentado conforme segue:

	2014				2013			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	47.547	113.981	535.687	8.236	31.882	32.794	98.922	1.279
Risco taxa de juro	40.207	106.969	733.704	9.982	7.486	278.967	2.102.434	7.486
Acções	101.809	123.519	285.301	12.621	103.908	142.773	400.830	34.380
Opções	103.922	135.915	405.209	28.790	250.475	138.598	426.766	17.546
Efeito da diversificação	14%	46%			16%	28%		
VaR Total	252.557	260.993	692.458	40.043	331.313	424.939	2.291.861	67.981

A gestão de *VaR* para as diferentes carteiras de *trading* manteve-se dentro dos limites estabelecidos para 2014. A exposição alocada às carteiras de acções, produtos estruturados e FX Cambial na vertente de *trading* manteve-se em níveis reduzidos à semelhança do que já havia acontecido no ano de 2013.

Análise de sensibilidade

No âmbito da análise de sensibilidade aos índices accionistas detidos em carteira, ou dos índices accionistas para os quais tenhamos acções em carteira do respectivo índice, é apresentada de seguida a variação dos preços dos mesmos, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	Cotação			Volatilidade histórica %	
	2014	2013	Varição %	1 mês	3 meses
DAX	9.805,55	9.552,16	2,65	22,50	19,73
IBEX 35	10.279,50	9.916,70	3,66	25,95	22,61
CAC 40	4.272,75	4.295,95	(0,54)	23,55	20,52
AEX	424,47	401,79	5,64	20,50	18,03
FTSE MIB	19.011,96	18.967,71	0,23	29,79	27,48
PSI20	4.798,99	6.558,85	(26,83)	24,45	23,11
Eurostoxx	3.146,43	3.109,00	1,20	24,58	21,31
S&P	2.058,90	1.848,36	11,39	13,76	13,10
ESTX Banks €	134,51	141,43	(4,89)	31,38	28,97
ESTX Oil&Gas € Pr	282,73	324,46	(12,86)	32,60	28,54
ESTX Telecomm € Pr	330,65	289,91	14,05	23,25	20,23

Com o intuito de analisar o impacto de um choque no preço dos índices accionistas tem nas acções da carteira de negociação procedeu-se a uma análise de sensibilidade dos mesmos. Enquadrada nesta análise aplicou-se um choque de +/- 10% em todas os índices, e para cada acção ponderou-se a amplitude do choque pelo Beta da acção com o respectivo índice de referência.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 10% nos índices accionistas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentada conforme segue:

Impacto resultante de um choque nos índices accionistas	2014		2013	
	+10%	-10%	+10%	-10%
DAX	407	(407)	84.384	(84.384)
IBEX 35	(5.452)	5.452	31.152	(31.152)
CAC 40	(559)	559	(2.181)	2.181
AEX	(191)	191	(43.879)	43.879
FTSE MIB	(1.368)	1.368	(1.933)	1.933
PSI20	427.454	(427.454)	87.196	(87.196)
Eurostoxx	84.506	(84.506)	(186.480)	186.480
S&P	(42.845)	42.845	(1.390.465)	1.390.465
ESTX Banks €	33.542	(33.542)	56.400	(56.400)
ESTX Oil&Gas € Pr	-	-	17.809	(17.809)
ESTX Telecomm € Pr	-	-	20.300	(20.300)
Total do impacto	495.494	(495.494)	(1.327.697)	1.327.697

Stress Testing

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Grupo procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Grupo assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Actualmente, o Grupo utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 96 *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento. Adicionalmente, numa base semanal, o Grupo corre 8 novos cenários, que correspondem a 48 *stress tests* semanais relativos às posições dos livros de *trading* e investimento. Estes novos cenários são também históricos, no entanto, reportam a datas diferentes, mais recentes e cujo impacto é mais significativo. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do Grupo quando admitimos cenários extremos no mercado de crédito e no mercado de acções, *Armageddon Stress Test* e *Armageddon Stress Test Debt*. Estes testes de esforço são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

A estratégia do Grupo assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são: (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer activo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Grupo pode ser convertido em liquidez no curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Grupo é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos activos e passivos do Balanço do Grupo encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.628.589	-	-	-	-	-	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	59.616.513	-	-	-	-	-	59.616.513
Activos financeiros detidos para negociação	-	234.958	1.268.875	8.168.256	5.911.161	12.256.465	27.839.715
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.325.490	-	73.046.952	998.227.234	18.378.727	1.090.978.403
Aplicações em instituições de crédito	-	500.000	-	57.883	-	-	557.883
Crédito a clientes	-	15.007.146	47.524	1.331.259	119.770.685	197.479	136.354.093
	105.245.102	17.067.594	1.316.399	82.604.350	1.123.909.080	30.832.671	1.360.975.196
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	180.172.993	-	-	-	-	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação	-	5.063.405	481.315	69.704	-	-	5.614.424
Recursos de outras instituições de crédito	39.836.403	54.308.151	14.119.825	-	-	-	108.264.379
Recursos de clientes	245.717.024	304.873.700	210.956.146	43.189.591	-	-	804.736.461
Derivados de Cobertura	-	-	-	-	22.842.895	-	22.842.895
	285.553.427	544.418.249	225.557.286	43.259.295	22.842.895	-	1.121.631.152

2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.560.069	-	-	-	-	-	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.024.236	-	-	-	-	-	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação	-	78.794	942.387	2.166.143	3.246.106	15.466.476	21.899.906
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	142.572.751	717.462.651	14.845.768	874.881.170
Aplicações em instituições de crédito	-	35.500.661	-	27.753	-	-	35.528.414
Crédito a clientes	-	16.804.256	14.035.491	1.023.562	165.047.720	7.492	196.918.521
	44.584.305	52.383.711	14.977.878	145.790.209	885.756.477	30.319.736	1.173.812.316
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	110.017.778	-	20.296.944	-	-	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação	-	9.797	748.641	599.032	-	-	1.357.470
Recursos de outras instituições de crédito	5.825.592	7.592.879	105.035.826	25.023.500	-	-	143.477.797
Recursos de clientes	190.553.926	172.401.703	276.166.832	44.594.830	-	-	683.717.291
Derivados de Cobertura	-	-	197.921	5.681.320	1.474.095	-	7.353.336
	196.379.518	290.022.157	382.149.220	96.195.626	1.474.095	-	966.220.616

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos proveitos ou no capital do Grupo causados por movimentos dos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração a curva de taxas de juro, entre outros factores.

A exposição dos activos e passivos susceptíveis a risco de taxa de juro por maturidade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontra-se apresentada na tabela abaixo:

2014				
Banda Temporal	Carteira (1)		Extra-patrimonial (2)	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
à vista - 1 mês	231.882.193	509.812.052	-	-
1 - 3 meses	188.049.103	322.068.549	25.019.121	-
3 - 6 meses	32.978.817	133.841.584	313.077.860	-
6 - 12 meses	314.912	99.378.937	-	-
1 - 2 anos	758.477	32.062.041	-	-
2 - 3 anos	20.009	3.859.627	-	-
3 - 4 anos	2.696.859	2.102.912	-	-
4 - 5 anos	20.850	4.542.828	-	-
5 - 7 anos	212.964.017	-	-	-
7 - 10 anos	77.406.932	-	-	206.955.345
10 - 15 anos	13.507.844	-	-	207.838.000
15 - 20 anos	140.020.200	-	-	-
> 20 anos	467.653.256	-	-	293.621.512
Total	1.368.273.469	1.107.668.530	338.096.981	708.414.857

2013				
Banda Temporal	Carteira (1)		Extra-patrimonial (2)	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
à vista - 1 mês	183.075.379	284.863.543	30.047.879	-
1 - 3 meses	132.054.544	200.294.980	160.208.911	-
3 - 6 meses	18.421.828	147.359.896	100.943.643	-
6 - 12 meses	291.166	234.548.999	-	12.699.825
1 - 2 anos	82.041	81.420.068	-	65.801.432
2 - 3 anos	3.493	2.503.828	-	451.046.413
3 - 4 anos	32.790.947	1.128.567	-	49.666.394
4 - 5 anos	75.881.830	3.405.392	-	20.242.842
5 - 7 anos	156.778.146	83.591	-	346.449.861
7 - 10 anos	321.352.246	-	-	-
10 - 15 anos	44.612.321	-	-	125.102.500
15 - 20 anos	-	-	-	-
> 20 anos	186.398.889	-	-	-
Total	1.151.742.830	955.608.864	291.200.433	1.071.009.267

(1) Activos disponíveis para venda, carteira de retalho e RMBS

(2) Instrumentos de cobertura para risco de taxa de juro

Análise de sensibilidade

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentada conforme segue:

	2014				2013			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(17.671.803)	17.671.803	(8.747.913)	8.747.913	(19.361.026)	19.361.026	(10.533.307)	10.533.307
Em 30 de Junho	(3.221.286)	3.221.286	(1.931.051)	1.931.051	(14.893.613)	14.893.613	(8.347.089)	8.347.089

Risco de Re-pricing dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontram-se apresentados conforme se segue:

2014						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.628.589	45.628.589	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	59.616.513	59.616.513	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	27.839.715	12.256.465	234.958	1.268.875	8.168.256	5.911.161
Activos financeiros disponíveis para venda	1.090.978.403	18.378.727	1.325.490	-	73.046.952	998.227.234
Aplicações em instituições de crédito	557.883	-	500.000	-	57.883	-
Crédito a clientes	136.354.093	197.479	15.007.146	47.524	1.331.259	119.770.685
Total	1.360.975.196	136.077.773	17.067.594	1.316.399	82.604.350	1.123.909.080
Recursos de bancos centrais	180.172.993	-	180.172.993	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	5.614.424	-	5.063.405	481.315	69.704	-
Recursos de outras instituições de crédito	108.264.379	39.836.403	54.308.151	14.119.825	-	-
Recursos de clientes	804.736.461	245.717.024	304.873.700	210.956.146	43.189.591	-
Derivados de cobertura	22.842.895	-	-	-	-	22.842.895
Total	1.121.631.152	285.553.427	544.418.249	225.557.286	43.259.295	22.842.895
GAP (Activos - Passivos)	239.344.044	(149.475.654)	(527.350.655)	(224.240.887)	39.345.055	1.101.066.185

2013						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.560.069	14.560.069	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.024.236	30.024.236	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	21.899.906	15.466.476	78.794	942.387	2.166.143	3.246.106
Activos financeiros disponíveis para venda	874.881.170	14.845.768	-	-	142.572.751	717.462.651
Aplicações em instituições de crédito	35.528.414	-	35.500.661	-	27.753	-
Crédito a clientes	196.918.521	7.492	16.804.256	14.035.491	1.023.562	165.047.720
Total	1.173.812.316	74.904.041	52.383.711	14.977.878	145.790.209	885.756.477
Recursos de bancos centrais	130.314.722	-	110.017.778	-	20.296.944	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.357.470	-	9.797	748.641	599.032	-
Recursos de outras instituições de crédito	143.477.797	5.825.592	7.592.879	105.035.826	25.023.500	-
Recursos de clientes	683.717.291	190.553.926	172.401.703	276.166.832	44.594.830	-
Derivados de cobertura	7.353.336	-	-	197.921	5.681.320	1.474.095
Total	966.220.616	196.379.518	290.022.157	382.149.220	96.195.626	1.474.095
GAP (Activos - Passivos)	207.591.700	(121.475.477)	(237.638.446)	(367.171.342)	49.594.583	884.282.382

Risco Cambial

Nos mercados cambiais registou-se um decréscimo dos níveis de volatilidade para os principais pares de moedas. Esta tendência verificou-se até meados do terceiro trimestre do ano de 2014. Após o final do terceiro trimestre os níveis de volatilidade voltaram a aumentar significativamente tanto no Eurodólar como para o Euro-lene e Euro-Libra. Os valores de volatilidade nos mercados do Euro-Franco Suíço mantiveram-se em valores sempre baixos tendo atingido os menores valores no final do ano de 2014.

Durante o ano de 2014, a expectativa relativamente à taxa de juro de referência do Euro foi de descida, tendo atingido níveis mínimos históricos de 0.05%, com impacto directo nas taxas de câmbio. Relativamente às taxas de câmbio do Euro face às principais divisas, de salientar a desvalorização do Euro face ao Dólar durante todo o ano de 2014, contudo esta tendência acentuou-se mais no final de 2014, onde já não eram registados valores tão baixos desde 2012. Esta tendência tem continuado a ser uma constante ainda no início de 2015.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentada conforme se segue:

	2014				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	45.597.797	24.203	6.454	135	45.628.589
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.718.461	18.514.937	1.584.079	1.799.036	59.616.513
Activos financeiros detidos para negociação	25.821.165	1.634.907	383.643	-	27.839.715
Activos financeiros disponíveis para venda	956.432.106	134.546.297	-	-	1.090.978.403
Aplicações em instituições de crédito	557.883	-	-	-	557.883
Crédito a clientes	136.162.160	-	-	-	136.162.160
Activos não correntes detidos para venda	20.000	-	-	-	20.000
Activos tangíveis	15.355.337	-	-	-	15.355.337
Activos intangíveis	638.556	-	-	-	638.556
Activos por impostos diferidos	4.302.321	-	-	-	4.302.321
Outros activos	54.570.430	8.754.867	325	91.544	63.417.166
Total de Activo	1.277.176.216	163.475.211	1.974.501	1.890.715	1.444.516.643
Passivo por moeda					
Recursos de bancos centrais	180.172.993	-	-	-	180.172.993
Passivos financeiros detidos para negociação	5.614.424	-	-	-	5.614.424
Recursos de outras instituições de crédito	87.535.612	20.728.402	-	365	108.264.379
Recursos de clientes	780.774.438	23.537.308	167.126	257.589	804.736.461
Derivados de cobertura	22.842.895	-	-	-	22.842.895
Provisões	14.932.010	-	-	-	14.932.010
Passivos por impostos correntes	14.225.919	-	-	-	14.225.919
Outros passivos	22.871.456	6.047.983	1.807.368	1.631.504	32.358.311
Total de Passivo	1.128.969.747	50.313.693	1.974.494	1.889.458	1.183.147.392
Activo - Passivo líquido por moeda	148.206.469	113.161.518	7	1.257	261.369.251

2013					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.544.072	5.974	10.023	-	14.560.069
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.777.822	8.850.686	382.128	1.013.600	30.024.236
Activos financeiros detidos para negociação	19.348.847	2.336.053	150.419	64.587	21.899.906
Activos financeiros disponíveis para venda	860.034.196	14.846.974	-	-	874.881.170
Aplicações em instituições de crédito	35.528.414	-	-	-	35.528.414
Crédito a clientes	196.918.510	11	-	-	196.918.521
Activos não correntes detidos para venda	204.249	-	-	-	204.249
Activos tangíveis	16.409.219	-	-	-	16.409.219
Activos intangíveis	133.270	-	-	-	133.270
Investimentos em associadas	5.398.628	-	-	-	5.398.628
Activos por impostos correntes	243.508	-	-	-	243.508
Activos por impostos diferidos	2.067.906	-	-	-	2.067.906
Outros activos	15.970.030	172.454	18.672	-	16.161.156
Total de Activo	1.186.578.671	26.212.152	561.242	1.078.187	1.214.430.252
Passivo por moeda					
Recursos de bancos centrais	130.314.722	-	-	-	130.314.722
Passivos financeiros detidos para negociação	1.357.470	-	-	-	1.357.470
Recursos de outras instituições de crédito	138.122.896	5.353.927	974	-	143.477.797
Recursos de clientes	665.479.935	18.125.533	20.664	91.159	683.717.291
Derivados de cobertura	7.353.336	-	-	-	7.353.336
Provisões	4.701.055	-	-	-	4.701.055
Passivos por impostos correntes	16.404.477	-	-	-	16.404.477
Outros passivos	16.108.435	2.733.268	539.604	530.197	19.911.504
Total de Passivo	979.842.326	26.212.728	561.242	621.356	1.007.237.652
Activo - Passivo líquido por moeda	206.736.345	(576)	-	456.831	207.192.600

Análise de sensibilidade

O Grupo não especula em mercados cambiais (FX) e a utilização dos limites de VaR reflectem a sua estratégia de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados. Durante o ano de 2014, o BiG optou também por ter alguns activos no balanço em dólares (dívida *corporate* e *soberana dos Estados Unidos*), desta forma a exposição a contratos de futuros de Eurodólar teve por objectivo fazer a cobertura do risco cambial para estes activos.

Com o intuito de analisar o impacto de um choque nas taxas cambiais nas exposições detidas na carteira de negociação de FX Cambial, aplicou-se um choque de +/- 15% em todas as taxas de câmbio.

A análise de sensibilidade resultante de um choque de +/- 15% nas taxas de câmbio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentada conforme segue:

2014				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	441.980	298.051	(38.876)	52.597
Dólar Canadiano	326.634	232.265	(30.295)	40.988
Franco Suíço	(47.207)	(39.261)	5.121	(6.928)
Coroa Dinamarquesa	1.441.641	193.631	(25.256)	34.170
Libra Esterlina	6.684	8.581	(1.119)	1.514
Rublo Russo	215.420	2.978	(388)	526
Real Brasileiro	277.566	86.182	(11.241)	15.209
Coroa Norueguesa	1.482.499	163.957	(21.386)	28.934
Coroa Sueca	1.470.624	156.566	(20.422)	27.629
Dólar Americano	(1.081.105)	(890.458)	116.147	(157.140)
Yene	4.403.955	30.324	(3.955)	5.351
Nova Lira Turca	3.979	1.405	(183)	248
Total do impacto			(31.853)	43.098

2013				
Moeda	Cenário base		Impacto resultante de um choque de:	
	Moeda original	Contra-valor	+15%	-15%
Dólar Australiano	204.837	132.812	(17.323)	23.438
Dólar Canadiano	(897.191)	751.693	(1.283.467)	(1.471.152)
Franco Suíço	322.777	12.933	215.705	296.400
Coroa Dinamarquesa	222.032	29.765	(3.882)	5.254
Libra Esterlina	830.819	(3.456)	870.016	1.175.861
Yene	796.484	5.503	(717)	972
Coroa Norueguesa	859.730	102.801	(13.408)	18.142
Coroa Sueca	(121.855)	(13.755)	1.794	(2.427)
Dólar Americano	5.704.350	4.136.284	(539.515)	729.934
Rand	940.786	64.587	(8.424)	11.399
Total do impacto			(779.220)	787.820

Risco de derivados

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Grupo depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Grupo quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade conhecidas como “gregos” que são termos matemáticos definidos abaixo.

De uma maneira geral, os níveis de sensibilidade à volatilidade (Vega) mantiveram-se sempre dentro de níveis baixos face aos valores registados em anos anteriores. Contudo os maiores níveis de sensibilidade tiveram lugar no segundo e terceiro trimestres do ano. Durante este período as oscilações dos níveis de *vega* traduziram não apenas as variações nos valores da volatilidade como também as oscilações nas posições do livro de estruturados.

Analisando as diferentes sensibilidades da carteira de *trading* do Grupo para o ano de 2014, verificamos de uma forma quase consistente o perfil longo nos mercados accionistas.

Os valores de delta, foram regra geral, mais elevados do que os registados no ano de 2013, tal deveu-se a uma maior exposição de futuros de moeda para fazer a cobertura de activos em moeda estrangeira (USD). Nos produtos de taxa fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro registou os maiores valores no último trimestre do ano de 2014 devido a uma maior exposição a títulos de rendimento fixo (obrigações de taxa fixa) e uma diminuição do *hedge*. Contudo de uma maneira geral, este aumento de risco foi sendo acompanhado com uma estratégia de cobertura de risco de taxa de juro via *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

2014

	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(568.987)	(3.997)	(759.056)	(162.498)
Máximo	(29.108)	130.455	207.973	3.211
Média	(290.932)	40.697	(100.937)	(6.841)
Desvio padrão	123.258	39.493	188.257	11.903

2013

	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(547.940)	(13.251)	(169.252)	(59.192)
Máximo	(69.346)	64.921	469.100	1.732
Média	(294.844)	22.638	188.093	(5.297)
Desvio padrão	110.230	19.755	130.739	6.343

<i>Rho</i>	Sensibilidade da taxa de juro
<i>Vega</i>	Sensibilidade da volatilidade
<i>Delta</i>	Sensibilidade do subjacente
<i>Theta</i>	Sensibilidade ao tempo

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- ▲ Análise e controlo do risco da contraparte;
- ▲ Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- ▲ Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos;
- ▲ Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- ▲ Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;
- ▲ Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- ▲ Integridade do processo de aprovação de crédito;
- ▲ Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- ▲ Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentada conforme se segue:

2014						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	3.105.223	73.750.659	-	-
Indústrias transformadoras	6.008	-	5.841.570	72.695.033	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	6.216.734	44.731.522	3.010.144	-
Construção	125.908	125.900	261.087	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	161.728	369	4.114.686	12.579.488	-	-
Transportes e armazenagem	5	-	1.427.873	10.987.616	-	-
Actividades financeiras e de seguros	113.612.949	1.274	3.867.481	94.873.194	-	84.860
Actividades imobiliárias	2.278.921	1.667	2.020	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	254.161	1.252	94.475	9.194.577	-	-
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.677.565	756.427.244	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	87.123	1.305	2.406	-	-	-
Crédito à habitação	5.410.638	12.288	-	-	-	-
Crédito a particulares	14.201.223	47.796	-	-	-	-
Outros	215.429	82	1.228.595	18.749.384	170	-
	136.354.093	191.933	27.839.715	1.093.988.717	3.010.314	84.860

2013						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.528	53	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	3.135.758	30.633.935	-	-
Indústrias transformadoras	30.006	118	2.637.896	40.577.188	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	6.913.926	72.211.174	5.972.809	-
Construção	127.065	125.917	184.275	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	54.982	823	3.159.550	-	-	148.938
Transportes e armazenagem	401	100	1.506.847	-	-	-
Actividades financeiras e de seguros	172.504.073	-	843.411	119.442.728	-	-
Actividades imobiliárias	2.006.591	671	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.267.446	2.475	55.291	30.478	-	-
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.006.915	568.737.386	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	60.482	743	-	-	-	-
Crédito à habitação	5.290.139	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	15.470.677	56.712	28.124	-	-	-
Outros	290.933	190	2.427.913	49.952.544	731.454	84.628
	197.106.323	187.802	21.899.906	881.585.433	6.704.263	233.566

Exposição à dívida pública de países da Zona Euro

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a exposição do Grupo a dívida pública de países da Zona Euro apresenta-se como segue:

	2014		2013	
	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda
Portugal	3.065.820	269.478.000	1.672.313	146.157.851
Espanha	-	185.773.914	-	116.792.966
Grécia	39.618	-	36.118	-
Irlanda	-	-	5.677	-
Itália	-	256.473.923	-	302.882.722
Alemanha	-	-	142.361	-
Supra Nacional	-	-	76.755	-
	3.105.438	711.725.837	1.933.224	565.833.539

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Activos Financeiros Detidos para Negociação é como se segue:

2014					
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Activos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	61.253	61.782	1.675	63.457	-
Maturidade superior a 1 ano	2.766.007	2.958.821	43.542	3.002.363	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	249.464	38.417	1.201	39.618	-
Activos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	250.203.000	264.261.366	5.216.634	269.478.000	(1.532.808)
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	136.423.000	183.919.577	1.854.337	185.773.914	(615.594)
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	216.500.000	247.500.845	3.099.034	256.473.923	(5.248.140)
	606.202.724	698.740.808	10.216.422	714.831.274	(7.396.543)

2013

	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Reserva de justo valor
Activos financeiros detidos para negociação					
Portugal					
Maturidade inferior a 1 ano	47.643	48.200	388	48.588	-
Maturidade superior a 1 ano	1.766.751	1.591.875	31.850	1.623.725	-
Grécia					
Maturidade superior a 1 ano	176.189	35.072	1.046	36.118	-
Irlanda					
Maturidade superior a 1 ano	5.000	5.626	51	5.677	-
Alemanha					
Maturidade superior a 1 ano	145.542	141.631	730	142.361	-
Supra Nacional					
Maturidade inferior a 1 ano	12.050	12.070	97	12.167	-
Maturidade superior a 1 ano	68.653	63.775	813	64.588	-
Activos financeiros disponíveis para venda					
Portugal					
Maturidade superior a 1 ano	192.000.000	140.528.832	5.629.019	146.157.851	(1.151.733)
Espanha					
Maturidade superior a 1 ano	113.500.000	113.624.600	3.168.366	116.792.966	(576.656)
Itália					
Maturidade superior a 1 ano	272.500.000	299.144.668	3.738.054	302.882.722	(1.214.699)
	580.221.828	555.196.349	12.570.414	567.766.763	(2.943.088)

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Grupo, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de actividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da actividade em quaisquer circunstâncias.

O objectivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Grupo aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Grupo e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Grupo uma cultura de detecção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proactiva de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Grupo tem em curso um projecto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia, e com o objectivo de criar as condições necessárias para uma eventual implementação de métodos de medição avançados, uma vez que actualmente, o Grupo calcula os requisitos de capital para a cobertura do risco operacional com base no método do Indicador Básico.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2014	2013
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, acções próprias e outros		105.209.304	103.074.986
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		149.919.948	98.854.612
Outros ajustamentos transitórios		7.319.759	-
Activos intangíveis		(1.149.400)	(133.270)
Fundos próprios principais de nível 1 (<i>Common Equity Tier 1 Capital</i>)	(A1)	261.299.611	201.796.328
Fundos próprios de nível 1 (<i>Tier 1 Capital</i>)	(A2)	261.299.611	201.796.328
Fundos Próprios de nível 2 (<i>Tier 2 Capital</i>)	(A3)	-	793.371
Fundos Próprios Totais	(A4)	261.299.611	202.589.699
B - Activos ponderados pelo risco	(B)	744.364.852	616.225.008
C - Rácios de Capital			
Rácio de FPP1 (<i>Common Equity Tier 1 Capital</i>)	(A1 / B)	35,1%	32,7%
Rácio de FP1 (<i>Tier 1 Capital</i>)	(A2 / B)	35,1%	32,7%
Rácio de Fundos Próprios Totais (<i>Total capital ratio</i>)	(A4 / B)	35,1%	32,9%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	202.589.699	161.869.909
Capital ordinário realizado, prémios de emissão, acções próprias e outros	2.134.318	2.784.348
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	51.065.336	35.831.443
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo	-	1.577.583
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda	-	58.413
Activos intangíveis	(1.016.130)	61.155
Ajustamentos transitórios	7.319.759	-
Fundos Próprios Complementares	(793.371)	406.848
Saldo no fim do exercício	261.299.611	202.589.699

Outros Riscos e a sua medição:

Risco Reputacional

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o Grupo idealizou testes de esforço onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Grupo, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação, crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, mercado, etc., encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

▲ Risco de Liquidez versus Risco de Reputação:

O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.

▲ Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:

No ponto anterior são analisados os riscos de reputação versus risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.

▲ Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

Neste caso o Grupo admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente, consideramos um cenário de probabilidade de *default* dos activos, bem como o impacto de *downgrades* no *rating* destes.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:

(Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2014, cujo impacto é descrito de seguida.

Cenário 1 - 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 105.802.985 euros.

Responsabilidades: 81.907.457 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro) o Grupo estima uma perda potencial de 17.137.881 euros.

Cenário 2 - 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 105.802.985 euros.

Responsabilidades: 122.861.185 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 17.058.200 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 17.137.881 euros.

Cenário 3 - 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 105.802.985 euros.

Responsabilidades: 402.368.230 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 296.565.245 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress* (Queda de 30% do mercado accionista e um choque de 100p.b. na curva de taxas de juro), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 17.137.881 euros.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

(Cenário de *downgrades* dos títulos de dívida:

- ▲ Aaa – Aa2: mantém-se o *rating*
- ▲ Aa3 – A3: descida de 2 nodos no *rating*
- ▲ Baa1 e *ratings* inferiores: descida de 4 nodos no *rating*

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2014, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 - 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 105.802.985 euros.

Responsabilidades: 81.907.457 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stressdowngrade* dos títulos de dívida, o Grupo estima uma perda potencial de 34.333.931 euros.

Cenário 2 - 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 105.802.985 euros.

Responsabilidades: 122.861.185 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 17.058.200 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress downgrade* dos títulos de dívida, o Grupo estima uma perda potencial de 34.333.931 euros.

Cenário 3 - 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 105.802.985 euros.

Responsabilidades: 402.368.230 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 296.565.245 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressupostos de *stress downgrade* dos títulos de dívida, o Grupo estima uma perda potencial de 34.333.931 euros.

NOTA 39

MENSURAÇÃO DA IMPARIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Divulgações qualitativas

A. Política de gestão do risco de crédito

O Grupo está no negócio da gestão de risco para criar valor para os accionistas. Em termos gerais, o Grupo encontra-se exposto a risco em resultado directo da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes.

Na gestão da exposição a riscos, o Grupo é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- ▲ Revisão frequente das políticas e procedimentos pela Administração;
- ▲ Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Grupo;
- ▲ Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- ▲ Política de diversificação de riscos apropriada;
- ▲ Sistemas de reporte independentes;
- ▲ Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- ▲ Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

A Gestão do Risco de Crédito no Grupo, é um processo integrado quer ao nível das transacções quer ao nível de *portfolios*.

Ao nível das transacções: significa que todas as transacções necessitam de aprovação de pelo menos dois representantes com autoridade de crédito, concedida pelo Conselho de Administração e pelos membros sêniores do Comité de Gestão de Risco de Crédito.

Ao nível de *portfolios*: significa que a exposição será gerida – sejam empréstimos, títulos, derivados, cambiais, etc. – de forma a minimizar concentrações excessivas de risco relativamente a clientes, indústrias, produtos ou localização geográfica. São também analisados os créditos problemáticos, índices de cobertura por provisões, *write-offs* e recuperações. Existem em vigor vários reportes de crédito disponíveis internamente, para informação da Administração do Grupo.

O risco de crédito é gerido de forma a alcançar um desempenho sustentável da organização dentro de parâmetros aceitáveis de risco *versus* retorno. Este objectivo é alcançado através de uma combinação de políticas, sistemas e controlos, sempre sustentados por decisões comerciais ponderadas e cautelosas, devido a diversas razões, tais como:

- ▲ Limitações de capital e fundos do Grupo;
- ▲ Natureza não estratégica de muitos dos empréstimos não colateralizados;
- ▲ Recursos limitados para analisar e controlar exposições não garantidas com a competência desejada;
- ▲ Falta de escala/dimensão.

É, constantemente, feito um esforço para limitar as exposições ao risco de crédito, essencialmente a:

- ▲ Empresas *investment grade* e soberanos com *rating* ou bancos facilmente analisáveis, suportados por análises internas e/ou pela *Moody's* (ou outro *research* independente);
- ▲ FX ou exposições de *settlement* associadas a empresas, investidores institucionais e investidores privados, este último grupo, frequentemente, sem o benefício de uma avaliação adequada ou controlo apropriado sobre a exposição ao risco mas, com limites aprovados casuisticamente;
- ▲ Exposições ao risco de crédito ocasionais analisadas ao pormenor por analistas internos;
- ▲ Crédito *standard* colateralizado.

Na tomada de decisões e na gestão de risco na organização, a Administração aplica a sua estratégia de modelo de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos incluem:

- ▲ Medidas não estatísticas, tais como análises de cenários, testes de esforço e sensibilidade;
- ▲ Limites por contraparte, família, classe de activos e carteira;
- ▲ Limites de concentração;
- ▲ Análise qualitativa e procedimentos.

B. Política de *Write-Off* de crédito

O abate de créditos ao activo ocorre quando um crédito é considerado definitivamente incobrável (ex: decisão de Tribunal) ou o Grupo decidir proceder ao perdão da dívida ou ceder o seu direito sobre o crédito a terceiro, conforme referido acima. Os créditos só são propostos para *write-off* quando todos os passos do procedimento foram cumpridos e não existiam expectativas de recuperação da totalidade do crédito em dívida.

Os créditos abatidos ao activo são registados em rubricas extrapatrimoniais no momento em que são desreconhecidos do balanço. Os registos em rubricas extrapatrimoniais mantêm-se até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais e contratuais aplicáveis (por exemplo: perdão de

dívida, sentença judicial ou cessão de créditos vencidos a título definitivo), sem prejuízo de serem mantidos todos os registos extracontabilísticos relativos aos clientes com operações de crédito registadas em balanço.

Os créditos abatidos ao activo e registados em rubricas extrapatrimoniais são mantidos pelo montante a que a instituição tem direito, nos termos legais e contratuais aplicáveis, independentemente das expectativas de cobrança.

Os registos contabilísticos em rubricas extrapatrimoniais relativos a créditos abatidos ao activo são adequadamente suportados para permitir a reconciliação sistemática das suas componentes agregadas com o movimento de saídas por abate de crédito ao activo.

C. Política de reversão de imparidade

O Grupo avalia à data de cada relato se há indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um activo, possa já não existir ou possa ter diminuído. Se qualquer indicação existir, o Grupo estima a quantia recuperável desse activo.

Uma perda por imparidade de um activo, reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida se, e apenas se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. Uma reversão de uma perda por imparidade de uma unidade geradora de caixa é imputada aos activos da unidade, *pro rata* em relação às quantias escrituradas desses activos. A quantia escriturada aumentada de um activo, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de amortização ou depreciação) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no activo em anos anteriores.

Uma reversão de uma perda por imparidade de um activo, é reconhecida imediatamente nos lucros ou prejuízos.

D. Política de conversão de dívida em capital do devedor

O Grupo não utiliza normalmente este tipo de solução e não detém exposição sobre qualquer grupo económico objeto desta forma de reestruturação de crédito.

E. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respectivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Quando, devido a dificuldades financeiras de um dado cliente, o Grupo acorde alterar as condições contratuais de operações de crédito existentes (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) de serviço de dívida existente, essas operações de crédito devem ser identificadas e marcadas como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, e calculada imparidade sobre esses créditos. Um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante o Grupo ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer, tomando em consideração, entre outros, os indícios de imparidade.

F. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

Valorização de colaterais

Para efeitos da análise quantitativa, são utilizados os seguintes critérios de valorização.

i) Financeiros: efectuado automaticamente pelos sistemas em função dos preços de mercado e de ponderadores revistos periodicamente pela Administração:

- ▲ Mensalmente os activos financeiros utilizados em colateral são analisados no que concerne à sua Liquidez, Volatilidade e Capitalização bolsista (se aplicável);
- ▲ Semanalmente e automaticamente, tendo apenas em conta a volatilidade a 30 dias dos títulos negociados em mercados regulados, a todos os activos tidos em colateral é atribuído um ponderador (calculado pelo sistema) sobre o qual o cliente pode alavancar o crédito (80%, 70% e 50%)

ii) Imóveis: utilizado o valor da última avaliação formal ao imóvel, efectuada por entidade independente. Adicionalmente, sobre esse valor, é aplicado um factor de correcção, conforme a antiguidade dessa avaliação:

- ▲ Até 6 meses: 0%
- ▲ 6 meses: 5%
- ▲ De 7 a 12 meses: 10%
- ▲ De 12 a 24 meses: 15%
- ▲ De 24 a 36 meses: 25%
- ▲ Mais de 36 meses: 50%

A determinação do valor recuperável tem por base a avaliação (com ou sem factor de correcção) acrescido de um factor de desconto temporal.

Quando uma operação de crédito colateralizada por imóvel apresente indícios que o justifiquem, o colateral é reavaliado por um avaliador externo.

iii) Automóveis: consultado o *Eurotax* ou, em alternativa, a maior base de dados portuguesa de venda de automóveis usados, o site www.standvirtual.com. Neste último caso, sobre o valor médio apurado para os veículos semelhantes ao da operação em análise, é aplicado um factor correctivo de 20%, para fazer face à desvalorização que os comerciantes apresentam nas suas ofertas, uma vez que o site publica apenas os valores de venda ao consumidor final. No caso de não ser possível encontrar a marca / modelo do veículo da operação em análise, o Crédito Especializado propõe a sua melhor estimativa (realista e conservadora) que puder efectuar.

iv) Outros colaterais: são analisados caso a caso.

Os ponderadores e restantes factores correctivos são revistos periodicamente, pelo menos uma vez por ano, tendo em atenção o histórico, as perspectivas económicas e os indicadores dos concorrentes publicados, conforme o tipo de produto.

G. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

O Grupo avalia a imparidade da sua carteira de crédito com base em indícios de imparidade específicos, não estando estes dependentes de pressupostos complexos. O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas em resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

As diferentes áreas geradoras de negócio envolvidas neste processo são alheias ao cálculo, revisão e aprovação de perdas por imparidade mantendo assim a independência que é absolutamente necessária neste tipo de análise.

H. Descrição das metodologias de cálculo de imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para reflectir as diferentes características dos créditos

Definição de créditos com imparidade

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade: (i) quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Processo de identificação de créditos com imparidade

O Grupo avalia, em cada data de reporte a par com a reunião mensal de Crédito, se há qualquer indicação de que um activo (ou grupo de activos) possa estar com imparidade. Se qualquer indicação existir, o Grupo deve estimar a quantia recuperável do activo. Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- ▲ a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- ▲ a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- ▲ a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- ▲ a existência de credores privilegiados;
- ▲ o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- ▲ o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se, para determinado crédito, não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é analisado conjuntamente aplicando percentagens de imparidade previamente definidas e aprovadas. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos nesta avaliação.

Dentro da análise individual, quando algum crédito se distingue, nomeadamente via montante ou tipo de colateral, é feita uma análise mais detalhada, para aferir a existência de imparidade de crédito e para avaliar a qualidade do colateral.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço, líquido da imparidade.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidades reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Categorias de Crédito / Segmentação da Carteira de Crédito BiG

Para efeitos da análise da imparidade de operações de crédito, as exposições constantes na carteira de crédito de retalho do Grupo são segmentados em categorias de modo a que, periodicamente, se possa levar a cabo a análise da carteira.

Os critérios na base deste agrupamento são:

- ▲ O crédito ter a mesma finalidade;
- ▲ Os clientes alvo do produto serem os mesmos;
- ▲ O colateral do crédito ser o mesmo ou semelhante;
- ▲ O tratamento e contabilização do produto ser uniforme;
- ▲ Haver em carteira (créditos “vivos”) mais de 25 clientes.

De acordo com a oferta de produtos de crédito constantes na carteira do Grupo, estes são segmentados, para análise de imparidade, conforme se segue:

- ▲ Conta Margem;
- ▲ BiG Auto;
- ▲ Crédito Habitação;
- ▲ Empréstimos a clientes;
- ▲ Outros.

I. Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

A avaliação de que se uma determinada exposição ou grupo de exposições têm evidência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos, que ocorreram desde o início do crédito (eventos de perda), e se estes tiveram impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, é feita adoptando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito, nomeadamente:

i) Evidências / Indícios activos

- ▲ Cliente ter um descoberto não autorizado ou ter prestações de linhas/empréstimos por liquidar;
- ▲ Outros valores a receber (ex: facturação) não liquidados na data de vencimento;

ii) Evidências / Indícios passivos

- ▲ Cliente constar na LUR (Lista de Utilizadores de Risco do Banco de Portugal) – Cheques;
- ▲ Cliente ter incidentes em OIC – Crédito Vencido, Renegociado ou Abatido ao Activo – na CRC (Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal);
- ▲ Cliente ser objecto de qualquer tipo de penhora judicial;
- ▲ Existir no BiG histórico de incumprimento de crédito;
- ▲ Existir no BiG histórico de descobertos em DO (Conta de Depósitos à Ordem) não autorizados;
- ▲ Ficar desempregado ou Empresa empregadora declarar falência ou despedimentos massivos;
- ▲ Cônjuge ficar desempregado ou empresa empregadora declarar falência ou despedimentos massivos;
- ▲ Cliente, ou cônjuge perder parte do seu rendimento mensal;
- ▲ Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente;
- ▲ Cliente ou cônjuge constarem em qualquer lista de risco externa ao BiG;
- ▲ Cliente com expectativa de insolvência ou objecto de programas especiais de recuperação;
- ▲ Utilização de operações de crédito renováveis (nomeadamente, e no caso do BiG, Conta Margem ou conta ordenado) em, pelo menos, 95% do limite inicialmente autorizado pela instituição ao longo de um período consecutivo mínimo de 12 meses;
- ▲ Aumento do nível de cobertura por imparidades ou reconhecimento de perda económica;
- ▲ Entrega de activos em dação em pagamento;
- ▲ Violação de qualquer contrato celebrado com o Grupo.

J. Indicação dos limiares definidos para análise individual

Para efeitos da identificação das exposições individualmente significativas (que serão, obrigatoriamente, analisadas numa base individual), o Grupo fixa os limiares a ter em consideração. Estes são, de entre outros, exposições colateralizadas por activos não líquidos que representem uma percentagem relevante da carteira de crédito de retalho ou dos Fundos Próprios do BiG. No entanto, mesmo que uma determinada exposição não esteja inserida nestes critérios, e tendo em vista a posição conservadora do Grupo relativamente ao risco de crédito, a mesma pode ser alvo de análise individual de imparidade.

K. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

O Grupo não utiliza *ratings* de crédito internos no tratamento de crédito irregular.

O tratamento interno de um cliente classificado em incumprimento deve contemplar a realização de todas as medidas operacionais que se demonstrem necessárias, designadamente a inibição de: (i) movimentos nas contas e meios de movimentação, (ii) transferências de montantes para fora do Grupo, (iii) tentativas de diminuição ou remoção de colaterais e (iv) aumento de exposição por parte do mutuário.

Caso se revele necessário, ainda no âmbito desta análise interna, serão despoletados os mecanismos legais que garantam a execução de garantias ou a instauração de processos executivos. Esta acção será coordenada pelo *Compliance*, em conjunto com a sociedade de advogados que auxilia o Grupo em matéria legal.

As acções acima descritas devem ainda ter em consideração: (i) o conhecimento do cliente, (ii) a sensibilidade acerca do produto, (iii) o entendimento necessário sobre normas, regulamentos, procedimentos, *timings* de reporte às entidades de supervisão e (iv) a necessidade de ajustamento da contabilidade interna e reportes do Grupo.

L. Descrição genérica da forma de cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e colectivamente

Numa base individual, o método de cálculo adoptado pelo Grupo para a determinação da imparidade de crédito é o método do “*discounted cash flow*” (DCF) ou seja, calcular o PV (*Present Value*) dos *cash-flows* vincendos para o momento da análise, descontados a uma determinada taxa de juro. Esse PV é depois comparado com o valor em exposição e, se a diferença for negativa, existirá então uma imparidade, valor que deverá ser devidamente contabilizado.

No cálculo das imparidades, o Grupo determina o valor líquido de cada exposição (montante crédito – montante colateral). Este montante de colateral é ajustado por *haircuts*, de acordo com as regras definidas no ponto “Valorização de colaterais”. Para efeitos de análise, apenas nas operações com garantias financeiras (Conta Margem) ou reais (Crédito Hipotecário) são valorizados os respectivos colaterais, sendo nas restantes operações assumido um colateral igual a zero, mesmo no caso das locações de automóveis onde o bem pertence ao Grupo. Sobre o valor líquido da exposição, é aplicado um coeficiente de 1,5%, excepto nos produtos Conta Margem e Descobertos, onde é aplicado 1%.

No caso do método DCF, a taxa de juro utilizada no cálculo da imparidade é determinada de acordo com as seguintes regras:

- ▲ contratos com taxa fixa: taxa fixa inicial
- ▲ contratos com taxa variável: taxa de juro efectiva original, resultante das cláusulas contratuais (ex: indexado à Euribor)

Nota: caso a taxa de juro não seja determinável (ex: para facturação/ valores a receber), é utilizada a taxa oferecida no “Super Depósito” do BiG, em vigor à data da análise.

Quando as exposições forem garantidas por colateral, o Grupo tem em consideração o valor esperado do colateral assim como as expectativas de recuperação do mesmo, e os custos de recuperação e venda.

M. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O Grupo não tem um período emergente dado que não tem um modelo de imparidade coletiva que considere este parâmetro.

N. Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

O Grupo, e considerando o curto período de tempo desde o início da sua actividade creditícia, nomeadamente do crédito especializado, não tem ainda dados históricos para, correctamente, calcular estes parâmetros.

O. Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade e alterações nos principais pressupostos

O Grupo avalia a imparidade da sua carteira de crédito com base em indícios de imparidade específicos, não estando estes dependentes de pressupostos complexos, pelo que não são efectuadas análises de sensibilidade aos pressupostos utilizados.

Divulgações quantitativas

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

a.1)

	Exposição 2014				Imparidade 2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito em Conta Corrente	13.165.262	13.163.145	-	2.117	13.206	11.243	1.963
Crédito Habitação	5.403.148	5.357.716	-	45.432	12.288	930	11.358
Outros	4.167.373	3.990.977	12.435	176.396	165.166	22.562	142.604
	22.735.783	22.511.838	12.435	223.945	190.660	34.735	155.925

a.2)

	Da Exposição Total 2014				Da Imparidade Total 2014		
	Exposição Total 2014	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	Imparidade Total 2014	Crédito em cumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso > 90 *		Dias de atraso < 30	Dias de atraso > 90
		Sem indícios	Com indícios			Dias de atraso < 30	Dias de atraso > 90
Crédito em Conta Corrente	13.165.262	12.839.246	323.899	2.117	13.206	11.243	1.963
Crédito Habitação	5.403.148	5.350.797	6.920	45.432	12.288	930	11.358
Outros	4.167.373	3.864.568	126.408	176.396	165.166	22.562	142.604
	22.735.783	22.054.611	457.227	223.945	190.660	34.735	155.925

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias, mas sobre o qual existem evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em Risco

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

Ano de produção	Crédito em Conta Corrente			Crédito Habitação			Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	70	2.748.798	467	15	739.531	-	3	84.346	-
2005	15	396.336	2	-	-	-	-	-	-
2006	24	687.341	1.267	-	-	-	-	-	-
2007	43	1.119.100	2.551	6	408.237	381	3	30.372	78
2008	34	542.391	543	16	887.976	7	8	52.242	324
2009	41	1.601.864	200	5	498.704	-	6	176.566	325
2010	28	484.726	67	4	306.163	11	39	532.963	128.511
2011	28	1.798.789	925	14	826.952	100	17	213.862	897
2012	24	642.643	50	6	472.452	104	20	196.122	2.942
2013	25	684.519	785	7	567.110	713	27	482.287	15.267
2014	73	2.458.755	6.349	8	696.023	10.972	1.336	2.398.613	16.821
	405	13.165.262	13.206	81	5.403.148	12.288	1.459	4.167.373	165.165

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente, por segmento, sector e geografia:

c.1) Por segmento:

2014	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	2.118	1.963	45.432	11.358	176.396	142.604	223.946	155.925
Colectiva	13.163.145	11.243	5.357.716	930	3.990.977	22.562	22.511.838	34.734
	13.165.263	13.206	5.403.148	12.288	4.167.373	165.165	22.735.784	190.659

c.2) Por sector de actividade: O detalhe por sector não se aplica à carteira de retalho do BiG sendo a mesma concentrada em particulares.

c.3) Por geografia: O detalhe por geografia não se aplica à carteira de retalho do BiG sendo a mesma concentrada em Portugal.

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

2014	Crédito em cumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de Prazo	2	12.435	182	2	12.435	182

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

2014	
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	-
Créditos reestruturados no período	12.963
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	528
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	12.435

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmentos:

2014	Crédito em Conta Corrente		Crédito Habitação				Outros			
	Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5 M€	390	15.755.077	48	8.447.639	1	35.000	11	1.902.147	4	92.239
>= 0,5 M€ e < 1 M€	6	3.863.047	6	3.629.000	-	-	1	564.000	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	1	1.652.000	-	-	-	-	1	1.500.000
	396	19.618.124	55	13.728.639	1	35.000	12	2.466.147	5	1.592.239

* Exemplos: Acções, obrigações e depósitos (a preços de mercado)

g) Rácio LTV dos segmentos de Habitação e Outros:

2014	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Imparidade
Crédito Habitação			
< 60%	32	2.815.360	108
>= 60% e < 80%	12	1.262.084	-
>= 80% e < 100%	10	1.275.213	708
>= 100%	1	83.950	-
Outros			
< 60%	12	959.089	-
	67	6.395.696	816

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de activo e por antiguidade.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Activos não correntes detidos para venda apresenta um saldo de 45 500 euros referente a imóveis disponíveis para venda imediata, consequência de processos judiciais. Para estes activos o Grupo registou perdas por imparidade no valor de 25 500 euros. A esta mesma data, o Grupo não detinha em carteira qualquer imóvel consequência de dação em cumprimento.

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

O Grupo não utiliza *ratings* de crédito internos.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmentos:

O Grupo não utiliza parâmetros de risco, e.g. PD e LGD, no modelo de imparidade.

NOTA 40 ÓNUS SOBRE ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014, a oneração dos activos pode ser analisada conforme se segue:

	Quantia escriturada dos activos onerados	Justo valor dos activos onerados	Quantia escriturada dos activos não onerados	Justo valor dos activos não onerados
Instrumentos de capital próprio	-	-	30.460.663	30.460.663
Títulos de dívida	241.467.212	245.900.690	956.837.491	959.244.983
Outros activos	500.000		178.101.962	
	241.967.212		1.165.400.116	

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante dos passivos associados a activos onerados era de 215 972 307 euros.

NOTA 41 NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

41.1. Impacto de adopção de normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2014:

Normas

IAS 32 (alteração) 'Compensação de activos e passivos financeiros'. Esta alteração faz parte do projecto de "compensação de activos e passivos" do *IASB*, o qual visa clarificar o conceito de "deter actualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto destas alterações nas demonstrações financeiras.

IAS 36 (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para activos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de activos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração

IAS 39 (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à *IAS 39* permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto destas alterações nas demonstrações financeiras.

Alterações à *IFRS 10*, *12* e *IAS 27* - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento (*Investment entities*) e introduz uma excepção à aplicação da consolidação no âmbito da *IFRS 10*, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à *IAS 39*. Divulgação específicas exigidas pela *IFRS 12*. O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração

41.2. Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014, ou em data posterior, e que a Entidade decidiu não adoptar antecipadamente:

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas em seguida. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 2, 'Pagamento com base em acções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A melhoria à *IFRS 2* altera a definição de "condições de aquisição" e "condições de mercado", introduzindo ainda os conceitos de "condições de performance" e "condições de serviço", enquanto dois tipos de "condições de aquisição", na avaliação dos direitos adquiridos sobre acções ou opções sobre acções.

IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria clarifica que uma obrigação de pagar um valor

de compra contingente, é classificada de acordo com a IAS 32, como um passivo, ou como um instrumento de capital próprio, caso cumpra com a definição de instrumento financeiro. Os pagamentos contingentes classificados como passivos serão mensurados ao justo valor através de resultados do exercício.

IFRS 8, 'Segmentos operacionais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria altera a IFRS 8 que passa a exigir a divulgação dos julgamentos efectuados pela Gestão para a agregação de segmentos operacionais, passando ainda a ser exigida a reconciliação entre os activos por segmento e os activos globais da Entidade, quando esta informação é reportada.

IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A melhoria à IFRS 13 clarifica que a norma não remove a possibilidade de mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores facturados, quando o efeito de desconto não é material.

IAS 16, 'Activos fixos tangíveis' e *IAS 38 'Activos intangíveis'* (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A melhoria à IAS 16 e à IAS 38 clarifica o tratamento a dar aos valores brutos contabilísticos e às depreciações/ amortizações acumuladas, quando uma Entidade adopte o modelo da revalorização na mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis e/ ou intangíveis, prevendo 2 métodos. Esta clarificação é significativa quando, quer as vidas úteis, quer os métodos de depreciação/amortização, são revistos durante o período de revalorização.

IAS 24, 'Divulgações de partes relacionadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria à IAS 24 altera a definição de parte relacionada, passando a incluir as Entidades que prestam serviços de gestão à Entidade que reporta, ou à Entidade-mãe da Entidade que reporta.

IFRS 1, 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). A melhoria à IFRS 1 clarifica que um adoptante pela primeira vez pode usar quer a versão anterior, quer a nova versão de um normativo que, apesar de ainda não ser de aplicação obrigatória, está disponível para adopção antecipada.

IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais' (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). A melhoria à IFRS 3 clarifica que a norma não é aplicável à contabilização da constituição de qualquer acordo conjunto segundo a IFRS 11, nas demonstrações financeiras do acordo conjunto.

IFRS 13, 'Justo valor: mensuração e divulgação' (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). A melhoria clarifica que a excepção à mensuração ao justo valor de um portefólio numa base líquida, é aplicável a todos os géneros de contratos (incluindo contratos não-financeiros) no âmbito da IAS 39.

IAS 40, 'Propriedades de investimento' (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta melhoria clarifica que a IAS 40 e a IFRS 3 não são mutuamente exclusivas. É necessário recorrer à IFRS 3 sempre que uma propriedade de investimento é adquirida, para determinar se a aquisição corresponde, ou não, a uma concentração de actividades empresariais.

IFRS 5, 'activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A melhoria clarifica que quando um activo (ou grupo para alienação) é reclassificado de "detido para venda" para "detido para distribuição" ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir.

IFRS 7, 'Instrumentos financeiros: divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de activos financeiros, para efeitos de cumprimento das obrigações de divulgação.

IAS 19, 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade da mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.

IAS 34, 'Relato intercalar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta melhoria ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta melhoria clarifica o significado de "informação divulgada em outra área das demonstrações financeiras intercalares, e exige a inclusão de referências cruzadas para essa informação.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A entidade encontra-se a avaliar o impacto da introdução destas alterações.

IFRS 14 (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adoptantes pela primeira vez das *IFRS*, que continuem a reconhecer os activos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo, para permitir a comparabilidade com as entidades que já adoptam as *IFRS* e não reconhecem activos/passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. O Banco não antecipa qualquer impacto relevante da aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". A entidade encontra-se a avaliar o impacto da introdução destas alterações.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-Presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

Conselho Fiscal

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira (Presidente)

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira (Vogal Efectivo)

Diogo Pereira Duarte (Vogal Efectivo)

Jorge Alegria Garcia de Aguiar (Vogal Suplente)

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados,

Sociedade de Revisores de Contas, S.A., representada por

Aurélio Adriano Rangel Amado ou

José Manuel Henriques Bernardo

Jorge Manuel Santos Costa

(Revisor Oficial de Contas Suplente)

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviços Online
Serviço de Apoio ao Cliente

707 244 707
213 305 327

www.big.pt
apoio@bancobig.pt

Cientes – Geral

Institucionais e Empresas
Retailho Especializado

Mário Bolota
Tiago Eusébio

mario.bolota@bancobig.pt
tiago.eusebio@bancobig.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Acções
Mercado Cambial
Opções/Produtos Estruturados

Cientes Institucionais e Empresas

Cientes High Net Worth

Cientes Afluentes

Wealth Management

Corretagem
Gestão de Activos
Corporate Finance
Research
Crédito Especializado

Ricardo Pinho
João Vaz Velho
Fernando Quadros
João Henrique
Diogo Costa
Cláudio Sousa
Pedro Cardoso
Rui Bolsa
Paula Gil
Gonçalo Moreira
Peter Rodrigues
Lino Tudela
Rui Broega
Ana Rita Gil
João Lampreia
Luís Farias

ricardo.pinho@bancobig.pt
joao.velho@bancobig.pt
fernando.quadros@bancobig.pt
joao.henrique@bancobig.pt
diogo.costa@bancobig.pt
claudio.sousa@bancobig.pt
pedro.cardoso@bancobig.pt
rui.bolsa@bancobig.pt
paula.gil@bancobig.pt
goncalo.moreira@bancobig.pt
peter.rodrigues@bancobig.pt
lino.tudela@bancobig.pt
rui.broega@bancobig.pt
ana.gil@bancobig.pt
joao.lampreia@bancobig.pt
luis.farias@bancobig.pt

Áreas de Suporte

IT

Sistemas de BackOffice
Desenvolvimento

Operações

Contabilidade

Controlo Interno

Auditoria

Recursos Humanos

Marketing

Risco

Paulo Figueiredo
Carla Rosa
Vitor Luís
Paulo Campos
Dora Moreira
Francisco Passaradas
Luís Penaguiao
Paula Moreira
Alexandre Martins
Lúcia Ventura
Miguel Mira
Teresa Raimundo

paulo.figueiredo@bancobig.pt
carla.rosa@bancobig.pt
vitor.luis@bancobig.pt
paulo.campos@bancobig.pt
dora.moreira@bancobig.pt
francisco.passaradas@bancobig.pt
luis.penaguiao@bancobig.pt
paula.moreira@bancobig.pt
alexandre.martins@bancobig.pt
lucia.ventura@bancobig.pt
miguel.mira@bancobig.pt
teresa.raimundo@bancobig.pt

Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 -76, 1200-869 Lisboa

213 305 300

